Fernando Haddad (organizador)

Desorganizando o consenso

nove entrevistas com intelectuais à esquerda

Coleção Zero à Esquerda
Coordenadores: Paulo Eduardo Arantes e Iná Camargo Costa

- Desafortunados
  David Snow e Leon Anderson
- Desorganizando o consenso
  Fernando Haddad (Org.)
- Diccionario de bolso do Almanaque philosophico Zero à Esquerda
  Paulo Eduardo Arantes
- Os direitos do antivalor
  Francisco de Oliveira
- Em defesa do socialismo
  Fernando Haddad
- Geopolítica do caos
  Ignacio Ramonet
- Globalização em questão
  Paul Hirst e Grahame Thompson
- A ilusão do desenvolvimento
  Giovanni Arrighi
- As metamorfoses da questão social
  Robert Castel
- Os moedeiros falsos
  José Luís Fiori
- Poder e dinheiro: Uma economia política da globalização
  Maria da Conceição Tavares e José Luís Fiori (orgs.)
- Terrenos vulcânicos
  Dolf Oehler
- Os últimos combates
  Robert Kurz

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desorganizando o consenso : 9 entrevistas com intelectuais dissidentes / Fernando Haddad (organizador). – Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

ISBN 85-326-1997-5

1. Intelectuais – Brasil 2. Intelectuais – Brasil – Entrevistas I. Haddad, Fernando.

98-1139 CDD-301.4450981

Índices para catálogo sistemático:
1. Brasil : Intelectuais : Entrevistas : Sociologia 301.4450981

Fernando Haddad
(Organizador)

Desorganizando o consenso

Nove entrevistas com intelectuais à esquerda

co-edição

São Paulo

Petrópolis

1998

© 1998, Editora Vozes Ltda.
Rua Frei Luís, 100
25689-900 Petrópolis, RJ
Internet: http://www.vozes.com.br
Brasil

Editora Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996
Rua Francisco Cruz, 234
04117-091 São Paulo, SP

Presidente: Luiz Dulci
Vice-presidente: Zilah Abramo
Diretores: Hamilton Pereira e Ricardo Azevedo
Coordenação editorial: Flamarion Maués

FICHA TÉCNICA DA VOZES

PRESIDENTE
Gilberto M.S. Piscitelli, OFM

DIRETOR EDITORIAL
Avelino Grassi

EDITOR
Lídio Peretti
Edgar Orth

DIRETOR INDUSTRIAL
José Luiz Castro

EDITOR DE ARTE
Omar Santos

EDITORAÇÃO
Editoração e organização literária: Renato Kirchner
Revisão gráfica: Revitec S/C
Capa e projeto gráfico: Mariana Fix e Pedro Fiori Arantes
Supervisão gráfica: Valderes Rodrigues

ISBN 85-326-1997-5

Este livro foi composto e impresso pela Editora Vozes Ltda. em abril de 1998.

A

Dalmo de Abreu Dallari

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

"A nossa cultura brasileira, a nossa cultura intelectual brasileira, a nossa cultura universitária brasileira teve sempre uma tendência de ser muito a favor. Quer dizer, isso é o fenômeno natural. Nós sempre fomos um povo de cultura reflexa, porque nós adotamos padrões trazidos pelos nossos conquistadores. De maneira que a cópia, a imitação, são fenômenos normais, fenômenos necessários, sem os quais não poderia haver cultura no Brasil. Então, este fato fez com que os movimentos do contra na cultura brasileira sempre fossem muito temperados... De maneira que 'o contra' e o 'a favor' sempre estiveram intimamente ligados na cultura brasileira. E eu me pergunto se nós já estamos nesta altura do século, nesta altura da evolução da cultura brasileira, se nós já estamos capazes, se nós já estamos maduros de criar uma cultura do contra, realmente. Não uma cultura alternativa de contra misturada com 'a favor'... De maneira que é preciso agora perceber que nós temos, daqui por diante, nessa fase da cultura brasileira, de nos compor dialeticamente com a mentalidade 'do contra'. Ela é um momento necessário no processo que nós estamos vivendo e que vamos viver. Tanto mais necessário quanto vários analistas políticos, vários estudiosos, entendem que nós estamos entrando numa sólida era conservadora" (Antonio Candido de Mello e Souza, "A cultura do contra", *Folha de S. Paulo*, Folhetim, 07/05/1978).

A força do pensamento expresso nessa passagem me dispensa de justificar a longa citação. O trecho condensa uma acurada percepção do que se passa no plano ideológico numa cultura reflexa, percepção que é comparável às mais sagazes teses de matriz marxista a respeito do que se passa nesse mesmo plano numa cultura atrasada. Uma cultura reflexa é certamente uma cultura atrasada, mas ela é mais do que isso. São conhecidos os textos de Marx sobre o "fracasso" da revolução burguesa alemã. Marx teve de reavaliar o prognóstico que fizera na parte final do *Manifesto Comunista* acerca do potencial de

radicalidade que poderia ter o movimento. A burguesia alemã, pressentindo o perigo representado pelo desenvolvimento e organização do proletariado, não levou suas próprias "tarefas históricas" até o fim, como fizeram as burguesias inglesa e francesa. Como se sabe, as conseqüências na vida intelectual alemã foram marcantes. Lenin e Trotski extraíram importantes lições da experiência alemã. A partir dela, perceberam um fenômeno peculiar: a burguesia e a intelectualidade burguesa não podiam mais ser completamente "a favor" dos ventos revolucionários justamente por temer perder o controle do processo. Diante disso, Lenin defendeu a tese de que as revoluções burguesa e socialista estavam definitivamente encadeadas pela história, sendo que ambas deveriam ser conduzidas pelo proletariado – no caso russo, aliado ao campesinato. Tudo somado, o que se extrai das experiências russa e alemã é que uma intelectualidade burguesa que já não era e não podia mais ser plenamente "a favor" do próprio projeto liberal, ficando aquém dele, gerou uma intelectualidade absolutamente "do contra", desejosa de ir muito além dele, caso dos espartaquistas e dos bolcheviques. Não por acaso o termo *intelligentsia* é de origem russa.

E quanto às culturas reflexas? É difícil precisar por que uma burguesia retrógrada como a nossa não estimulou a emergência de um pensamento radical a toda prova. Creio que uma pista importante está no fato de que o mundo só mais recentemente dividiu-se definitivamente em núcleo orgânico e periferia. A Alemanha do século XIX era economicamente atrasada, mas não periférica, no sentido que hoje atribuímos ao termo. O mesmo se passou com a Rússia. Lenin designou-a o elo mais fraco da cadeia imperialista. Isso faz toda diferença. As economias atrasadas, regra geral, experimentaram esforços nacionais de superação do atraso. A via prussiana foi uma dessas tentativas. O mesmo se deu com o Japão, ainda no século passado, com a restauração Meiji. Contudo, nenhum desses empreendimentos foi considerado propriamente um projeto de "emancipação nacional". Tratava-se de uma disputa por um espaço mais privilegiado no cenário mundial. O assunto era de "gente grande" e o acirramento da concorrência interestatal foi o grande responsável pela eclosão da Primeira Guerra Mundial. Alemanha e Japão, finalmente, por caminhos tortuosos e duas guerras mundiais depois, conseguiram o *status* de membros do núcleo orgânico. Quanto à via soviética, inaugurada pelos bolcheviques como um projeto de emancipação humana, converteu-se rapidamente, sob o comando de Stalin, num projeto de "emancipação nacional", anti-sistêmico, ou anticapitalista se quiserem, mas um projeto nacional, que fracassou na tentativa de atingir e ultrapassar o padrão de vida oferecido pelas economias centrais. Num outro pólo, pró-sistêmico, ou protocapitalista se quiserem, nasceu o nacional-desenvolvimentismo, dependente e associado ao capitalismo central, que, longe de desafiar os donos do mundo, mergulhou as economias latino-americanas e sul-européias num processo de industrialização consentida, sem contudo ensejar uma aproximação com o núcleo orgânico, embora tenha conseguido evitar, enquanto parecia viável, os efeitos da periferização, tanto quanto a via soviética.

O que acontece, porém, quando essas estratégias, soviética e nacional-desenvolvimentista, tornam-se historicamente inviáveis? Talvez venhamos a assistir o nascimento de uma intelectualidade periférica "do contra" como nunca tivemos. Livres da tarefa de elaborar e pôr em marcha um projeto mesquinho de "emancipação nacional", seja lá o que isso signifique a essa altura dos acontecimentos, talvez nos permitamos retomar a crítica ao modo capitalista de produção que solapa as bases da solidariedade entre os homens e conceber formas mais fecundas de sociabilidade. Para tanto, nossa referência teórica mais importante só poderia ser aquela esquerda minoritária e pouco ouvida que desde sempre desconfiou ou mesmo denunciou essas estratégias que sucumbiram como verdadeiras miragens. Não que as formulações dessa esquerda sirvam de respostas para os desafios imprevisíveis do presente. Importa-nos, contudo, sua postura crítica radical.

No caso brasileiro, penso que a ascensão de Fernando Henrique Cardoso à presidência da República tenha um importante efeito catalisador. Sendo um dos mais importantes ideólogos do projeto de "emancipação nacional", que flertou tanto com o desenvolvimentismo quanto com o sovietismo, sua atual conduta é reveladora. Coerente com sua posição inicial, entre a "emancipação nacional", essa abstração, e um projeto de emancipação humana, opta pelo caminho que sempre foi o seu (ainda que seus críticos afirmem que ele terminará por promover a total "submissão nacional"), pois jamais acreditou seriamente no outro. Quando, na periferia, essas duas perspectivas pareciam conciliáveis, taxavam-no de comunista, e, agora que elas se dissociam, taxam-no de neoliberal. Evidentemente, as

duas rotulações têm um conteúdo de verdade, mas não esgotam completamente o assunto. A verdade dolorosa é que ser neoliberal hoje não é muito pior do que ser stalinista ou getulista ontem, se a meta que realmente importa é a superação da ordem do capital. Hoje sabemos que mesmo quando essa ordem assume uma "face humana", como no caso do *Welfare State*, pode-se apostar, é porque se trata de um bom negócio que, como todo negócio, pode ser desfeito, como o foi, pela marcha da acumulação capitalista.

Dessas considerações surgiu, há três anos, a idéia deste livro. Já então parecia que um pequeno mas nítido pólo intelectual crítico se constituía, ainda que subterraneamente, dado o festival midiático em torno do pensamento único. Logo na primeira entrevista, com Roberto Schwarz, o leitor se deparará com a idéia de *déficit de negatividade* para se referir aos intelectuais brasileiros, numa clara referência às formulações de Antonio Candido. Na segunda entrevista, com Paulo Eduardo Arantes, a idéia ganha ainda mais densidade e o projeto se delineia completamente. Daí, então, como membro do conselho de redação da revista *Teoria&Debate* – publicação do Partido dos Trabalhadores e da Fundação Perseu Abramo, onde todas as entrevistas aqui coligidas foram ou serão publicadas – sugeri que prosseguíssemos entrevistando aquela parcela da intelectualidade que não tinha aderido às novas manias recém-importadas pelas elites na sua eterna e volúvel trajetória de modernização conservadora do país. Tendo obtido o apoio dessa notável publicação de esquerda, que vem se pautando há uma década pelo pluralismo, e com o estímulo e sugestões de Paulo Arantes, foi elaborada uma lista dos intelectuais que seriam entrevistados em intervalos de três meses (periodicidade de *T&D*). Dessa forma, pretendíamos não só proporcionar aos leitores uma aproximação inicial com as contribuições acadêmicas dos entrevistados, como também oferecer-lhes as melhores análises, porque teoricamente fundamentadas, da conjuntura política brasileira, cobrindo todo o período do primeiro (e bem que poderia ser o último) mandato de Fernando Henrique Cardoso.

O resultado de todo o processo é inquietante. Em primeiro lugar, ainda que a lista dos entrevistados tenha omissões importantes (a periodicidade da revista era um fator limitante), o fato é que reunir um time de intelectuais dispostos a vir a público desorganizar o consenso em torno das idéias hoje hegemônicas é tarefa das mais árduas. Contudo, em segundo lugar, penso que temos um sólido ponto de

partida por onde recomeçar. Não porque as entrevistas façam "sistema", por assim dizer. Mas, como foram cobertas quase todas as áreas das chamadas ciências do espírito – Cultura, Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia, Economia e Direito –, creio que isso é um indício de que a "ordem de coisas" permite a crítica por onde quer que se lhe aborde.

Isso posto, passo aos agradecimentos. Nem todas as entrevistas foram feitas exclusivamente por mim. Contei, em alguns casos, com a ajuda dos queridos amigos Maria Rita Kehl, Jorge Mattos Brito de Almeida, Eugênio Bucci, Maria Paula Dallari Bucci e Ricardo Musse. Nem todas as entrevistas foram por mim editadas. Ricardo Azevedo ajudou-me em várias delas, talvez em quase todas. Agradeço ainda aos membros do conselho editorial e aos colegas do conselho de redação da revista *Teoria&Debate* que incentivaram esse projeto, além dos membros do conselho editorial da Editora Fundação Perseu Abramo, que com muita generosidade aprovaram a proposta de edição conjunta desta obra com a Editota Vozes (Coleção Zero à Esquerda). Aos entrevistados, pela ordem, Roberto Schwarz, Paulo Eduardo Arantes, Luiz Felipe de Alencastro, José Luís Fiori, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Fábio Konder Comparato, Emir Sader e Maria da Conceição Tavares, agradeço a cordialidade com que receberam os entrevistadores e pela conversa franca e motivante conosco mantida.

Fernando Haddad

Roberto Schwarz

Do lado da viravolta*

Quais seriam hoje as "idéias fora do lugar" representadas, não na letra explícita do programa do PSDB, mas no imaginário que cercou a candidatura de Fernando Henrique e também nos equívocos da candidatura do PT?

O tema geral das "idéias fora do lugar", isto é, a combinação amalucada de normas prestigiosas da modernidade com relações sociais de base que discrepam muito delas, continua existindo no Brasil (e em outras partes). Como se sabe, os nossos modernizantes nem sempre têm o necessário "desconfiômetro" e podem ficar um pouco ridículos quando se olha o fundamento social em que eles realmente se apóiam. Um caso extremo foi o Collor, que era uma personagem de Machado de Assis, pela desfaçatez incrível da fachada. Já no caso do Fernando Henrique isso não é assim, de jeito nenhum. Ele é uma pessoa que tem consciência clara dessa ordem de problemas. O tempo vai dizer se o clima de persuasão tranqüila e de otimismo, que em diferentes graus cercou, aliás, as duas candidaturas, corresponde aos efeitos reais da modernização.

---

* Entrevista concedida a Fernando Haddad e Maria Rita Kehl, publicada na revista *Teoria&Debate*, nº 27, dez. de 1994 / jan.-fev. de 1995.

Nós não estávamos pensando na pessoa de Fernando Henrique, mas no imaginário que cercou a candidatura dele.

O imaginário do salto para a socialdemocracia e o Primeiro Mundo, os dois em versão idealizada, comporta ilusões desse tipo. Não penso que o próprio Fernando Henrique seja vítima delas, mas o tema existe. Agora, para não ser unilateral, é evidente que o projeto socialista no Brasil, dependendo da maneira como ele é formulado, tem muito disso também. A chave está na adoção ou na aceitação ofuscada de um padrão absoluto de modernidade, descolado de seus problemas nos países-modelo e das relações sociais efetivas entre nós. A modernidade passa então a funcionar ao contrário, como um álibi da classe dominante, além de criar um conjunto de erros de perspectiva e também de falta de juízo generalizada.

Numa entrevista à Folha de S. Paulo, *o Fernando Henrique falou que o conceito de "idéia fora do lugar" estava implícito na teoria da dependência. Qual a dimensão real da sua dívida com ele?*

O débito é essencial, mas já vem de antes da teoria da dependência. A certa altura, no começo dos anos 60, o Fernando Henrique escreveu um livro chamado *Capitalismo e escravidão,* no qual mostra que no Brasil do século XIX o capitalismo realizava as suas finalidades por meio da reprodução da escravidão, e não contra ela. Em lugar do otimismo etapista, que postulava a sucessão inevitável de escravidão, feudalismo e capitalismo, com final feliz no socialismo, entrava uma versão diferente da História, que fazia ver o progresso de maneira mais complicada e real. Este não garante a superação do atraso e pode até se apoiar na reprodução dele, que vira parte de um movimento novo. É claro que Fernando Henrique não estava fazendo nenhum elogio à escravidão ao dizer que ela, no caso, era moderna. Assim, em suma, as idéias não são apenas o que indicam. Nem a escravidão é necessariamente arcaica, nem o capitalismo assegura o domínio do trabalho livre, e hoje, aliás, nem trabalho ele está assegurando. Então, esta análise mostrava como o capitalismo tomado como um movimento global engendra significações contraditórias, mesmo em relação às suas categorias centrais, que não se universalizam. Essa oscilação tão desconcertante no significado da escravidão, que é tanto moderna quanto incompatível com a modernidade, e do capitalismo que é incompatível com a escravidão mas promove a escravidão, esse tipo de oscilação, que o Fernando Henrique estudou, eu tentei sistematizar no plano da vida das idéias. O célebre sentimento de que as idéias modernas no Brasil são sempre postiças, inadequadas, estão fora de lugar, se prende a essas falsas universalizações, que são da natureza do capitalismo, um efeito estrutural de sua gravitação.

Uma espécie de versão estética de uma teoria sociológica?

Ou uma explicação sociológica de uma evidência estética. Penso, por exemplo, que o humorismo de Machado de Assis é ligado a essa ordem de problemas. De certo modo Machado se especializou em perceber e apontar os funcionamentos grotescos do padrão moderno no Brasil, as anomalias brasileiras que nós, por estarmos mal acostumados, julgamos normais.

Quais são seus outros credores privilegiados? Você tem os mesmos professores, vamos dizer assim, que Fernando Henrique?

Ele é que foi meu professor. Havia um grupo de assistentes na faculdade que estudava *O Capital* no fim dos anos 50. Eu era aluno, mas peguei carona nesse seminário. Ali, todo mundo fez tese mais ou menos nessa linha, de marxismo heterodoxo, voltado para as especificidades do caso brasileiro. A tese do Fernando Henrique foi a primeira que armou bem essa problemática. O trabalho mais perfeito viria depois, com Fernando Novaes. E a relevância contemporânea desses pontos de vista, por fim, ficou clara quando o Fernando Henrique os estendeu à análise da América Latina, com a teoria da dependência. O pai de tudo evidentemente era Marx. Aliás, também Antonio Candido, à sua maneira discreta, naqueles anos estava elaborando um marxismo não-dogmático na análise de literatura brasileira, análise na qual me inspirei muito. De modo que meu trabalho tinha Marx em versão

brasileira dos dois lados, o estético e o sociológico, além dos frankfurtianos, Lukács e Brecht.

Você acha que há uma relação entre a decadência do pensamento crítico no Brasil e a decadência do pensamento crítico marxista? Essas duas coisas para você estão juntas ou pode surgir um pensamento crítico de uma linhagem diferente?

É claro que nem o marxismo nem ninguém tem o monopólio do espírito crítico. Mas também acho que a reflexão crítica sobre a sociedade brasileira e a sua estrutura de classes intolerável deve muito à assimilação do marxismo. De modo que a baixa internacional do prestígio acadêmico do marxismo, que fez com que muita gente boa trocasse de teoria sem ter dado o combate de idéias, afetou bastante o nosso pensamento crítico. Aliás, acho provisória essa baixa do marxismo. Como imaginar um pensamento crítico hoje que não seja crítica do fetichismo da mercadoria? O capitalismo hoje é mais universal do que nos tempos de Marx, mais universal do que nos anos 60, e, entretanto, foi o marxismo que saiu de campo. Ora, a teoria crítica da sociedade contemporânea só tem de ser uma teoria crítica do capital, que é o que está aí. E acho impensável uma crítica do capital que não se interesse por Marx.

O que fez então com que de repente o marxismo tenha ficado muito pobre, sem conseguir abarcar o que está acontecendo de novo?

As estreitezas do marxismo apologético, atrelado à justificação da URSS ou à guerra entre seitas, dispensam comentário. Mas se os frankfurtianos forem considerados estreitos, gostaria de saber quem tem vistas largas. A idéia em voga de que a reflexão totalizante seja um prenúncio do stalinismo é um disparate que leva à paralisia do pensamento. Entretanto, ela intimidou a esquerda, que está cheia de dedos para arriscar hipóteses globais, logo agora, quando a globalização é muito mais acentuada do que antes e não se vai nem até a esquina sem totalizar. Enquanto isso, a direita totaliza sem inibições. Todas as pessoas que mexem com o capital totalizam, para fazer os seus inves-

timentos. A totalização não é uma preferência intelectual de um ou outro; ela é um processo em curso na prática.

Você tem, por exemplo, uma iniciativa de alguém que vem da linhagem marxista, que é o Habermas, que tenta elaborar uma análise global, rejeitando o conceito de totalidade.

Há pouco tempo, quando ele esteve aqui no Brasil, perguntaram-lhe como nós ficávamos na teoria dele. Talvez, por prudência, ele disse: "Olha, a minha teoria é válida para a Europa, que eu conheço, aqui eu não sei". Para um teórico da sociedade contemporânea não deixa de ser uma posição incrível pelo localismo. A grande novidade do livro de Roberto Kurz [*O colapso da modernização*] nesse ponto é que ele retoma a tentativa de acompanhar o movimento mundial do capital. No Brasil, em relação a isso, aconteceu uma evolução, ou melhor, um retrocesso interessante. Antes dizia-se mais ou menos o seguinte: o capitalismo se realiza nos países atrasados por meio da incorporação de mão-de-obra barata, ele não melhora a condição de vida dos pobres e os explora até o osso, razão pela qual somos antiimperialistas. Pois bem, acontece agora que o capitalismo entra numa nova etapa e começa a rechaçar mão-de-obra não-qualificada. Diante dessa ameaça nova, a perspectiva dos pobres e da esquerda muda. Como é natural, a aspiração dos pobres agora é garantir a continuidade de sua exploração pelo capital, pois, na circunstância, deixar de ser explorado será bem pior. Diante deste impasse a esquerda, ou ex-esquerda, engatou uma incrível marcha à ré intelectual. No próprio momento da globalização, voltou a encarar as nações de forma ilhada, como que explicáveis a partir delas mesmas. O imperialismo ou os dinamismos internacionais iníquos teriam deixado de existir, e os povos têm o destino que merecem, de acordo com uma espécie de "culpa sociológica" de cada qual, a qual temos de reformar, de modo que o capital volte e venha nos explorar como todos desejamos. Como se a situação dos rechaçados pelo capital, ou também dos preferidos, não fosse também a expressão de um movimento de con-

junto, em curso de unificação. Recaímos em explicações culturais, de psicologia nacional, apartadas do movimento contemporâneo, que são patéticas. Neste sentido, o abandono da teoria da dependência foi, na minha opinião, um grande tombo teórico, porque ela podia se autocriticar e atualizar com muito ganho de compreensão. O meu interesse pelo livro do Kurz vem daí. Senti que poderia ter sido escrito no Brasil, a partir de nossa experiência histórica, e que nós aqui, por falta de iniciativa intelectual, ou porque nos rendemos relativamente sem luta à moda internacional, desistimos de tentar.

Você falou que ficou um sentimento de que o capitalismo não se interessou por nós. É uma dívida permanente, essa com o Primeiro Mundo? Você vê alguma relação entre esse sentimento de que nós ainda não chegamos lá e a produção literária?

Não há dúvida. Conforme a boa observação de Antonio Candido, o intelectual latino-americano vive um engajamento peculiar, diferente do europeu: ele está sempre contribuindo para a construção da cultura nacional, ainda incompleta. O país novo, ainda em formação, é um pano de fundo especial, com regras próprias. Assim, estamos sempre explicando o Brasil, salvando o Brasil, procurando uma brecha para que "ele" saia do atraso etc. E isso num certo sentido é ótimo, porque é preciso arrumar o Brasil, evidentemente. Mas é também uma coisa muito limitada no plano intelectual. Veja a diferença com o livro do Kurz, que não o escreveu para salvar a Alemanha, mas para entender o movimento da sociedade contemporânea. Acho que nunca tivemos isso aqui no Brasil, o que mostra como a atitude fundamentalmente engajada do intelectual brasileiro, além do mérito, tem também um preço. Imagine se o Marx estava querendo resolver o problema só da Alemanha quando escreveu *O Capital*. Em meados do século XIX uma teoria avançada já não podia mais ser nacional. Enquanto nós no Brasil nunca saímos dessa esfera. Um aspecto importante da teoria da dependência é que, nas suas formulações melhores, tentou articular a análise dos impasses do país com uma descrição, ainda que sumária, do horizonte do capital contemporâneo. Havia o impulso de descrever a sociedade contemporânea. Mas ainda aí a intenção era basicamente de salvar o país, ou os países, de encontrar uma saída. Isso é um ponto de vista indispensável politicamente, mas limitado no plano da teoria.

Mas deixa lhe perguntar... Na literatura os grandes escritores, os reconhecidos, por exemplo, Machado de Assis e Guimarães Rosa, em dois momentos diferentes, estavam livres dessa tarefa?

Aí você toca num ponto interessante. Ainda conforme Antonio Candido, a acumulação cultural, sem a qual não existem a liberdade de espírito e a obra significativa, entre nós aconteceu mais cedo e em maior escala na literatura. Sem espírito de Fla-Flu, talvez seja possível dizer que o Brasil produziu alguns grandes escritores, mas ainda não produziu um intelectual com obra de perfeição equivalente. A liberdade de espírito que tiveram Machado de Assis ou Guimarães Rosa na ficção, no campo teórico não aconteceu. Por outro lado, num patamar mais modesto, a situação hoje talvez tenha-se invertido. Devo estar mal informado, mas tenho a impressão de que o momento artístico não é de aspirações máximas. Se for verdade, seria um fato ideológico e artístico a meditar, e uma novidade no Brasil, onde de muito tempo para cá sempre houve algum artista mirando alto. João Cabral [de Melo Neto], Guimarães Rosa, Carlos Drummond, Oswald e Mário de Andrade, Clarice Lispector, todos são escritores muito ambiciosos. O que terá acontecido para que hoje não haja ambições equivalentes? O avanço da mercantilização na área da cultura pode explicar alguma coisa. Também a mudança na relação dos intelectuais com o Brasil pobre deve estar pesando.

Numa conversa com Susan Sontag você falou que um ensaio do tipo do de Adorno tem mais potencial crítico do que a literatura. Você encara isso dentro da perspectiva de que não é um grande momento literário ou você vê uma relação diferente entre filosofia e literatura na tradição marxista?

Vai ver que é uma perversão do gosto, mas de fato o melhor ensaísmo de interpretação da cultura contemporânea – estou pensando em Walter Benjamin, Adorno, Sartre – de certo

modo acabou entrando em concorrência com a literatura de ficção, e acho que não se sai mal no confronto. A atenção ao pormenor das contradições, a compreensão estrutural, a descoberta e a reconstrução da tendência histórica e de seu significado social, o desmascaramento de interesses de classe e outros, enfim, esta combinação de pontos de vista que caracteriza a crítica de arte de tipo marxista me parece responder em profundidade às aspirações de qualquer espírito livre hoje. Aliás, deste ângulo a baixa do interesse marxista no Brasil foi uma pena, pois estava em curso uma acumulação em grande escala e em muitos planos – crítica política, social, ideológica, estética, histórica etc. – que justamente nos estava ensinando a ver a problemática brasileira na sua espessura e como parte integrada da atualidade. Repito que o marxismo no Brasil não foi batido intelectualmente; foi largado com muito prejuízo.

Há quem o considere o teórico da volubilidade nacional. Até que ponto o arrefecimento do potencial crítico no Brasil pode ser pensado a partir da inquietante hipótese de que o capitalismo pode se manter, até pela própria forma com que ele se organizou, indefinidamente, com todos os problemas que ele tem, sem cair na barbárie e sem ter uma superação positiva, socialista, como quer que se imagine?

No debate atual as pessoas falam como se o capitalismo tivesse acabado de nascer, sem pai nem mãe, e sem atestado de maus antecedentes. Mas logo vai aparecer um historiador interessado em marcar a continuidade entre a nova etapa do capitalismo e a anterior. Na hora em que isso ocorrer, a etapa atual vai aparecer como um aprofundamento ou transformação de tendências anteriores: liquidou isso, liberou aquilo, há pontos de crise, pontos de fuga, e o movimento fica tangível outra vez. A questão das tendências históricas, com pontos de inflexão e limites, vai se colocar outra vez, não tenha dúvida.

Mas você não vê a possibilidade de uma estabilidade trágica? Não existe uma capacidade de adaptação infinita para o capitalismo?

Mas por quê? Ele nasceu outro dia, e só agora é universal. Em certo sentido, as coisas de que Marx falava estão existindo

agora pela primeira vez na plenitude: a dinâmica do capital correndo solta no planeta, sem nada fora dela, revirando tudo – não vejo como pensar em estabilidade.

A crítica vai renascer?

Acho que sim.

E virá pela literatura ou pela filosofia?

Não tenho idéia, mas que a crítica da mercantilização e de sua lógica é uma coisa crucial, eu acho que é. Não consigo imaginar que ela não seja retomada.

A idéia do capitalismo que corre solta por todo o mundo às vezes dá a impressão de que a literatura e o romance se tornaram anêmicos. É tudo absolutamente igual, previsível, repetitivo...

Não tem dúvida, os recursos da grande arte deste século agora mordem menos e estão rotinizados. É preciso dar um passo, como está não pode ficar. Eu sinto uma insatisfação brutal com a cultura contemporânea. Você vai ao cinema e sai desolado, liga a TV, lê o jornal, é uma coisa pior que a outra.

Será que todas as pessoas também sentem isso? Ou será só o intelectual?

É uma questão interessante. Insatisfações fortes nunca são de uma pessoa só. O grau de empulhação na mídia, e aliás também na Universidade, é muito alto. Como é que este concentrado de mentiras e má-fé se deposita dentro das pessoas? Se estas questões fossem examinadas de perto, com um mínimo de acuidade e franqueza, muita gente ilustre de nosso mundo dito cultural ia ficar com cara de malfeitor.

Qual é a expectativa do cidadão Roberto Schwarz? O que ele espera? Que um intelectual estude, dê conta do que foi escrito, do que foi produzido, produza uma teoria aceitável para explicar esta globalização e aponte para uma perspectiva de superação positiva, socialista?

Se hoje você me perguntar o que é o socialismo, é claro que não sei, e penso que a maioria das pessoas não dogmáticas,

se forem sinceras, vão responder uma coisa parecida. Entretanto, ao mesmo tempo que não sei o que é socialismo, acho justa a crítica da esquerda ao capital. Ora, essa é uma situação histórica objetiva, um ponto na trajetória do movimento de esquerda, que não há por que descartar. É experiência acumulada real, com sua parte de impasse, que tem de se tornar produtiva. As pessoas que não são de esquerda, que não têm sensibilidade de esquerda ou que a jogaram fora, podem perfeitamente dizer: "Bem, se para o capital há saída, e a grande maioria se frita, então que se frite". Mas quem não aceita isso tem de procurar saídas dentro de um certo parâmetro que lhe pareça aceitável, o que aliás não garante que a saída se encontre ou exista. Mas as saídas que não levarem em conta esse parâmetro não me interessam (a não ser como assunto). Então, de fato é uma posição precária.

Como você distingue a pessoa que mudou de idéia da pessoa que abriu mão das suas idéias?

A pessoa que mudou de idéia presta contas de sua evolução. Entre parênteses, um dos méritos grandes do Fernando Henrique é ter prestado contas de sua trajetória muitas vezes, falando e por escrito. Nesse ponto ele é muito superior, e quase único no campo dele, na minha opinião.

Você não vê ruptura dele no momento atual?

Não sou capaz de responder de maneira taxativa. Mas lembro que a mudança do capitalismo foi grande, e que, nestas circunstâncias, como diz o Macaco Simão [José Simão, colunista da *Folha de S. Paulo*], quem fica parado é poste. Seja como for, é inegável que Fernando Henrique trata de explicar os passos que dá, e não renunciou a entender e valorizar o próprio percurso em termos históricos. As pessoas de esquerda que não gostaram das alianças que ele fez – como é o meu caso também – tendem a desconhecer isto, e passaram a vê-lo como um político imediatista, no que em minha opinião se enganam. Ele certamente se vê em termos de História, não tenho dúvida de que deseja

ser um grande presidente, e a definição dele do que seja um grande presidente na certa se alimenta do que ele pensou antes e da tradição intelectual à qual ele se liga, brasileira e outras, inclusive o marxismo. Acho que as pessoas que lhe desconhecerem a ambição e a perspectiva histórica vão se enganar muito. Mas é claro que visão histórica é apenas um elemento entre muitos outros, e que a aliança com os donos da vida vai pesar.

E, objetivamente, por que você não votou nele?

Até onde vão as minhas luzes, as pessoas de tradição socialista têm de buscar a saída do lado da viravolta social, do confronto com a injustiça de classe, na crítica à lógica do dinheiro e da propriedade privada, na oposição ao funcionamento indecente da mídia etc. Tudo dentro das novas condições, que não suprimiram estas taras, que eu saiba. Sei que este não é propriamente o programa do PT, mas na sua existência, que melhorou o Brasil, o partido representa alguma coisa disto. Num país de tanta desigualdade, acho também importante a candidatura de um operário à presidência, no que não vai nenhum obreirismo. De modo que pus entre parênteses a estima intelectual e a amizade, naturalmente sem diminuí-las, e votei como era natural.

Uma coisa que ouço muito dizer é que antigamente ser professor de uma universidade pública como a USP dava ao sujeito um bom salário... Tinha condições de viver dignamente. Como era ser intelectual? Como é ser intelectual? Vive-se hoje de intelecto?

No tempo em que eu entrei na faculdade, em 1957, os colegas mais velhos, que estavam terminando o curso, prestavam concurso para professor secundário, e não viam isto como desastre. Porque a situação era a seguinte: como professor concursado no interior você dava quatro aulas por dia, e tinha um salário que dava para viver corretamente. Então, para um intelectual, valorizar o tempo livre era uma perspectiva interessante, não é? Davam um tanto de aula, que é uma atividade boa, se não forem muitas por dia, e o resto era para estudar e pensar na vida. Quer dizer, era possível ser intelectual também fora da Universidade,

e, sobretudo, a situação do professor secundário não era incompatível com a produção intelectual, o que melhora muitíssimo a vida intelectual do país. Na Europa é assim, uma parte dos bons intelectuais franceses dá aulas no secundário, o que faz grande diferença. Isso no Brasil chegou a existir, e foi totalmente desmanchado pelo aviltamento dos salários. Não há exagero em dizer que bons salários no secundário são meio caminho andado para uma boa mudança cultural.

Qual o seu projeto atual de estudo?

Estou tentando retomar, no século XX, as questões que estudei em Machado de Assis. Acho que as soluções literárias que Machado inventou para dar uma visão apropriada e profunda da sociedade contemporânea, através da sociedade brasileira, foram reinventadas de maneira diferente por quase todos os nossos grandes escritores modernos. Quero assinalar a existência dessa estrutura comum, porque isso, se for verdade, mostra como o trabalho literário é consistente e dá continuidade, dentro do diverso, tanto a problemas sociais quanto a elaborações artísticas anteriores, até mesmo involuntariamente. Essa continuidade em alguns autores é deliberada, enquanto noutros é ditada pela vida, que pode ser tão organizada quanto a cabeça do artista mais organizado. E cabe ao crítico perceber a consistência e a força do que está em jogo.

E quem são esses autores?

Quero estudar Mário de Andrade, João Cabral, talvez Drummond... Enfim, vamos ver.

Não pode mostrar todo o ouro! (risos).

Paulo Eduardo Arantes

Ajuste intelectual*

1. Filosofia para todos

Um estrangeiro não entenderia o crescente sucesso de mídia da Filosofia em nosso país. E mesmo um brasileiro precisaria pensar duas vezes a respeito do espaço relativamente desproporcional ocupado pela Filosofia nos meios de comunicação de massa, sobretudo em se tratando de uma especialidade tão remota como os estudos filosóficos. Nenhum jornal do mundo dedicaria quatro páginas da sua edição dominical (sem falar na inevitável réplica do concorrente) à cobertura do lançamento de um livro sobre Wittgenstein. Vocês me dirão que o autor era a verdadeira "matéria" (de capa inclusive), muito mais importante do que o clássico em questão, mas seria preciso acrescentar que o tal clássico, a despeito de ser um filósofo da lógica exigindo conhecimentos técnicos específicos, não por acaso tornou-se nos últimos anos matriz mundial de uma surpreendente variedade de *gadgets*, de filmes a biografias, passando por locais de peregrinação. Em menos de

* Material recolhido de uma conversa com Fernando Haddad e Jorge Mattos Brito de Almeida, publicado na revista *Teoria&Debate*, nº 30, nov.-dez. de 1995 / jan. de 1996.

seis meses o livro já deve andar pela 2ª edição. Quem o leu? Eu sou suspeito mas não conheço muita gente.

Inexistente nos anos 60, as relações da Filosofia universitária com a indústria da consciência em nosso país datam da década seguinte. Estreamos com uma anomalia: no início dos 70, a Editora Abril lança a coleção *Os Pensadores*, na forma de antologias acompanhadas de fascículos vendidos em banca de jornal, porém concebidos, planejados e coordenados por gente do ramo filosófico o mais estrito e exigente. Fora o preço, nada estava barateado. Resultado: em menos de um ano vendeu-se mais Platão do que em toda a história intelectual da Alemanha. Como era de se esperar, apocalípticos e integrados se engalfinharam. No coro frankfurtiano dos contrários falava-se em falso esclarecimento, engodo de massa, assalto à economia popular. Mas o lado a favor também possuía bons argumentos, entre eles a convicção de que era impossível tocar um primeiro ano de Filosofia Brasil afora (se é fato que Filosofia e espírito crítico são uma só e mesma coisa, apesar de toda desconversa que costuma acompanhar a primeira) sem o amparo de coleções como essa, além do mais numa época de universidade de massa, como já era a brasileira nos cinco primeiros anos da ditadura militar.

Primeiro lembrete a propósito de nossas esquisitices nacionais. Não custa recordar pela enésima vez que a via brasileira para o capitalismo moderno não tomou feição clássica, que em 30 anos a bem dizer passamos diretamente de uma economia primário-exportadora para uma configuração industrial oligopólica, queimando o impulso societário organizador que os países centrais devem ao longo período de capitalismo competitivo movido a luta de classes. Como este salto à frente carrega consigo uma espécie de Antigo Regime funcional, era natural que nessas condições nos tornássemos um aleijão, menos por deficiência interna do que por sermos de fato a fratura exposta do capitalismo mundial.

Se uma constelação como essa compromete até hoje a formação de um partido operário, por que não haveria de enredar num sistema de alienações originais a especulação filosófica,

quando chegasse a sua hora? Esta começou de fato a chegar ao longo dos anos 70, alcançando hoje um fastígio quase burlesco. Como o país, a cultura filosófica também abandonou do dia para a noite o seu estado de "melhoramento-da-vida-moderna" para ingressar sem maiores mediações no repertório da indústria cultural, também ela muito idiossincrática em nosso meio, para pior é claro. Aliás, mediações até que houve, sendo a principal delas o ânimo combativo de resistir à ditadura conferindo existência pública ao espírito filosófico. Quis no entanto a lógica das nossas combinações desiguais que com o tempo fosse ficando cada vez mais delicado discernir vontade de esclarecimento de exposição máxima em shows culturais, dos quais não se pode dizer sem mais que também eles não iluminem a cena. De sorte que os apocalípticos parecem integrados até o pescoço, e os integrados vez por outra cometem desatinos apocalípticos. No centro, uma Abertura bem-sucedida, que, não cumprindo o prometido, melou tudo.

2. *A Universidade depois da queda*

Curiosamente, enquanto a mídia nos facilita a vida – pelo menos os *happy few* que ela festeja ou tolera –, a Universidade só complica. O clima é de fim de linha. Mas voltemos ao começo dela, às ilusões da Abertura, aliás ilusões com forte apoio na realidade.

Na virada dos anos 70 para os 80, o mais pessimista dos observadores da cena nacional não recusaria o seguinte panorama, verdade que esboçado com mão de mestre: há muito tempo não se via no Brasil um esforço tão grande de estudar e entender a atualidade, conhecer e criticar os rumos do país; mas a despeito da qualidade e do empenho, o conjunto não parecia somar, como se faltassem iniciativas e espaços sociais em que tais conhecimentos pudessem atravessar as barreiras de classe e profissão, influir uns nos outros, produzindo a indispensável densidade de referências recíprocas, sem as quais não se injeta energia social no estudo, transformando-o em

seis meses o livro já deve andar pela 2ª edição. Quem o leu? Eu sou suspeito mas não conheço muita gente.

Inexistente nos anos 60, as relações da Filosofia universitária com a indústria da consciência em nosso país datam da década seguinte. Estreamos com uma anomalia: no início dos 70, a Editora Abril lança a coleção *Os Pensadores*, na forma de antologias acompanhadas de fascículos vendidos em banca de jornal, porém concebidos, planejados e coordenados por gente do ramo filosófico o mais estrito e exigente. Fora o preço, nada estava barateado. Resultado: em menos de um ano vendeu-se mais Platão do que em toda a história intelectual da Alemanha. Como era de se esperar, apocalípticos e integrados se engalfinharam. No coro frankfurtiano dos contrários falava-se em falso esclarecimento, engodo de massa, assalto à economia popular. Mas o lado a favor também possuía bons argumentos, entre eles a convicção de que era impossível tocar um primeiro ano de Filosofia Brasil afora (se é fato que Filosofia e espírito crítico são uma só e mesma coisa, apesar de toda desconversa que costuma acompanhar a primeira) sem o amparo de coleções como essa, além do mais numa época de universidade de massa, como já era a brasileira nos cinco primeiros anos da ditadura militar.

Primeiro lembrete a propósito de nossas esquisitices nacionais. Não custa recordar pela enésima vez que a via brasileira para o capitalismo moderno não tomou feição clássica, que em 30 anos a bem dizer passamos diretamente de uma economia primário-exportadora para uma configuração industrial oligopólica, queimando o impulso societário organizador que os países centrais devem ao longo período de capitalismo competitivo movido a luta de classes. Como este salto à frente carrega consigo uma espécie de Antigo Regime funcional, era natural que nessas condições nos tornássemos um aleijão, menos por deficiência interna do que por sermos de fato a fratura exposta do capitalismo mundial.

Se uma constelação como essa compromete até hoje a formação de um partido operário, por que não haveria de enredar num sistema de alienações originais a especulação filosófica,

quando chegasse a sua hora? Esta começou de fato a chegar ao longo dos anos 70, alcançando hoje um fastígio quase burlesco. Como o país, a cultura filosófica também abandonou do dia para a noite o seu estado de "melhoramento-da-vida-moderna" para ingressar sem maiores mediações no repertório da indústria cultural, também ela muito idiossincrática em nosso meio, para pior é claro. Aliás, mediações até que houve, sendo a principal delas o ânimo combativo de resistir à ditadura conferindo existência pública ao espírito filosófico. Quis no entanto a lógica das nossas combinações desiguais que com o tempo fosse ficando cada vez mais delicado discernir vontade de esclarecimento de exposição máxima em shows culturais, dos quais não se pode dizer sem mais que também eles não iluminem a cena. De sorte que os apocalípticos parecem integrados até o pescoço, e os integrados vez por outra cometem desatinos apocalípticos. No centro, uma Abertura bem-sucedida, que, não cumprindo o prometido, melou tudo.

2. *A Universidade depois da queda*

Curiosamente, enquanto a mídia nos facilita a vida – pelo menos os *happy few* que ela festeja ou tolera –, a Universidade só complica. O clima é de fim de linha. Mas voltemos ao começo dela, às ilusões da Abertura, aliás ilusões com forte apoio na realidade.

Na virada dos anos 70 para os 80, o mais pessimista dos observadores da cena nacional não recusaria o seguinte panorama, verdade que esboçado com mão de mestre: há muito tempo não se via no Brasil um esforço tão grande de estudar e entender a atualidade, conhecer e criticar os rumos do país; mas a despeito da qualidade e do empenho, o conjunto não parecia somar, como se faltassem iniciativas e espaços sociais em que tais conhecimentos pudessem atravessar as barreiras de classe e profissão, influir uns nos outros, produzindo a indispensável densidade de referências recíprocas, sem as quais não se injeta energia social no estudo, transformando-o em

algo mais do que simples mania ou um ganha-pão como outro qualquer, em algo coletivo enfim. Em linha com esse raciocínio, e o sentimento correlato de regeneração social possível caso déssemos, entre outras coisas mais decisivas, com o nexo social entre o tal ânimo estudioso disperso e luta social, seria preciso acrescentar que o espaço das transfusões críticas demandadas estava disponível sim, como o demonstrava, por exemplo, o sucesso excepcional das reuniões da SBPC, ela mesma uma extensão da Universidade (o correspondente sucesso dos megaeventos culturais de hoje, onde aliás brilha a Filosofia, dá uma idéia do país depois da queda).

O mesmo autor que acabei de parafrasear costuma dizer que a Universidade é uma máquina de suscitar e ao mesmo tempo anular pensamento. Pois naquela quadra, tirante a atrofia de sempre, a Universidade estava mais para fomento do que para sepultamento. E isto porque vinha inchando desmesuradamente em função das políticas (e negociatas) megalomaníacas da ditadura, e quanto mais massa atendia, menos funcionava. Um par de oposicionistas com muita imaginação formulou então a seguinte alternativa: se é assim, chegou a nossa hora. É que uma Universidade de massa, no quadro de um processo acelerado de modernização como o nosso, é uma peça da maior importância só que na gestão da demanda agregada, daí as flutuações irracionais do financiamento, do ponto de vista da natureza específica do objeto. Com isso era arquivado um dos grandes mitos da esquerda: salvo no que respeita à política econômica como tal, a Universidade não é funcional, o capital não está minimamente interessado em ensino, pesquisa e tecnologia, até porque esta última faz tempo é gerada nos departamentos de P&D das grandes corporações multinacionais. Vistas as coisas desse ângulo heterodoxo, percebeu-se que a ditadura tinha gerado um monstrengo libertário, um enorme exército intelectual de reserva que, por razões estruturais, mesmo que quisesse já era inimpregável, a não ser para fins que lesassem frontalmente os interesses mais corriqueiros do cálculo econômico. Estava ali enfim, nas salas de aula e ateliês apinhados, uma chance histórica para a descompartimentação social e intelectual que estava faltando. Como o nó vinha do inchaço burocrático e autoritário, uma vontade democrática decidida e organizada logo o cortaria. Como sabemos, as oposições também pensavam assim em plano nacional, devendo a Abertura culminar numa ruptura democrática que cuidaria de desconcentrar tanto o poder político como o econômico.

Conhecemos a reviravolta pela qual ninguém esperava. Atendendo ao mais premente de um longo ciclo recessivo, o capitalismo acabou se mundializando e inflingindo, de caso muito bem pensado, a maior derrota política e social de que se tem notícia desde os anos 30 àquelas forças que, mesmo quando negociavam com ele um compromisso, sabiam que estavam lidando com uma ameaça à vida civilizada no planeta. Isso dito para lembrar que a Universidade não seria uma exceção.

Quando ela se preparava para uma virada histórica, foi empurrada para o cemitério das grandes carcaças deixadas pelo caminho de uma formação nacional que não se completara, ao lado de usinas nucleares que nunca funcionam, ferrovias que não levam a parte alguma etc. – como foi obrigado a constatar o mesmo observador esperançoso das transfusões críticas em marcha na véspera da Abertura. Daí a vida dura que levamos: mesmo assim em estado pré-falimentar de sucata, para agravo moral ainda maior, passamos por privilegiados de um setor estatal improdutivo. Não adianta discutir. Diante da grande massa de esbulhados que constituem a imensa maioria deste país, trata-se, é claro, de uma evidência palmar. Mesmo assim a legião dos despossuídos continuaria na mesma depois de fechada a última Universidade pública brasileira.

Não é isto o mais desastroso, até porque não acontecerá. Já há muito "sabido" em campo diligenciando reengenharias, gestão profissional, parcerias (com quem, não se sabe ao certo, pois as empresas não estão nem aí, salvo um ou outro negocinho da China) e outras *abobrinhas* como exame final etc. A prevalecer a lógica dos vencedores, haverá encolhimentos drásticos, fatiamentos separatistas, formação de redes "acadêmicas" de interesse etc. Modesta contribuição dos

tais sabidos para o aprofundamento do processo de *dessolidarização* social em curso.

Como disse, não é isso o mais estarrecedor, mas o que se vê na sala de aula. Às vezes fico pensando, depois de 13 anos ensinando (?) no primeiro ano, que nem mesmo cem Antonios Candidos dariam conta de tirar do limbo em que se encontram as milhares de Macabeas de ambos os sexos espalhadas pelas universidades brasileiras. Como o povo brasileiro, é certo que elas ou eles virarão estrela e irão para o céu, mas por enquanto o que se vê é outra coisa, um fenômeno para o qual o escritor e também professor Modesto Carone encontrou a fórmula exata: vítimas de um "dano cultural irreparável". São pessoas mentalmente desmobilizadas. Não têm para onde ir, pois a parte que nos coube do ajuste conservador desativou o mecanismo básico de uma sociedade moderna, a mobilidade social ascendente, o que corta o fôlego e a vida pensante de qualquer um. Recuar, nem pensar: onde a cultura viva do povo bastando-se a si mesma? Convenhamos, não há teoria crítica que quebre o gelo de tamanha alienação sem palavras.

Desse quadro faz parte o disparate pelo qual comecei: mal-estar na Universidade, relativo "à-vontade" na mídia. O colapso do desenvolvimento brasileiro deixou uma especialidade universitária como a Sociologia, por exemplo, praticamente sem assunto. Pelo mesmo motivo, sua parceira, a Antropologia, se deu muito bem, estudando os estilhaços daquela implosão, as várias maneiras de os derrotados porém ainda dependentes do capital vencedor entrarem e saírem da modernidade, como se diz em jargão, de preferência assistidos por corretores de "identidade" cadastrados.

Com a Filosofia aconteceu algo parecido; não por acaso o seu inesperado sucesso de público seguiu de perto o da Antropologia. Também ela se ocupa com as mesmas sobras. Compreende-se que, numa era de violento retrocesso social, a Filosofia exercida como esforço de implantação num país retardatário do item atualizador "melhoramento-da-vida-moderna" perdeu qualquer capacidade de convencimento. Como entrar numa sala de aula imbuído do propósito de difusão do espírito crítico herdado dos pais fundadores, sem resvalar no melodrama ilustrado? Sobretudo porque uma parcela dos presentes sabe que estamos vendendo outro peixe lá fora. Por uma razão muito simples: o referido desmoronamento (que tem escala mundial), ao mesmo tempo em que alterou radicalmente o perfil da demanda, transformou a Filosofia numa espécie de conversa sobre cultura. Sem nunca ter pensado no assunto (nem seria possível), vínhamos nos preparando para a guinada desde a primeira época do Estruturalismo francês, quando o repertório filosófico foi ampliado, abarcando Lingüística, Psicanálise, Etnologia, nova história, neovanguarda literária etc. Não fizemos nada também, muito pelo contrário, para desfazer a velha crendice em vigor nos meios universitários e afins de que a Filosofia ainda é um tribunal de última instância, cabendo de direito ao filósofo dar a última palavra sobre qualquer assunto na ordem do dia. Ocorre que nesse meio tempo a eufemística acumulação flexível já havia se encarregado de promover o arabesco intelectual a estilo de vida que se consome, desde que devidamente animado por intermediários qualificados operando no setor. Juntar as duas metades era só uma questão de tempo e ocasião. Chegado o primeiro, a mídia fez a sua parte. Quem disse que o Iluminismo se transformaria em um engano de massa imaginou muita coisa, mas não que a Filosofia enquanto crítica da cultura seria servida por animadores culturais e congêneres. Assim, o mercado que nos fustiga por obsolescência estatal é o mesmo que nos afaga e nos obriga a tirar coelho de cartola diante de uma platéia embandeirada por banqueiros, ministros e colunáveis.

3. *Intelectuais do contra, porém a favor*

Quanto aos intelectuais, para variar, encontram-se na berlinda. O que é normal em sociedades mal-acabadas como a nossa, na qual sempre foram "pau pra toda obra" desde os primórdios da nacionalidade. Com um dado novo a mais: um dos nossos chegou à presidência da República, o que complica

tudo. Grande parte da encrenca ideológica em que andamos metidos vem daí. Estivesse o *ajuste* (para empregar uma expressão-chave da fraseologia em vigor) em que vivemos entalados de uns tempos para cá sendo tocado pelo cacique político de turno, estou seguro que a conversa nacional estaria tomando outro rumo. Não quero ser cínico, pois sei muito bem quem está pagando a conta e não é hora de ficar torcendo por vida intelectual animada, mas aposto que, neste capítulo, na França de Chirac – para irmos diretamente ao paraíso dos intelectuais – não se passa nada, se comparado com o nosso aflitivo mal-estar na modernidade. Mas logo chegaremos lá, assim que se cumpram as promessas da grande Era do Sim que se anuncia. Como a tendência é ser caudaloso quando o assunto em pauta é a grande e lamentável família dos intelectuais brasileiros, vou me restringir a um par de observações, melhor dizendo, a um esquema (de Antonio Candido) e seu complemento (Roberto Schwarz).

Era do Sim não é expressão minha mas de um destacado cinemanovista saudando a sensação de vazio que experimentara logo após a vitória de Fernando Henrique. A reversão positivadora é flagrante. Embora distante no tempo, seus dois extremos integram uma mesma linha evolutiva ideológica. A famigerada marca cruel do subdesenvolvimento que o Cinema Novo contrapunha ao Imperialismo na forma da crítica imanente da parte ao todo, retrocedeu à condição de tara sociológica que só a racionalidade econômica saberá erradicar.

Pois bem, aí pelo fim dos anos 70, numa breve palestra ainda não recolhida em livro, Antonio Candido chamou a atenção para alguma coisa de essencial acerca desse mecanismo de reviravolta, uma constante em nossa vida intelectual. Como estamos vivendo um momento de intenso *ajuste intelectual*, uma rotação de eixo como há muito não se via em nosso meio até anteontem oposicionista, acho do maior interesse voltar a examinar esse esquema, a ver no que dá. Curiosamente, Antonio Candido refrescava a memória dos presentes também no momento em que a seu ver estávamos entrando numa sólida era conservadora (No que estaria pensando, naquele fim de

governo Geisel? Difícil atinar com precisão. Sendo o país aquilo que se sabe, marcado pela espantosa longevidade de posições conservadoras, ao que parece inexpugnáveis, de onde poderia vir àquela altura o agravamento em questão? No resto do mundo, de fato, os neoconservadores, como se dizia então, hoje rebatizados de neoliberais, há uma década resmungavam contra a alegada ingovernabilidade do Estado keynesiano, supostamente em crise fiscal por excesso de demandas, mas Thatcher, Reagan e Cia. ainda não haviam entrado em cena).

Em linhas gerais, o argumento partia da constatação de um certo déficit de negatividade em nossa cultura. Antonio Candido não se exprimiu exatamente nestes termos, mas sem falseá-lo torci um pouco a terminologia para o lado do Roberto Schwarz, que me interessa salientar depois. Com isso ele queria dizer que a cultura intelectual brasileira demonstrou sempre uma tendência a ser muito "a favor", mesmo quando era "do contra". No seu modo de entender, fenômeno muito compreensível numa sociedade de cultura reflexa, condenada desde a origem a adotar os padrões trazidos pelos colonizadores. Esta referência obrigatória à norma européia, seja para acatá-la ou infringi-la, acabou fazendo com que o "a favor" e "o contra", por assim dizer, se alternassem interligados na evolução de nossa vida intelectual. Assim, um artista de vanguarda podia ser frontalmente "contra" a pasmaceira local, mas decididamente "a favor" da renovação estética européia, que por sua vez perdia o gume negativo ao servir aos propósitos positivos de um país periférico (Por isso é que se costuma dizer, por exemplo, que os poetas "concretos" foram de vanguarda por serem patriotas, e vice-versa). Não surpreende então que os movimentos "do contra" na cultura brasileira sejam de fato muito temperados. Entre outros casos, veja-se o de Silvio Romero: ele foi "do contra" até demais, comentava Antonio Candido, foi o campeão "do contra", sempre "contra" a oligarquia, por exemplo, ou qualquer manifestação de grã-finismo intelectual, naturalmente aparentado à primeira, mas nem por isso menos incoerentemente "do contra" já que era "a favor" de muita coisa duvidosa, como o branqueamento do povo brasi-

leiro. Também interessante na escalada da atitude "do contra" é o repentino desfecho "a favor", como, por exemplo, a espécie de ilusão ilustrada que sucede ao espasmo radical mesmo quando metodicamente conduzido, como parece ter sido o caso de um Manoel Bonfim, segundo Antonio Candido um dos homens que mais agudamente desenvolveu entre nós a mentalidade "do contra", sendo autor, inclusive, no início do século, de uma originalíssima teoria do imperialismo, e nem por isso deixou de resvalar no mito muito brasileiro da redenção social pela instrução. Mais característica, entretanto, é a oscilação de sentido contrário, complementar do primeiro movimento, a irrupção de uma atitude "do contra" no âmbito hegemônico de irradiação da mentalidade "a favor". O caso mais notável é o do Joaquim Nabuco da campanha abolicionista, advogado gratuito da raça negra, não obstante reabsorvido pela sombra paterna findo o período "do contra". O mesmo para o Gilberto Freyre dos anos 30, investindo contra o bovarismo oficial.

Ora, sou de opinião de que se esse esquema binário fosse devidamente expandido poderia dar conta de muita coisa do ritmo ideológico característico de um certo tipo de vida intelectual congregada, de perfil institucional indeciso, porém tangível, que poderíamos batizar de Partido Intelectual, cuja certidão de nascença talvez date dos efeitos políticos bem conhecidos da sociabilidade intelectual cultivada pelos árcades mineiros, alcança seu primeiro apogeu com a ilustração outorgada do período joanino, quando, na observação de um perito nestes assuntos, era difícil discernir a gratidão sincera da adulação da parte de homens cultos cujos sonhos pareciam se realizar pelo lado mais inesperado (surpresa precursora de uma outra, o espetáculo desconcertante da periferia um século e meio depois, industrializando-se sob o patrocínio do imperialismo em pessoa, é claro que por sócios minoritários locais interpostos), fastígio que se repetiu depois na esteira da revolução cultural deflagrada em 30, idem na renovação do "mandato da raça negra" em versão fortemente popular do período pré-64, também acompanhada da simbiose de adulação e engajamento na forma da promiscuidade populista (na observação de outra testemunha ocular). Só para completar o parêntese que não posso esticar mais, lembraria que esse onipresente Partido Intelectual, depois de fragorosamente derrotado em 1964, como que por milagre se recompôs em seguida, alcançou prontamente a hegemonia cultural no cenário adverso, partiu para o enfrentamento armado com os prepostos do capital (digamos a sua ala moça, enquanto os seniores submergiam num exílio estudioso), mesmo esmagado se recompôs para emergir na década seguinte e firmar um pacto político (1977) cujo arco muito flexível estendia-se dos sindicatos às classes proprietárias convencidas de que a ditadura não era mais rentável; finalmente chegou ao poder intermediário dos governos estaduais (1982), tendo antes tomado o cuidado de se desfazer no meio do caminho de sua franja mais recalcitrante, a qual, não obstante abrigada por um partido de origem sindical, nunca rompeu (e como?) com a grande árvore genealógica desse partido ubíquo, afinal reinando em condomínio no comando federal desde 1985 (Sarney), seguida de nova perda de lastro em 1987 (colapso do Plano Cruzado), porém nas mesmas condições de contigüidade que o desmembramento anterior, tudo culminando no coroamento de 1° de janeiro de 1995.

Por mais rápido que tenha sido o sobrevôo, dá para perceber, se não estou redondamente enganado, que o tal Partido Intelectual (Brasileiro e não do Brasil), sendo por definição, se tomarmos ao pé da letra a carga negativa elementar presente em qualquer esforço reflexivo, sendo portanto por definição um Partido do Contra, pode muito bem funcionar como um Partido do a favor, assim como o verdadeiro Partido da Ordem (para quem estiver lembrado do Dezoito Brumário, e da sua incrível atualidade) não precisa se contradizer nem um pouco (basta lembrar da sutil coreografia imperial executada pelo Patriarca e o Bacharel em prol de algo como um paternalismo moderno e esclarecido) para se aliar, com os atritos de praxe é claro entre os dois personagens redivivos que acabei de mencionar, com o dito Partido Intelectual. Em tempo: este último finalmente chegou ao poder depois de um racha minoritário e traumático, a bem dizer na

boca de urna – exagerando um pouco na data *in extremis* está claro, mas apenas o suficiente para lembrar que as frações deste partido quando derrotadas levam para casa o essencial do espólio herdado, e nem poderia deixar de ser assim.

Fecho o parêntese e volto ao esquema da alternância do "contra" e do "a favor" para lembrar que ele está em linha com o que Antonio Candido sempre disse, das mais variadas maneiras, acerca da dimensão empenhada da vida intelectual brasileira, o ânimo construtivo de quem pensa e escreve com o olho posto nas providências a tomar com vistas à entrada bem aparelhada do Brasil no concerto das nações civilizadas. De sorte que exigir entre nós de um intelectual que ele se engaje é como chover no molhado, e mais uma vez assistir à mágica brasileira da conversão do negativo em positividade, ponto para o qual Roberto Schwarz, não faz muito, chamou a atenção, achando que finalmente chegara a hora da torre de marfim materialista. Esquema também em sintonia com outro tópico-chave no arranjo teórico de Antonio Candido, o contraponto entre localismo e cosmopolitismo a reger nossa vida mental, por sua vez, embora relativamente desafogado em sua lógica específica, firmemente ancorado nas idas e vindas do campo de forças definidas pelas relações assimétricas entre centro e periferia.

Lembro o ponto para chegar à novidade que gostaria de assinalar a propósito do movimento pendular do Partido Intelectual entre o "contra" óbvio e o "a favor" não tão óbvio assim. Mas, para tanto, preciso recordar que o raciocínio de crítica cultural de Antonio Candido admitia e previa um momento de equilíbrio e síntese entre os dois pólos, o geral e o particular, momento tanto de ordem mental quanto material: a grande hora histórica de superação do subdesenvolvimento e da dependência cultural, com a incorporação moderna e coerente das massas populares a uma sociedade de passado colonial finalmente erradicado. Acontece, como todo mundo sabe ou devia saber (pelo menos desde o seu sepultamento ostensivo com a famigerada "mudança de agenda" promovida pela era Collor), que esta hipótese começou ser derrubada a partir de 1964.

Aqui o passo adiante dado por Roberto, de que falei, e do qual já me vali quando me referi à patologia intrínseca do mundo metropolitano sendo posta em perspectiva pela atitude do "contra" do Cinema Novo. Como não posso me estender, diria muito rapidamente o seguinte: refletindo, depois do contravapor de 1964, sobre o desenvolvimento do subdesenvolvimento (posso garantir que atraído muito mais pela "dialética" do título do que propriamente pelas teses de Günder Franck), quer dizer, refletindo sobre a persistência do nosso Antigo Regime devidamente reposto pelo processo de aprofundamento da modernização capitalista, Roberto achou que finalmente havia chegado a hora em que a inteligência acederia objetivamente a um ponto de vista crítico de negatividade máxima acerca da marcha nefasta do capitalismo mundial, mas não um ponto de vista doutrinário qualquer, por teimosia ortodoxa e baluartista, mas uma perspectiva ancorada na sondagem das formas locais específicas daquela marcha internacional catastrófica e propriamente bárbara. Com isso, imaginava, embora não nestes termos de agora, o Partido Intelectual instalava-se de vez num longo e definitivo ciclo "do contra", em que do fundo mesmo do nosso quintal objetaríamos enfim para valer, e em nome da experiência havida, contra o sistema mundial de produção de mercadorias. E mais, um ciclo intelectual ao longo do qual nunca mais regrediríamos ao ângulo culturalmente diminuído e tutelado em que se costumava encarar a eliminação do nosso "atraso" como uma diferença a tirar em relação à normalidade (que assim deixava de sê-lo) dos países centrais.

Ora, o tempo se encarregaria de mostrar que Roberto, ao cumprir o seu dever (materialista) de crítico literário, trazendo de volta a interpretação da experiência brasileira para o centro do ensaio literário, como alguns anos antes o mesmo Antonio Candido mostrara ser possível fazê-lo, conseguira, por assim dizer, extrair energia estética negativa, transposta ato contínuo para o plano da crítica da cultura e da sociedade, do enfoque geral da assim chamada (para facilitar) teoria da dependência, mas precisara para tanto empurrar para debaixo do tapete o

mais do que ambíguo caráter afirmativo dela, mais interessada em desfazer à esquerda as imagens ou imaginações equivocadas a respeito do funcionamento do capitalismo na periferia do que em criticar a cara feia do bicho (por certo achando que isto era uma obviedade moral para mais tarde, capitulação sem dúvida reforçada a cada rodada da controvérsia ideológica interna pelo acerto realista do seu diagnóstico). Associada porém dependente, ou vice-versa, pouco importa, o fato é que nossa economia se desenvolve, nossa matriz industrial está se completando, quando chegar a nossa vez saberemos extirpar as patologias inerentes ao processo. A hora se apresentou e, com ela, a conta.

Nos termos do nosso esquema: Antonio Candido (já que é o nome próprio pelo qual atende o dito esquema), mesmo derrotado no que tange à hipótese da construção nacional, compartilhada aliás por outro vencido, Celso Furtado, volta a ter razão, não sem paradoxo, seja dito para aguçar o sentimento dos contrários nesta marcha arrevesada das coisas, pois estamos evocando o testemunho involuntário de dois eminentes próceres civilizadores do mais positivo "a favor" institucional, sendo no entanto o primeiro deles declaradamente socialista e amigo fiel da Revolução Cubana. É que naquele caráter afirmativo da idéia nem um pouco equivocada de desenvolvimento capitalista dependente-associado ressoava novamente a batida do pêndulo do "a favor". Houve um interregno, é claro, em que as miragens da Abertura e da Transição arquivaram como velharia as antigas teorias da dependência, aliás reforçando a ilusão retrospectiva de que elas eram, todas, intrinsecamente críticas. O que se viu e se está vendo é que a mundialização em curso, como já foi dito por um observador dissidente, trouxe de volta consigo uma Novíssima Dependência, só que agora devidamente maquiada por uma velha racionalização encobridora. É que retornou tal qual a antiga síndrome do "Brasil errado", na contramão, no desvio etc., seguida da palavra de ordem da faxina interna e tudo o mais que se segue da atual fraseologia da inserção internacional e seus derivados.

Preciso acrescentar que Roberto não só reconheceu a guinada (ou a explicitação em nova chave) como passou prontamente a conceituá-la, identificando, que eu saiba pela primeira vez, a dimensão industrializante do marxismo uspiano, o seu lado de progressismo burguês oitocentista, sem embargo da intuição original do Brasil de passado escravista-burguês, o maior feito do dito marxismo. Lembrando, por outro lado, que a tese da luta pela competitividade da indústria brasileira, encampada pelas duas facções rivais do que estamos chamando de Partido Intelectual (a que levou e a que ficou a ver navios, sem prejuízo da generosa raiva popular de que está possuída), na medida muito elementar em que qualquer sucesso regional numa situação de concorrência global de vida e morte acarreta um desastre de igual monta noutro canto do planeta, observando enfim que tal tese tem muito a ver com a estilização de uma corrida de ratos e nada a ver com a cultura de negatividade em alta de que tanto carecemos numa Era do Sim. Etc.

Antonio Candido voltaria a repisar que o "contra" do intelectual brasileiro nunca se apresenta desacompanhado do seu par alterno do "a favor". Aliás, como seu ex-assistente mostrou muito bem, e deu a última volta na chave de toda esta novela, no andamento binário da narração machadiana. E mais, recordando que os arrancos da nossa tradição "radical" intermitente (mas não os estou ameaçando com uma digressão sobre esta tradição "radical" segundo Antonio Candido, até porque não estamos falando de outra coisa desde o início), que os espasmos "do contra", de fôlego longo ou curto, cedo ou tarde retornam ao regaço da elite senhorial do "a favor". Com o que Roberto concordaria no ato, observando além do mais que as novas clivagens locais operadas pelo capitalismo mundializado geraram um bloco de "capacidades" (no sentido pejorativo que a literatura francesa antiburguesa do século passado emprestava a esta expressão), do qual queira ou não faz parte toda a crista do país organizado e integrado nos novos parâmetros produtivos (câmaras setoriais inclusive, mesmo que momentaneamente postas de escanteio) e que neste complexo das "autoridades" são todos "a favor" de que o Brasil de algum modo

se saia bem (desde que outros menos dotados se ferrem), sem excluir deste propósito positivo os que agora correm por fora no pelotão "do contra". O mesmo Roberto recordaria, enfim, que a oscilação histórica dos intelectuais brasileiros entre o "contra" e o "a favor" em torno do eixo, ao que parece incontrastável, do conservadorismo nacional se deve à margem absurda e anti-social de liberdade de que gozam nossas classes dominantes por uma espécie de direito histórico aberrante, derivado da origem moderna delas, criaturas escravistas do capital comercial, com um pé confortavelmente instalado na iniqüidade colonial ainda viva e outro fincado à larga no pólo internacional e ultramoderno dessas mesmas relações sociais horrendas, sendo aliás (mas agora sou eu que leio assim o que Roberto escreveu com muito mais precaução ao fim de seu depoimento sobre o Seminário Marx da Faculdade de Filosofia da rua Maria Antonia), sendo aliás esse impressionante leque de opções de que dispõem que lhes permitiu refuncionalizar o principal representante público de nossa cultura sociológica "do contra", apanhado num momento de desatenção em que a conjuntura internacional lhe parecia sugerir que já estava chegando a hora do "a favor", é claro que por incontrolada paixão pelo possível e aversão não menos categórica à síndrome colonial da *fracassomania*, espécie de atitude "do contra" em estado crônico.

De minha parte, aproveitaria a ocasião para acrescentar que, se dispomos de fato de um Partido Intelectual de longa tradição e relevantes serviços prestados à nação, verdade que hoje rachado numa imensa maioria de ajustados e um pequeno número de desajustados, *intelligentsia* mesmo, na acepção russa do termo, algo como um espírito de contradição organizado sem um momento sequer de descuido afirmativo, isso com certeza jamais conhecemos. Quem sabe se ela não estaria prestes a nascer agora que o capital também nos desobrigou de sermos "a favor" de uma saída para o Brasil, já que nos colocou na vanguarda da desintegração mundial (afinal afundamos dez anos antes do socialismo real), com isso apressando a secessão definitiva de nossas elites "ocupantes" (para voltar a falar como Paulo Emílio Salles Gomes, agora com toda razão).

4. *Presidência simulada*

FHC? Levemente decorativo, na acepção materialista do termo. Não fui o primeiro a ter esta impressão, mas sou desta opinião. Aliás, ela se encontra muito bem exposta numa entrevista recente do professor José Luís Fiori, e ganharíamos todos em pensar duas vezes a respeito, sobretudo nos setores de esquerda com projetos presidenciais. O juízo não é leviano, nem ele quis dizer que o presidente da República seja zero à esquerda – a rigor a fórmula zero à esquerda exprime muito melhor a situação em que todos nós nos encontramos, à esquerda. Ocorre, para retomar o argumento resumido na referida entrevista, que a margem de manobra política em países periféricos constrangidos (no nosso caso, de muito bom grado) a embarcar no processo de globalização em curso pela via de mão única dos programas de estabilização em marcha forçada, é praticamente nula. Como entramos na era da globalização exclusivamente pela janela financeira, vivemos num mundo de curto prazo cujo comando econômico obedece a uma estratégia global. Assim, cada gesto do Poder Executivo (para não falar no ritual obsoleto que ainda insistimos em chamar eleição) é imediatamente sancionado em primeira e última instância pelos "mercados": quem sair da linha é imediatamente punido por retaliações fulminantes contra a sua moeda. Nestas condições compete ao Poder Executivo vender credibilidade aos analistas financeiros dos países centrais. Ora, entre as principais garantias está a promessa de que "política" é coisa do passado, salvo a atração turística periódica mencionada há pouco, mas disso a mídia e a ficção da moeda forte se encarregam. De fato ficou muito fácil governar, pois não há mesmo nada a fazer. Daí o faz-de-conta em que vivemos. No mundo repetitivo da estabilização pela estabilização, mesmo que protocolarmente ainda se mantenha o cacoete de falar em crescimento, estabilização cujo lastro é uma nuvem de um trilhão de dólares, pode-se até dizer que o Poder Executivo que não for ostensivamente decorativo como uma tela abstrata elegantemente ornamental deixa de ser funcional para a crença ex-

terna na nossa consistência macroeconômica, a salvo de ataques irracionais dos "políticos". Exagero? Má vontade estilizada? Acontece que nós somos o último milagre latino-americano dos anos 90 a entrar em cena, e como tal, "produzido" por uma conjunção aleatória de globalização financeira, recessão mundial e juros baixos no Primeiro Mundo. O elemento decorativo em questão, tendo tudo a ver com essa "produção" mirabolante, simplesmente dá forma visível à sensação difusa de irrealidade, confirmada pela ameaça cotidiana do milagre reverter em poucas horas. Escusado lembrar que noutros tempos essa irrealidade da realidade, ou realidade do irreal, atendia pelo nome de fetichismo da mercadoria. O presidente é decorativo não porque lhe faltem as virtudes intrínsecas de um estadista, mas porque é o resultado milagroso do fetiche da moeda estável.

Tudo isso poderia ser dito de outra maneira, e de fato o foi. No mesmo dia em que o professor Fiori impatrioticamente punha em dúvida a autoridade do nosso primeiro mandatário, a imprensa local publicava um artigo do teórico alemão Robert Kurz em que rigorosamente se demonstrava a mesma coisa, porém nos termos mais gerais de uma "economia política da simulação". A idéia é mais ou menos a seguinte: pode-se demonstrar, sem extrapolar um milímetro do mais elementar cálculo capitalista, que os custos operacionais da sociedade, medidos no caso pelo consumo social do Estado, numa economia de mercado, ficaram tão altos que ela já não é mais rentável historicamente (tornando-se portanto descartável, em fatias, como estamos vendo). Daí o recurso, na intenção de encobrir tal situação, à simulação da moeda sem substância social na forma do capital fictício, tanto o do crédito governamental quanto o da especulação financeira. Procedimento simulador viável enquanto durou a grande exceção keynesiana dos 30 anos dourados do pós-guerra. Fechado o parêntese, o capital fictício do crédito governamental e do giro financeiro se apresentam inextricavelmente entrelaçados no seguinte faz-de-conta: as dívidas de um setor são "pagas" com as dívidas do outro, de sorte que o crescimento simulado – porque nin-

guém está interessado em crescer, tal o pânico de que o emprego gere inflação e esta derrube a rigidez vitoriana dos "mercados" – alimenta a própria simulação. Compreende-se que nesse capitalismo-cassino de dimensões globais certos homens não possam mais se levar a sério (coisa que para um intelectual é até natural e conveniente) e nem mesmo saber se realmente ainda existem.

Não havia, portanto, na entrevista nenhuma intenção escarninha do desacato pelo desacato, pelo contrário, quem sabe até o início de uma discussão no plano mais elevado da Ontologia. (Lembro, aliás, que o João da Ega, um personagem de Eça de Queiroz, que sabia muito bem o quanto sufocava a pasmaceira do mesmo, não o Eça, mas a de Portugal, costumava dizer que o desacato é a condição do progresso.)

Se a dimensão decorativa comportasse alguma dose de cinismo, que é a forma contemporânea da falsa consciência ilustrada, como um filósofo *pop* definiu o cínico moderno, seria o caso de imaginar um raciocínio do seguinte teor: de fato, não há mais política que não seja meramente decorativa e não chegará ao topo do Estado quem não investir na aspiração fetichista que atravessa todas as classes sociais, sem exceção, pois ninguém consegue conviver com a idéia inimaginável de que uma economia totalmente monetária seja de fato inviável na prática; não só o Estado mas também os empreendimentos privados de toda ordem empenham seu futuro em lucros fictícios; ora, sem futuro não há política, a menos que continuemos a chamar pelo velho nome de política a arte de entreter pela mídia a ilusão monetária daqueles que não têm dinheiro, mas votam de quatro em quatro anos. Quem raciocinasse deste modo teria por certo do seu lado a boa consciência da consistência sociológica.

Cinismo à parte, o marco zero da esquerda também tem de ser fincado neste pântano, se ela estiver disposta a sacudir a poeira do cretinismo institucional que a acometeu desde os primeiros tempos da Abertura e a fez embarcar na canoa furada de uma transição de ponta a ponta conservadora. Achávamos que tínhamos um passivo de pensamento político a descontar,

quando se devia, ao contrário, retomar a crítica da política. Levou quem viu, mesmo sem enxergar nada, que a política sempre teve a idade histórica do fetiche econômico predominante: principiou pela fantasmagoria do "contrato" gerada na esfera da circulação e agoniza agora na forma-publicidade da riqueza financeirizada.

O que fazer? Pelo menos dois caminhos me parecem rifados de saída. Refazer a trajetória do marxismo do apogeu socialdemocrata, dos tempos de Engels ao Estado Social do pós-guerra. Por não ter encarado praticamente a crítica do fetichismo da mercadoria, sob pretexto que seria devaneio utópico, elucubração negativa sem nada de positivo a propor, o marxismo ortodoxo correu pela pista inexistente da política, miragem tanto mais atraente até hoje quanto incessantemente reforçada pela lembrança épica das conquistas dos 30 anos dourados de capitalismo organizado, o mesmo que renunciando excepcionalmente às suas tendências destrutivas profundas permitiu no centro a montagem do *Welfare State*, e, na periferia, a nossa industrialização tardia. Tampouco me parece disponível a abstração oposta, a antipolítica dos velhos Novos Movimentos Sociais, alternativos ou não. Como já disse de outro modo a propósito do sucesso de mídia da Filosofia, ocorre que os interesses não-materiais configurados ao longo das rebeliões antiprodutivistas dos anos 60 e seguintes já foram devidamente colonizados na forma do consumo cultural de estilos de vida, consumo exponenciado pelo frenesi do capitalismo-cassino, em cujo âmbito a ficção do capital-dinheiro rentista cristaliza no fetiche das "identidades", nas quais se investe como uma aplicação num derivativo como outro qualquer. Se não nos decidirmos a desatar este nó – converter em prática social tangível a crítica da irrealidade fetichista do capitalismo mundializado e finalmente entregue a si mesmo, e largar de vez a intenção piedosa de reorganizá-lo mais uma vez – envelheceremos mais uma geração no campo das artes políticas decorativas. Como lembrado há pouco, dividido em dois blocos, o dos ajustados e o dos desajustados. Estou de acordo em situar à direita os primeiros, e à esquerda, os segundos, inclusive por um senso elementar de continuidade histórica e solidariedade social. Mas convenhamos: aliviados pelo justo destampatório, continuamos na mesma, sob o fogo cruzado das críticas de sinal trocado, porém simétricas: o que para uns é inserção dinâmica, para outros é estática, o que para uns é sistêmico, para outros é espúrio, e assim sucessivamente como no mau infinito da velha matemática. Uma coisa pelo menos é certa: acho que já dá para perceber que não se romperá o bonapartismo global dos "mercados" elegendo-se presidentes de esquerda (é bem verdade que a esse novíssimo bonapartismo devemos o tira-gosto, reconheço que um tantinho perverso, de ver apertar-se cada vez mais o estado de sítio moral em que vivem nossas elites separatistas).

Sirva de lição o nosso drama. O Partido Intelectual a que pertenço, mesmo na qualidade de simples casaca-de-ferro, e que não posso mais renegar, preparou-se durante 30 anos e sua fração majoritária acabou chegando lá. E o que se está vendo? Retrospectivamente pelo menos, já que seria ocioso profetizar, de tanto sermos positivamente "do contra" fomos a rigor colecionando argumentos "a favor" do capitalismo mundializado antes do seu triunfo. Os "mercados" penhorados agradecem a grata surpresa de tão fina apoteose intelectual, com a qual sinceramente jamais esperaram contar.

Luiz Felipe de Alencastro

Os mal-entendidos da História do Brasil*

Em primeiro lugar, dê um pequeno panorama de sua trajetória intelectual e do que está fazendo atualmente.

Prestei vestibular na Universidade de Brasília em 1964, algumas semanas antes do golpe, e quando este veio eu fazia parte da direção da Federação de Estudantes Universitários de Brasília e me vi envolvido na primeira onda da repressão, que naquela época não era violenta. Enfim, éramos só presos e em Brasília não havia casos de tortura. Em 1966, graças à intervenção dos meus professores da Universidade e de algumas outras pessoas do governo João Goulart, consegui uma bolsa de estudos na França, concedida pelo governo francês, onde graduei-me em Ciência Política e História, fiz doutorado e depois fui nomeado assistente-associado da Universidade de Rouen. Trabalhei também na Universidade de Vincennes em Paris. Fiquei lá até 1986, durante quase 20 anos, quando voltei para o Brasil e passei a fazer parte do Cebrap (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) e da Unicamp, onde dou aula no Instituto de Economia. Em seguida, fiz a minha livre-docência em História Econômica na Unicamp e agora estou concluindo

* Entrevista concedida a Fernando Haddad, publicada na revista *Teoria&Debate*, nº 32, jul.-ago.-set. de 1996.

um pós-doutorado na França, que é a transformação da tese de livre-docência em um livro, que acabei de concluir, a ser lançado no fim desse ano ou no começo do ano que vem.

No final do seu último seminário no Cebrap, você dizia que, como historiador, tinha interesse em desfazer três mal-entendidos da historiografia brasileira. Você poderia citá-los?

Existem realmente três mal-entendidos. Sobre o período colonial, o mal-entendido é que a descoberta do Brasil e o Governo Geral criaram o sistema colonial. Ou seja, como se tivesse bastado os portugueses chegarem, introduzirem a cana e os escravos africanos e a coisa engatasse num modelo triangular: os navios vêm da metrópole com manufaturados, pegam escravos na África e trazem para o Brasil, onde trocam por gêneros coloniais – açúcar, tabaco e depois café – e levam para Portugal. Não foi bem assim. Deve-se observar, em primeiro lugar, que o Brasil estava inserido num processo de formação de um mercado mundial e, a princípio, não era prioridade do império português. Quando finalmente a economia portuguesa tira seu foco de atenção do Oriente e o centra no Ocidente, ela se assenta num sistema em que rapidamente os interesses propriamente brasileiros, isto é, do colonato local, se afirmam quase que ao lado dos interesses metropolitanos, especificamente no que se refere ao tráfico negreiro. Há, desde o começo do século XVII, uma negociação bilateral entre Brasil e Angola que envolve a exportação de mercadorias brasileiras em troca de escravos africanos. Começa a haver uma certa autonomia nesse comércio Sul-Sul ou intercolonial. No final do século XVII, já há uma dupla administração desse espaço, uma co-gestão do Atlântico Sul, dividida entre os portugueses de Portugal e o colonato brasileiro.

É justamente isso que abre campo para outro mal-entendido: achar que, tal como Cabral chegou e criou o sistema colonial, D. Pedro I deu o grito do Ipiranga e um novo Estado nacional se formou. Também não é assim, não só pelas razões internas que se apontam sempre – o problema das revoltas regenciais, do assentamento da autoridade do governo central

nas diferentes províncias etc. –, mas também e sobretudo pelo papel que o Estado tem em nível externo. Porque, em conseqüência do que foi dito antes, o Brasil se independentiza mergulhado no tráfico negreiro que, a essa altura, era considerado pirataria. O Estado que nasce é, portanto, um Estado-pirata. Isso não é um jogo de palavras, são exatamente os termos da legislação do direito internacional e dos tratados que o Brasil tinha assinado, que entendiam o tráfico negreiro como ato de pirataria. Estando à margem do embrionário direito internacional existente, o país não só não compunha o rol das nações civilizadas como também estava sujeito a uma invasão por parte dos países europeus. O grande problema da história do século XIX é entender como o governo central se colocou num equilíbrio perverso entre a pressão externa, inglesa em particular, para acabar com o tráfico e a interna, dos escravistas, para não acabar com ele. É justamente graças a esse comércio de pilhagem da população africana que foi possível ao Brasil manter sua independência e se estruturar como Estado. Isso é o paradoxo da independência. O país consegue evitar se tornar imediatamente periférico à Inglaterra – como aconteceu com a maioria dos outros países da América Latina – porque é um braço do antigo sistema colonial e controla parte do negócio do qual as outras nações haviam se retirado, que era o tráfico negreiro.

Quando, finalmente, as classes dominante e dirigente, isto é, os fazendeiros e a burocracia imperial, decidem acabar com o tráfico, tentar trazer imigrantes e fazer estradas de ferro para abaixar o custo do transporte, há uma espécie de negociação global na qual os fazendeiros preferiram manter o latifúndio, abrindo mão da escravidão. A legislação agrária de 1850 destina-se a manter a grande propriedade e trazer para o Brasil um proletariado agrícola. Não tem nada a ver com o tipo de colonização que os alemães de Santa Catarina estavam organizando, em que os colonos eram proprietários que produziam diretamente para o mercado. Vêm italianos, que são proletários, pobres, brancos, católicos. Mas é justamente nessa fase que há uma espécie de problematização da questão da transição do trabalho escravo para o trabalho livre em cada região.

É nesse processo que se vai elaborar uma legislação rural do trabalho bastante sofisticada, que se tentou implementar sem muito sucesso, embora os debates a respeito tenham se estendido por mais de meio século. E a meu ver é isso que está subjacente ao terceiro mal-entendido, que é pensar que a legislação trabalhista "varguista", que fundou o Brasil moderno, saiu inteira da cabeça do Getúlio, toda feita depois de ele ler a *Carta del Lavoro* do Mussolini. Acho que a legislação varguista toma a herança de décadas de debate sobre a legislação rural e a questão do mercado de trabalho nacional propriamente dito e vai se aplicar aos trabalhadores urbanos, tendo em vista esse exército de reserva que existia no campo. Há, portanto, um eixo sobre a questão do trabalho, se você quiser, que atravessa quatro séculos de história do Brasil.

Pelos três mal-entendidos, pode-se depreender que há uma dificuldade adicional para o historiador ponderar de maneira rigorosa a importância dos elementos externos e internos no processo de formação e reprodução das nacionalidades periféricas?

O equívoco é fazer uma história territorial, quando no capitalismo ela não é territorial e nem mesmo nacional. Não havia nação nenhuma, embora existisse a idéia de que pernambucanos, paulistas, maranhenses tinham algo em comum. Da mesma forma, há uma vertente de esquerda que quer que haja uma filiação de movimentos, desde a Confederação dos Tamoios, passando pelo Quilombo de Palmares, pela Inconfidência Mineira, até a Coluna Prestes. Eu não acredito nisso. Hoje, quem está fazendo uma história nacional para valer, quem a está organizando é o PT, que é, realmente, um partido nacional e que tem um nível de coordenação das lutas sociais no país. Não existia isso antes. As lutas nacionais populares no Brasil, no Império e na Colônia, eram sempre localistas, regionais, não tinham a dimensão do todo, do Estado.

E a elite?

A elite era quem tinha a dimensão e a experiência de Estado. A versão conservadora da história do Brasil é mais consistente até do que essa outra que prega uma continuidade das lutas do povo. Se se crê numa humanidade difusa, vítima do capitalismo, ela também escapa do território, ela não tem mais nada a ver com a história nacional. É necessário olhar também para o Paraguai e Angola, onde era a demanda brasileira que estava desencadeando um cataclismo sobre esses povos. O Brasil participou ativamente da pilhagem da África. Navios de bandeira brasileira foram pilhar aldeias africanas no começo do século XIX, depois da Independência. Nós temos uma responsabilidade diante dos estragos feitos à África Portuguesa em particular. Uma visão humanista deveria levar em conta isso também.

Mas, para voltar à idéia das duas histórias nacionais, as conservadoras até têm mais consistência, mas têm um grande limite: a idéia equivocada de que os fenômenos só se resolviam internamente, não vendo os dois lados do problema. Essa coisa velha de ficar fazendo do barão de Mauá um sujeito com espírito empresarial, vítima da burocracia estatal do Império, é um verdadeiro absurdo. Na primeira Revolução Industrial era necessário ter carvão e ponto. Se não tinha carvão, não havia indústria, pois não havia mercado mundial de carvão; não existia onde comprar. O Brasil não tinha carvão, então não tinha indústria. E, ademais, um industrial não faz o capitalismo. Então, há uma espécie de mistificação grotesca que a burguesia faz dos seus próprios heróis.

Mas há o outro lado também...

Eu não sou tão entusiasta do Quilombo dos Palmares, que é uma coisa que o movimento negro procura destacar. Primeiramente, porque esse tipo de luta atraía a população afro-brasileira para um enfrentamento em que ela sempre perdia. Este tipo de luta não era o único e nem o mais eficaz. A forma de luta mais eficaz na escravidão foi a sabotagem difusa dos escravos na cadeia de produção. A palavra sabotagem vem do francês *sabot* que quer dizer tamanco, o objeto que os operários enfiavam na engrenagem das máquinas. No caso da escravidão, a sabotagem incluiu desde a atitude da mãe escrava que

tinha o heroísmo de provocar um aborto para não ter um filho escravo até o sujeito que esfregava o pé no curral para pegar bicho-de-pé e não trabalhar, passando pelo que matava e fugia, como houve muito em São Paulo. Por outro lado, essa idéia de que Palmares pudesse ser uma democracia é um absurdo. Nenhuma sociedade guerreira é democrática. Se fosse, teria sido a primeira do mundo. Porque uma sociedade guerreira tem de ter organização hierarquizada para se defender dos ataques constantes. Nenhuma sociedade militar é aberta a debates, à co-gestão. Dessa perspectiva, é muito mais importante mostrar a truculência dos vencedores do que inventar uma consciência homogênea e nacional dos vencidos, que não existiu.

Nesse sentido, o historiador tem um papel importante nesse rastreamento do processo de consolidação das classes dominantes. Nesse livro que estou acabando, mostro como a pilhagem em Angola, na segunda metade do século XVII, foi feita por gente saída do Brasil. A destruição dos reinos africanos foi feita contra a vontade do próprio colonato angolano e da Coroa Portuguesa, que tinha ali uma política de feitorias e não queria encrenca com os reinos africanos. Essa gente saída do Rio, de Pernambuco, da Bahia os destruiu. Isso é importante para mostrar quanto é necessário fazer uma história extraterritorial, até do ponto de vista dos vencidos, porque estes não estavam todos aqui, não foram todos vencidos em território nacional.

Qual era o modo de produção a que estavam submetidos os negros na África?

Há um mal-entendido também sobre a economia africana. A África é sempre vista como um continente exportador de mercadoria viva, marfim, ouro, madeira, escravos. Mas ela era também um grande mercado importador. Havia sobretudo algo que não existia na América Portuguesa, que é o comércio a longa distância. Uma ampla rede de trocas que percorria o Continente por semanas e meses. Isso existia na África Ocidental, na Central, na Oriental. Das minas de Moçambique se levava o ouro, pelo Oceano Índico e pelo Oriente Médio, para a Ásia e Europa. Havia o ouro do Golfo da Guiné que, durante

séculos, chegou ao Mediterrâneo pela rede de caravanas. Certas regiões da África, nos séculos XV e XVI, não eram mais atrasadas do que regiões da Europa. Mesmo antes disso, a arte africana, as estátuas dos séculos XII e XIII, por exemplo, são tão sofisticadas e avançadas quanto as gregas. Havia uma indústria siderúrgica já avançada, uma indústria têxtil... Tudo artesanal, como era na Europa aliás. Mas, por outro lado, não tinham marinha, pólvora, fábricas de armas de fogo.

Nesse contexto, o escravo já existia como elemento de troca. Mas o escravo doméstico africano não tinha nada a ver com o que era exportado para o Atlântico. Nas aldeias africanas não se vendiam os próprios cidadãos, os membros da comunidade. No Congo, por exemplo, até o século XVII, todos os escravos que saíam eram de outras regiões. Existia, portanto, um processo de escravidão doméstica, em que na segunda, terceira geração, o escravo era assimilado à família. Quando veio o mercado mundial e a demanda negreira, o processo se degradou de tal forma que se vendiam até os próprios filhos. Nesse ponto, volto a insistir, o Brasil, antes mesmo da Independência, teve uma participação importante no processo de degradação e, sob muitos aspectos, se beneficiou dele.

Você parece sugerir que a idéia de desenvolvimento dependente e associado pode, de certa forma, ser estendida ao Período Colonial...

Eu acho que sim, mais do que em outras colônias de qualquer maneira. Essa política externa brasileira sobre a África é originária daí. No século XVII, por exemplo, os holandeses atacam o Nordeste, depois Angola e o contra-ataque brasileiro começa em Pernambuco, mas também em Angola. Sai uma expedição do Rio para expulsar os holandeses de Luanda. É a primeira expedição transcontinental que sai do Novo Mundo. Foi montada pelos fazendeiros, não para atender a uma demanda local, mas a de um grupo negreiro do Rio que enfiava escravos no Rio da Prata para fazer contrabando e meter a mão na prata do Peru que por ali era exportada. É isso que financia essa empreitada para ocupar Luanda com uma tropa de 1.200 soldados do Rio e de Pernambuco.

De onde vem essa tradição de pilhagem, de desrespeito às leis internacionais?

Havia uma pilhagem internacional generalizada. A primeira guerra de narcotráfico no mundo, a do ópio, foi feita em 1842, pela Inglaterra, que derrotou a China para obrigá-la a comprar o ópio. Portanto, a Inglaterra é a primeira grande potência narcotraficante do mundo. Por outro lado, houve massacres na África muito maiores do que os feitos pelos brasileiros. Todas as nações européias andavam metidas no tráfico.

Porém, no Brasil há uma dupla tradição perversa. A primeira é a da escravidão. Um país que viveu 300 anos nela mergulhado, na violência doméstica e na administração da tortura e do terror. Havia uma situação de infracidadania generalizada para uma parte da população. Além disso, era um país que usava a tortura na frente dos outros e a mutilação como métodos exemplares para impedir a fuga de escravos. Todas essas coisas estavam banidas da maioria dos outros países de tradição ocidental. O Brasil carrega isso até o final do século XIX.

Por outro lado, outra perversidade era a Inquisição ibérica, que é uma reação da aristocracia contra a burguesia mercantil, procurando judeus em toda parte. Achava-se que todo comerciante era um judeu em potencial, o que estrangulou a emergência de uma burguesia interessada na ampliação de direitos civis, que foi o elemento de modernização da Europa, de destruição da aristocracia parasitária. A burguesia mercantil foi importante na modernização da Inglaterra e da Holanda. Nos países da Península Ibérica, justamente por causa da perseguição aos protestantes e aos judeus, ela teve travada sua ascensão e isso criou um viés muito importante na história ibérica e ibero-americana, com a não-generalização dos direitos civis. A Inquisição privilegiava a confissão obtida pela tortura, que era uma prática legalizada. Então, essa coisa de torturar, de humilhar o suspeito, de ocultar o denunciador é algo que atravessou Portugal moderno e ameaçou o colonato do Brasil durante algum tempo. O Brasil sai dessa dupla vertente. Nesse sentido, temos uma herança pesada, porque a idéia de que a

confissão é a prova definitiva de culpa influenciou até o ensino de Direito. A polícia científica existe há 120 anos e ainda não chegou ao Brasil. Não se faz prova material, não se recolhem impressões digitais quando há crime. A polícia brasileira é baseada no alcagüete, na tortura, na porrada e na confissão. Isso vem dessa dupla herança da escravidão e da Inquisição ibérica.

O que você pensa da declaração do FHC de que sua eleição representava o fim da era Getúlio?

A partir de 1970, houve uma urbanização da miséria. Os pobres do campo viraram miseráveis urbanos e isso sedimentou nas grandes cidades uma situação em que a população está absolutamente indefesa, sofrendo a criminalidade, o desemprego, a abdicação total do papel do Estado. Então, FHC diz que o getulismo acabou, que é fácil governar o Brasil, restringindo a idéia de governar a piruetas técnicas do tipo Plano Real, sem perceber que governar é não só assumir responsabilidades por toda a carência que o Estado criou, mas também fundar as condições da própria governabilidade, que foi o que Getúlio, a seu jeito, fez e FHC não faz. Ele parece prisioneiro de um certo materialismo vulgar. Ele pensa que, completando-se a globalização, haverá uma reestruturação social e uma redefinição institucional que se fará pela dinâmica do mercado e da economia. Não é assim. Num primeiro momento, ele e o José Serra nos encheram a cabeça, dizendo que se não houvesse parlamentarismo o Brasil não seria viável. Quando tomam o poder, assumem o presidencialismo mais escrachado e desestabilizam o quadro institucional presidencialista que havia, porque essa coisa da federalização da dívida de São Paulo, por exemplo, nas circunstâncias em que ocorreu, é um elemento de desestruturação do federalismo. Amanhã chega outro prefeito, que não tem poder ou não quer fazer barganha com o governo federal, e fica pendurado com a dívida. Além do mais, essa dívida que o governo federal assumiu não tem valor social nenhum, é dívida de obras feitas pelo Paulo Maluf na parte rica da cidade.

Na década de 1960, o debate sobre economia periférica apontava para duas alternativas: estagnação ou revolução. Fernando Henrique percebeu que havia um terceiro caminho que se provou historicamente verdadeiro: o do desenvolvimento dependente e associado. Não há a possibilidade de ele estar enxergando de novo o que poucos, na esquerda, vêem?

Veja bem. O cálculo do Fernando Henrique, de certa maneira, já está dando certo. Basta ler o noticiário da imprensa conservadora européia, que lhe é bastante favorável. Além disso, há uma insegurança muito grande com relação à Ásia, porque a China tem pontos inegociáveis, como o da continuação do poder da burocracia do Partido Comunista e a recuperação de Taiwan. O fato de a China ter ameaçado a entrar em guerra fez aumentar o orçamento militar da Coréia do Sul, de Taiwan e do Japão num nível muito além do que eles queriam e assustou o capital estrangeiro que estava indo para lá. Esse nível de truculência pode gerar uma certa confusão que vai favorecer a América Latina ou eventualmente a Índia. Mas o que me parece grave no cálculo do Fernando Henrique é que aparentemente não leva em conta o fato de que o país é forte quando tem uma coesão social forte. Um país inteiramente descosturado, como o Brasil de hoje, não é um interlocutor válido. Essas transições todas estão dependendo de indivíduos, de [Boris] Yeltsin, [Carlos] Menen, [Alberto] Fujimori, Fernando Henrique, [Ernesto] Zedillo, elas não estão embasadas em processos sociais, em burguesias hegemônicas independentes do Estado, em sociedades democráticas, como foi o caso da reconstrução da Europa depois do fim da Segunda Guerra Mundial. FHC está apostando no seu próprio prestígio. Como se estivesse na cabeça dele a articulação, sem que haja preocupação em criar condições de governabilidade, de estruturação dos agentes sociais. Ao contrário, a medida de punição dos petroleiros, por exemplo, é thatcheriana. É para demolir o pouco que há. Isso foi provocado pela dinâmica da sua eleição, independentemente da sua vontade. O fato de ele ter sido eleito pela maior frente direitista jamais formada no Brasil

criou um movimento devastador de desaprovação do movimento sindical e da esquerda.

Mas ele pode enfrentar problemas em função da desigualdade social e da crise permanente por que passa a sociedade brasileira. Nesse sentido, a situação do povo, de exploração e abandono, é um ponto fraco da negociação, que fragiliza a própria inserção do país no esquema internacional. Há um outro "custo Brasil", que é o da não-democratização da sociedade. Num primeiro momento, pode até funcionar negativamente o fato de ter sindicato reivindicativo. Mas, a médio prazo, a integração consistente no processo de globalização se fará por meio de nações sólidas. As que não tiverem uma coesão social sólida vão virar mercado; não vão virar sociedades econômicas, nem sociedades democráticas. Elas vão se esgarçar.

Por que o governo não leva isso em consideração?

O Paulo Renato [ministro da Educação] diria que está perfeitamente lúcido sobre isso e que trabalha justamente para tampar esse buraco. Mas não é só a educação; é a questão de ter interlocutores políticos, sindicatos organizados, um debate estruturado, interesses definidos no Congresso. E isso, o método de governar do presidente e o tipo de aliança que ele fez, com o setor mais atrasado, levam-no a atropelar a relação que poderia ter com o Congresso, com os partidos, com os setores organizados da sociedade. Sua política acaba promovendo uma pelegada que não tem base nem engajamento definidos e leva a essa personalização do poder e a essa sobrevalorização de uma racionalidade intelectual que está depositada nele e não está fundamentada num mapeamento político. Esse é o mal-entendido. Antes, Fernando Henrique era um intelectual isolado, estava na galeria. Agora, ele é o chefe da orquestra. Ele está reduzido a sua própria reflexão e teria de ter um suporte social que a política dele justamente desmonta.

Diante disso, qual seria o papel das oposições, do PT, em particular?

É preciso reconhecer que o PT, em geral, e o Lula, em particular, não souberam capitalizar a eleição presidencial. Na

primeira eleição, contra o Collor, Lula foi eleito líder da oposição. Teve 31 milhões de votos, o que não é pouca coisa, e sumiu. Três meses depois ele deu aquela entrevista pífia para o J.B. Natali da *Folha de S. Paulo*. Quando ele voltou, os 31 milhões de votos já tinham se evaporado. Os dois turnos têm uma dinâmica própria, o país não estava habituado a isso e ainda não está.

Eu morei na França de 1966 a 1986. Vi como o François Mitterrand ganhou em 1981. Quando eu lá cheguei, ele tinha perdido para o De Gaulle. Até então, ele era um advogado politiqueiro desconhecido. Perdeu de novo para Valéry Giscard d'Estaing [em 1974]. Mas, à medida que perdia, se estruturava como líder da oposição. No dia seguinte, ele estava em cima do governo, cobrando. Isso, num contexto em que a eleição seguinte só se daria dali a sete anos. Nesse sentido, na segunda eleição presidencial da qual o Lula participa, em que não houve nem segundo turno porque o Plano Real teve um efeito devastador e surpreendente a favor da candidatura do FHC, a reação do Lula, num certo sentido, foi até pior, porque ele abandonou a política. Essa não-estruturação em torno do Lula leva a privilegiar uma outra via de chegar ao poder. No federalismo, se tem uma regra que só é furada em momentos excepcionais, como foram os da transição brasileira: elegeu-se o Collor, à beira de uma hiperinflação; elegeu-se o Fernando Henrique, que fez o truque. Mas, em geral, a regra é ser eleito governador de um estado forte e depois ganhar a presidência. Quando não é assim, não funciona direito, nem nos EUA, onde o sistema é bipartidário e é uma velha democracia.

Hoje, o destino do PT está ligado a essa via longa de ascensão ao poder, de enraizamento nos municípios, de ganhar os governos dos estados e, em seguida, tentar a presidência. Esse foi um ponto fraco da candidatura do Lula. Ele perdeu um ano antes da campanha começar quando, nos quatro estados principais, por causa da máquina do PT, foram escolhidos candidatos nulos, com 1% de votos, muito aquém da média nacional do Lula e que o empurraram para baixo. A articulação, pela primeira vez em 40 anos, das eleições nacional e

estadual exigia uma dinâmica própria do governador, que ajudaria a empurrar o candidato a presidente. O que aconteceu foi o inverso. O Lula tinha de ir nos estados fazer campanha para puxar as candidaturas a governador do PT que estavam lá no fundo do poço.

Você está falando de galgar os degraus do federalismo para chegar à presidência. O PT nasceu, em parte, como uma crítica global à sociedade capitalista e como um partido socialista. O discurso do PT tem perdido esse caráter mais global e vem se particularizando em torno de questões específicas. Como você enxerga esse movimento?

A questão de pensar o socialismo e a continuidade do seu ideário nesse novo contexto da globalização é muito difícil, inclusive nos países europeus que têm partidos socialistas mais que centenários. Na Europa, agora, há um complicador suplementar, que é o fato de estar se criando um país novo, que é a União Européia. A frio, sem guerra, está se criando uma federação e os partidos ainda são nacionais. Claro que no Parlamento Europeu há uma bancada socialista e socialdemocrata, mas ele ainda não tem Poder Executivo. Além disso, há a questão da manutenção do Estado de bem-estar, o que é difícil, inclusive do ponto de vista demográfico. As populações estão envelhecendo. Nos EUA há um outro componente diferente: a maioria da população americana, daqui a 20 ou 30 anos, será de hispânicos e negros. Essa maioria vai trabalhar para sustentar aposentados brancos, ou seja, gente de um grupo étnico trabalhando para sustentar um outro grupo. Mesmo que o sistema estivesse funcionando bem, há complicadores novos. Isso sem falar do desemprego estrutural, da automatização das fábricas etc. Então, isso não é uma carência do PT, é uma carência do socialismo e da reflexão hoje.

Especificamente sobre a situação brasileira há muito o que fazer. A população não está disposta a aceitar esse cálculo idiota que diz que a política de reforma agrária não tem mais sentido. Este é o cálculo besta que diz que finalmente a agricultura já se modernizou, não precisa mais de uma produção de pequenos proprietários, que é melhor fazer investimento e dar cré-

dito rural para as grandes unidades e que quem está favelado na cidade não vai voltar mais para o campo. Então, deste ponto de vista, a reforma agrária não tem sentido. Nenhum brasileiro de bom senso engole isso. Porém, essa experiência acumulada na militância, no Movimento dos Sem Terra, e a dos intelectuais, da assessoria do PT na questão agrária, não tem sido articulada de maneira adequada para desencadear uma campanha sobre esse tema.

Também o trabalho com a questão da segurança pública e da violência policial, com o fato de que as primeiras vítimas são os pobres, é feito de maneira muito dispersa. A defesa dos serviços públicos também sensibilizaria grandemente a classe média. Hoje, uma escola primária de classe média no Brasil é tão cara quanto uma universidade de segundo time americana. A escola de São Paulo, para onde vai a classe média alta, é três vezes mais cara que uma escola em Paris, que tem curso integral. A classe média não agüenta mais essa idéia idiota de deixar desabar o serviço público e criar a rede privada. A gente paga segurança pública e não tem polícia. O Hospital das Clínicas [de São Paulo] desabou, a Previdência desabou e os que podem pagam um seguro-saúde caríssimo... A escola pública desabou, a gente põe numa escola privada... Uma campanha articulada em torno de uma reabilitação do serviço público, da escola, da saúde, da segurança, dos transportes públicos é outra coisa que teria um grande impacto. É lógico que o PT nunca vai conseguir ganhar eleição nenhuma se não atrair uma massa maior de gente de fora, com alianças. Ele pode fazer isso deixando de ser um partido de campanhas só sindicais, que aparecem hoje como corporativistas. Para isso é necessário ter uma plataforma política e consenso na direção.

É claro que há iniciativas isoladas, mas elas devem fazer parte de uma programação e de um ideário do partido. Há coisas setoriais importantes, que dão sentido para o país inteiro e que não são feitas.

Eu sempre fiquei chocado com o Governo Paralelo porque o acompanhava mais ou menos de perto – embora não seja filiado ao PT – por causa do Chico de Oliveira que era responsável pela questão regional. Fiquei sempre com um pé atrás pelo fato de não ter havido, no Governo Paralelo, um ministro da Defesa. Esse é um elemento fundamental da transição: ter especialistas civis na questão militar, que não é só aumentar salários de militares, é redefinir o papel das Forças Armadas em outro contexto. Os grandes especialistas nas democracias, na questão da defesa, são todos civis e sabem se precisa ter porta-aviões e submarino atômico para a Marinha, tanque ou helicóptero blindado para as forças de infantaria etc. Como vai se profissionalizar o exército, acabando com essa de serviço militar obrigatório, um disparate que a França inventou na Revolução Francesa e agora abandonou? O serviço militar é um tributo, é a última renda *in natura* que o cidadão presta ao Estado. Isso não é debatido no Brasil. O PT poderia ter um papel pioneiro nisso. Porque a primeira preocupação de um governo de esquerda é ser "crível" na hora da conversa com os militares. E a idéia de ter um ministro civil tratando da questão militar é um sacrilégio no Brasil, o que faz parte do atraso.

Esse movimento da globalização e desmonte dos Estados Sociais não representa uma evidência da possibilidade de revigoramento do pensamento de esquerda clássico, inclusive marxista, ao inverso do que está se dizendo?

Um ponto que hoje parece evidente é que a centralidade do papel da classe operária, do proletariado, no processo de transformação social está em xeque. Os próprios neomarxistas na França, os chamados "regulacionistas", reconhecem uma nova classe social que são os *cadres*, os intermediários entre o patronato e o proletariado, os técnicos que se constituem como classe nesse processo de fim do fordismo e do taylorismo e que têm um papel estratégico na empresa. Não há dúvida de que a coesão do proletariado e o papel privilegiado que ele teria na mudança social não se evidenciou. Mas, por outro lado, o que é impressionante é que há uma coesão social muito forte num país como a França e uma grande tradição de luta. Quando aconteceu a greve do setor público, houve um apoio grande da população que, apesar de estar sendo duramente

sacrificada, continuou apoiando os grevistas durante um mês. Isso teve efeito nos outros países, que se assustaram com o ritmo das reformas. Houve até um certo recuo. Há uma coesão social herdada das lutas do passado e me lembro muito bem de grevistas dizerem: "Os privilégios que eles dizem que temos foram arrancados por nossos pais, avós e bisavós, que lutaram muito para ter essas vantagens sociais. Não foram concebidos por um Estado paternalista, foram objeto de lutas sangrentas durante quase um século e queremos legá-los a nossos filhos".

Então, há uma tradição de luta que os sindicatos e os partidos políticos carregam. Na França não se aceita a pobreza. A gente não sabe qual efeito isso pode ter na própria União Européia, se vai atrasar essa política neoliberal que conservadores da Alemanha impõem à Europa, se vai enfraquecê-la perante a Ásia e a América, ou se isso vai dar numa sociedade de tipo diferente, mais pobre mas mais igualitária. Enfim, não estão definidas as condições. Há uma tendência no horizonte, mas há um movimento social que não se casa com isso. Há um potencial de luta ainda muito grande, não há desmobilização política. Pode haver uma *dessindicalização*, mas num país como a França isso não é uma boa notícia para o patronato, porque é o sinal do retorno a uma insurreição de trabalhadores, a um modo de protesto social difuso que é muito mais prejudicial para o capitalismo do que um sindicalismo organizado.

Nesse sentido, como você vê a possibilidade de retomada do marxismo enquanto crítica do sistema fetichista de produção de mercadorias?

Já houve o surgimento de uma segunda geração de autores com interpretações marxistas ou desdobradas de suas teses, ainda que às vezes isto não pareça evidente. Há uma tradição de luta social republicana, socialista, contemporânea ao surgimento do marxismo na França, e que às vezes o precede. Nessa perspectiva, se pode imaginar uma reunificação entre os partidos socialista e comunista, por exemplo. Isso é bem possível hoje. Há algumas questões sobre a Europa em que eles não estão de acordo, mas a direção geral do PC na França é bastante aberta. Isto também pode ser factível na Itália. Na Espanha é mais difícil. Na Inglaterra, o partido trabalhista se renovou bastante, mas para a direita, e tem possibilidades eleitorais. De repente, pode haver na Europa uma maioria socialista de novo, na Alemanha, na França etc. como houve em certos momentos. Na Inglaterra, a questão da reconstrução européia vai se colocar de outra maneira e isso tem influência em vários lugares do mundo. Várias teses do marxismo estão de certa maneira na ordem do dia na medida em que este se despregou do leninismo. A tradição do socialismo europeu precede o comunismo e nunca se restringiu inteiramente a ele. É uma tradição socialista e socialdemocrata que tem sua própria cultura política e bases sólidas. Isto não acaba nunca. O partido socialdemocrata alemão enfrentou o nazismo, o comunismo e está lá...

Você está falando de uma tradição de esquerda não-marxista e de outra marxista. Você acha que elas podem se reunificar?

Não se sabe ainda que rumo isso vai tomar, mas essas coisas podem se reunir adiante. A particularidade da vida política é que ela não está acoplada a debates intelectuais. A politização de um país se faz rapidamente pela luta política. O debate intelectual num certo sentido pega o trem em marcha. É uma ilusão dos intelectuais achar que o avanço da esquerda depende da sua reflexão. Ele depende da luta política. A emergência do Lula e do PT na esquerda brasileira acelerou o processo muito mais do que todos os debates que houve durante cem anos. Então, de repente uma maioria de governos socialistas e uma reunificação dos partidos comunistas e socialdemocratas na Europa podem trazer um componente novo a esse debate.

O capitalismo e suas vias de desenvolvimento*

O ponto de partida das suas reflexões parece ter sido a rediscussão da via prussiana de desenvolvimento capitalista. Você poderia defini-la?

Isto é de certa maneira verdadeiro. Faz muitos anos, quando comecei a trabalhar sobre a economia política do desenvolvimento latino-americano, parti do debate teórico e histórico sobre o conceito de *capitalismos tardios* e, portanto, inevitavelmente, sobre o que foi chamado de via prussiana. O problema que se colocou de imediato foi o da sua correta definição, dado que este conceito foi utilizado por vários autores e em diferentes momentos históricos com conotações distintas. Suas raízes remontam às primeiras observações de Marx, na metade do século passado, e de Engels, um pouco mais tarde, sobre as revoluções de 1848. As análises históricas, inclusive as conjunturais, que Engels publicou em artigos de jornal, já contêm várias intuições fundamentais sobre o que eles percebiam como um caminho diferente de desenvolvi-

* Entrevista concedida a Fernando Haddad, publicada na revista *Teoria&Debate*, nº 33, nov.-dez. de 1996 / jan. de 1997.

mento capitalista no espaço da Prússia e do que viria a ser a Alemanha. O fracasso das revoluções democratizantes alemãs era uma sinalização de que a trajetória daquele país parecia não repetir a idéia fundamental das revoluções burguesas, democratizadoras do Estado, coetâneas da ascensão das burguesias comerciais e industriais e da consolidação dos Estados nacionais. Mesmo que não tenham formulado esse conceito de *via prussiana*, se lidos com cautela, eles talvez tenham sugerido todas as intuições fundamentais que a literatura posterior desenvolveu. A sua caracterização passava sobretudo pelo que seriam os traços peculiares da estrutura de classes alemã, pelo atraso do desenvolvimento das forças produtivas propriamente capitalistas, por uma certa hipertrofia da consciência proletária e, finalmente, pela transferência por parte da burguesia alemã da responsabilidade do governo, o que Engels chamou de uma segunda variante de bonapartismo. Em verdade, mais tarde, o próprio Engels diminuiu o grau de especificidade histórica da Alemanha, ao afirmar que parecia que em nenhum lugar a burguesia assumia diretamente o controle do Estado e que sempre o fazia por meio de prepostos. Nesse sentido, seriam prepostos Bonaparte, a aristocracia inglesa e os *Junkers* e a burocracia militar alemã. Na linha central da evolução desse conceito está o trabalho de Lenin, mas a sua abordagem sobre a *via prussiana* muda de enfoque. Lenin tinha uma preocupação básica com a estrutura da propriedade da terra, a forma pela qual esta evoluía e seu impacto sobre o desenvolvimento das forças econômicas e sociais propriamente capitalistas. Naquele momento, ele fazia a oposição entre o modelo americano das pequenas propriedades e a via prussiana dos *Junkers*, das grandes propriedades, onde não se parcela a terra.

Em que momento do debate contemporâneo essas questões ganham importância?

Após a Segunda Guerra Mundial, na confluência dos processos de descolonização da Ásia, do Oriente Médio e, logo depois, da África, com a desmontagem dos grandes impérios e com a nova forma de exercício da hegemonia mundial nor-

te-americana, na qual os laços de articulação das economias e dos Estados são reconstruídos de uma maneira não colonial. Essa grande mudança histórica veio acompanhada por uma evolução do ponto de vista teórico, e em particular no campo da economia: a chamada revolução *keynesiana*.

Em primeiro lugar, ela rompia com a visão neoclássica de equilíbrio e reintroduzia a idéia marxista, e depois também schumpeteriana, do capitalismo como um sistema instável, cíclico, com crises, sem pleno emprego etc., e começava, portanto, a legitimar a possibilidade e a necessidade de políticas públicas anticíclicas. Pode-se dizer que foi dessa linha de rebeldia ocorrida dentro do próprio campo do pensamento neoclássico – que, na verdade, se inicia com os suecos antes de Keynes – que se abriram as condições de possibilidade teórica, mais tarde transformada em vontade política, de estudar e propor estratégias de indução do desenvolvimento econômico. Assim como podia haver políticas anticíclicas, poderia haver políticas com objetivos não apenas de curto prazo. Isto de certa maneira viabilizou ou legitimou a preocupação e a vontade política que se generaliza, no mundo inteiro, depois da Segunda Guerra Mundial, com o *desenvolvimento* visto desde então como um processo possível de ser induzido ou acelerado politicamente e, portanto, diferente, na teoria econômica, da idéia do simples crescimento. É algo que implicaria transformações de tipo institucional, estrutural e uma aceleração do processo de crescimento, da acumulação capitalista, além da média internacional histórica anterior. Isso graças ao que se acreditava ser possível: a indução da aceleração e da sustentação do investimento. Nascem as chamadas teorias do desenvolvimento e nasce o desenvolvimentismo, como a ideologia que justificava, compreendia e ao mesmo tempo legitimava a descoberta e a consciência de que o mundo era terrivelmente desigual. De certa maneira, esta questão era respondida com a idéia e a proposta de que ele é desigual, mas isto é superável, porque não é inevitável que todos os países do mundo cresçam na mesma velocidade em que cresceram as economias capitalistas que se desenvolveram anteriormente, na base de no má-

ximo 2% ao ano. Ou seja, de que era possível a recuperação do atraso e, portanto, vencer desigualdades diminuindo as intoleráveis distâncias econômicas e sociais.

É neste contexto que aparecem, nos anos 50, as teorias do desenvolvimento econômico em suas várias formulações, neoclássicas, keynesianas e, aqui na América Latina, a teoria estruturalista da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina). Mas, mesmo tendo sido decisiva a contribuição latino-americana, não se pode negar que o impulso original da preocupação com o desenvolvimento, como projeto global para o mundo atrasado, ganhou força, basicamente, a partir dos países centrais. Diferentemente de todo pensamento neoclássico, hegemônico de 1880 até 1930, e de certa forma também do pensamento econômico clássico, passa-se a aceitar que a intervenção de um fator extramercado tinha condições de sustentar um crescimento mais veloz do que o gerado espontaneamente pelo funcionamento do mercado. Essa é a heterodoxia máxima para quem a formulou! Foi uma espécie de movimento autocrítico e pragmático do próprio liberalismo que esteve na origem do desenvolvimentismo, nada tendo a ver portanto com marxismo ou esquerdismo, como alguns parecem acreditar hoje em dia.

Para seus primeiros formuladores, era uma extraordinária heterodoxia dizer que não só o Estado devia intervir no curto prazo para controlar o ciclo dos negócios mas que ele também podia coordenar intervenções de longo prazo, visando não apenas manter o pleno emprego, mas crescer, desenvolver-se. Não é por coincidência que é mais ou menos dessa época o estudo que passou a ser referência do ponto de vista da história econômica comparada: *O atraso econômico em perspectiva histórica*, de Alexander Gerschenkron. Seus estudos absorvem de Veblen a noção do desenvolvimento tardio e recolocam a idéia do atraso como vantagem, como uma força que pode ser virtuosa do ponto de vista da aceleração do crescimento. Ele estuda sobretudo os casos da Alemanha e da Rússia, de certa forma também a Itália – sendo que Itália e Alemanha são países tardios inclusive na sua constituição enquanto Estados nacio-

nais. Como historiador, ele tenta explicar por que um país que começa tão atrasado do ponto de vista da estrutura agrária, por meio da *via prussiana*, em 1890 já era a segunda maior economia do mundo, depois dos EUA, tendo ultrapassado a Inglaterra. Era isso o que se estava querendo depois da Segunda Guerra: propor como projeto e como ideologia a hipótese de que é possível a recuperação e, mais ainda, de que pode ser um bom negócio ser atrasado.

E por que seria vantajoso ser atrasado?

A primeira razão é porque se arrancaria de um estágio tecnológico mais avançado e não seria necessário reproduzir o caminho dos pioneiros. Assim, a Alemanha e os EUA, que eram atrasados, lograram ultrapassar a Inglaterra sem fazer o seu caminho, saltando etapas.

De certa maneira, Gerschenkron está olhando para algumas coisas que Marx e Engels tinham percebido e dizendo: "Não são desvirtudes, são virtudes do ponto de vista da industrialização!" Ele diz que, além do ponto de vista tecnológico, da nova base energética, da organização da produção, há um outro quadro institucional, que se manifesta em particular nos papéis do sistema bancário e do Estado. Com um crescimento que já parte de grandes investimentos, ele descobrirá que se financia a demanda para esta produção por meio de uma espécie de substitutos institucionais. Ele começa a ver que algumas *funções* foram cumpridas na Inglaterra por certas instituições e nesses países começam a ser cumpridas por outras. Ele destaca três elementos que na Inglaterra não tiveram tanta importância, mas na Alemanha viriam a ter: um Estado intervencionista e protecionista; um sistema financeiro articulado e uma ideologia. Ou seja, o atraso só é virtude na medida em que suas elites como um todo o percebam e, pela sua não-aceitação, tomem a decisão do impulso. Em todos os casos, a força básica veio de uma aliança Estado/burguesia, com algum grau de legitimação popular por intermédio das ideologias fortes. Gerschenkron fala do saint-simonismo na França, do nacionalismo na Alemanha e, já nessa época, ele dizia que na Rússia

o socialismo estava cumprindo esse papel! Ele dizia que aí também se tratava de um *catch up* de um país atrasado, ou seja, uma tentativa de alcançar e ultrapassar os países capitalistas pioneiros.

Você compartilha da idéia de considerar o sistema soviético como uma versão sui generis *de* catch up*?*

Esta é uma visão *ex post* e excessivamente constrangida pela decepção, pelo fracasso do que foi originariamente o projeto soviético. Uma visão economicista que às vezes parece esquecer que, em termos estritos de *catch up*, o desenvolvimento soviético entre 1950 e 1975 foi um absoluto sucesso em termos de investimentos, de construção da indústria pesada e de uma melhor distribuição e igualdade. Neste sentido, é interessante reler as impressões narradas por Galbraith sobre sua visita à União Soviética nos anos 60, narrada em seu livro *Uma viagem pelo tempo econômico*. Ele diz mais ou menos o seguinte: "Vamos deixar de bobagem! Quando estive na União Soviética aquilo era um sucesso. Não me venham com essa conversa de que ali já era possível prever a derrocada posterior a partir das limitações endógenas do modelo de economia centralmente planejada. Eu, pelo menos, não percebi nada!"

Mas, o que distingue o caso soviético do nacionalismo em geral, com patrocínio do Estado e poupança interna forte?

Em primeiro lugar, ele aparece como um fenômeno político, social e econômico desafiante já em 1917. Eles propõem uma economia crescentemente estatizada, com controle centralizado completo dos investimentos e o desaparecimento de uma burguesia propriamente dita. Isso já era uma diferença monumental. Foi uma revolução que não foi feita em nome do desenvolvimentismo. E neste sentido, o efeito de sua derrocada tem muito pouco a ver com razões econômicas e muito mais com o fato de que a revolução soviética foi a tentativa concreta mais ousada da história de levar à realidade uma utopia igualitária num país atrasado e de dimensões colossais. Um experimento absolutamente único e, por isso, seu fracasso impactou de

forma tão brutal o pensamento socialista. Não por causa do fracasso econômico puro e simples, nem só por seu fracasso político anterior, mas porque estes dois fracassos fizeram desabar a única experiência conhecida de construir a base material de uma sociedade igualitária a partir de uma mudança radical das relações de propriedade. Um sonho acalentado desde sempre pela humanidade. Isso é o brutal da história!

Ainda que do ponto de vista de tecnologia de ponta eles sempre tenham obtido muito sucesso – na parte militar, na questão nuclear –, essa experiência fracassou do ponto de vista industrial e tecnológico, pelo menos na passagem para uma indústria de consumo de massas. Porém, muito antes disso, de certa maneira eles comprovaram aquilo que Barrington Moore vai dizer depois: "Dá para fazer, mas vai ser sempre autoritário!" E com uma agravante: uma coisa é o autoritarismo burguês, dos governos japoneses ao fascismo alemão. Outra coisa é o totalitarismo nos níveis a que se chegou na URSS, e sobretudo quando legitimado em nome dos supostos interesses universais e libertários da classe proletária. Fracassou, portanto, primeiro pelo totalitarismo e pela eliminação da liberdade e, só depois, pelo lado econômico. Neste sentido é muito limitada a releitura dos que a reduzem a uma discussão pura e simples sobre a impotência de uma estratégia particular de industrialização.

Por que a via prussiana não se repetiu no contexto latino-americano?

É muito mais fácil aproximar as experiências asiáticas de desenvolvimento acelerado das últimas décadas ao modelo prussiano do que o ocorrido na América Latina. Um século depois, com outras características, a Ásia conseguiu também, de certa maneira, fazer uma experiência extraordinariamente bem-sucedida de *catch up*. São países que, em poucas décadas, chegam ao topo da economia mundial, com estratégias mais próximas da *via prussiana*.

O desenvolvimentismo dos anos 50, do ponto de vista da sua tentativa de teorização e formulação, é originário da potência central e faz parte do projeto imperial de hegemonia americana nesse período.

Entendendo-o como a aceitação da intervenção do Estado como agente indutor, ordenador e alocador de recursos, definidor de alguns preços fundamentais da economia e protetor, se poderia dizer que a economia européia, entre as décadas de 1950 e 1980, foi também desenvolvimentista. Entretanto, se passarmos para uma definição mais detalhada do que foram as estratégias de crescimento acelerado da economia capitalista como um todo, pelo menos na sua parte central e em alguns segmentos periféricos, veremos que isso foi possível em grande medida pelo desrespeito pragmático da potência imperial às regras que eles estabeleceram em Breton Woods. Havia regras monetárias e comerciais cuja arbitragem ficou informalmente com os EUA. O governo americano a exerceu de uma maneira extremamente *benevolente*, porque pragmática e movida pela Guerra Fria, pela competição econômica e tecnológica com a União Soviética. Isso fez com que os norte-americanos, de certa maneira, fossem os primeiros a driblar certas regras e fazer uma política monetária frouxa durante esse período. No início, na forma direta de ajuda, como foi o Plano Marshall e, um pouco mais tarde, sua ajuda para a Ásia. Depois, fazendo vistas grossas ao protecionismo de alguns países. Isto é uma dimensão essencial de um comportamento hegemônico, isto é, uma potência que aparentemente coloca os interesses do conjunto acima dos seus interesses de nação. Coisa que os EUA deixam de fazer a partir da década de 1970.

Nesse espaço foi possível, durante 20 ou 30 anos, funcionar um sistema de livre-empresa com fortes e pragmáticas limitações ao livre-comércio, com moedas estáveis e autonomia das políticas nacionais de crescimento. Esta experiência absolutamente original fez muitos acreditarem que sempre fora assim e que agora, depois da crise dos anos 70, tivesse deixado de sê-lo. Mas isto é uma inverdade histórica. Sempre foi o contrário! O período 1950-70 é que foi rigorosamente excepcional na história do capitalismo. Por isso é possível aventar a hipótese de que o desenvolvimentismo desta época, entendido nesse sentido mais genérico, que inclui a reconstrução italiana, alemã, os planos de desenvolvimento da França, os nossos, os

do Japão etc., já começa por ter uma característica absolutamente diferente do que chamamos de *via prussiana* no século passado. Esta via de desenvolvimento se viabiliza em pleno período do padrão-ouro e de hegemonia inglesa, mas só teve sucesso na medida em que se enfrenta e rompe com as regras liberais em nome de um projeto nacional. List, o economista-comerciante alemão, já dizia: se aceitarmos, na Alemanha, as idéias de Smith e Ricardo é melhor que aceitemos de imediato também as leis emanadas de Westminster. Não há como negar que, naquele contexto, a *via prussiana* acabou tendo sucesso econômico porque se propôs um projeto a serviço da construção do Estado nacional alemão e de sua projeção como potência imperial capaz de competir com a Inglaterra. Neste sentido, havia sempre no horizonte do projeto prussiano a idéia ou possibilidade de uma guerra. Comparado com esta *via prussiana*, o desenvolvimentismo latino-americano do pós-Segunda Guerra, levado à frente sob a hegemonia norte-americana, foi de fato um projeto *fraco*, uma espécie de *desenvolvimentismo consentido*.

Qual é o papel que a Cepal desempenha nesse contexto?

Surpreendente foi o fato de que a Cepal, sob a batuta de Raul Prebisch, tivesse se transformado num centro de pensamento autônomo e original, talvez a principal criação teórica da América Latina. Suas novidades foram muitas. Primeiramente, dizer que o comércio mundial livre, ao contrário do que diz a teoria *ricardiana*, não aloca os recursos de maneira eqüânime e favorável ao crescimento de todos. Em segundo lugar, dizer que não há um sistema de Estados nacionais equivalentes. Em terceiro, ela introduz algo que não cabe dentro do raciocínio ideológico clássico *ricardiano*, que é a noção de centro e periferia. Isto é, existem países que têm hegemonia, controle do desenvolvimento tecnológico e que chegam à periferia. Portanto, diferentemente do que Ricardo pensou, a especialização levou a uma divisão de funções no mercado internacional que, espontaneamente, fará com que esses países periféricos não consigam recuperar o seu atraso.

É isso que deflagra o processo de substituição de importações?

O que o deflagrou foi a reação rigorosamente pragmática e defensiva de nossos países frente à crise de 30 que se prolonga nas limitações externas impostas pela Guerra Mundial. Só depois é que se teoriza esta experiência e se transforma seus ensinamentos em um projeto consciente, de uma estratégia particular de industrialização. Este projeto nasce e se viabiliza, na América Latina, legitimado por uma vontade política que permitiu o exercício do protecionismo e do intervencionismo estatal dos nossos países, porque vivemos entre 1950 e 1980 uma era de desenvolvimento consentido pela potência central. Apesar disso, entretanto, esta mesma estratégia assumiu formas diferentes em cada país. No espaço de autonomia das políticas nacionais, em que o Estado tinha margem de liberdade para tratar da renda interna, da distribuição, de incentivos à demanda e ao crescimento, mantendo as regras internacionais graças à soltura da política monetária norte-americana, os europeus fizeram o *Welfare State*. Nesse espaço, fizemos a nossa industrialização. Até os anos 60 estava todo mundo mais ou menos nessa.

Além do aspecto do consentimento, que por si só já implica uma certa noção de dependência, do ponto de vista estritamente econômico o que a caracteriza?

O conceito de dependência já é ruim pelo próprio fato de que desde o início é uma palavra que já tem um sentido vulgar, facilmente assimilável e por isso muito criticável. Esse conceito que, no fundo, tem uma filiação às vezes bem direta, às vezes um pouco mais longínqua com o marxismo, tem pelo menos três versões. A versão cepalina, do Celso Furtado, que aparece em seu livro sobre teoria do desenvolvimento, de 1967 (*Teoria e política do desenvolvimento econômico*); a versão do Günder Frank, que de certa maneira se casa mais com a teoria do Waller-stein sobre a economia no mundo; e a versão de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, que também tem várias etapas de desenvolvimento. Uma coisa foi dita nos anos 60, outras são agregadas nos 70.

Um segundo elemento é a tentativa de especificar algo que genericamente é válido para todos os tempos da história da humanidade, ou seja, que as relações internacionais são desiguais, assimétricas, hierárquicas. A questão é como se particularizam, em cada momento histórico, essas assimetrias e como se define o eixo central das relações entre os hierarquicamente diferentes. Esta foi a preocupação central dos autores liberais e marxistas que discutiram, nos primeiros 20 anos deste século, a teoria do imperialismo. Mas eles estavam muito mais preocupados em explicar as formas e razões econômicas e políticas da velocíssima expansão colonial, que transformou praticamente o mundo inteiro numa colônia dos europeus. Há vários matizes na discussão do imperialismo, mas é sempre a busca das causas dessa expansão, se ela é movida ou não pelas necessidades da acumulação capitalista ou pela vontade de poder dos Estados nacionais. A discussão da dependência tem uma relação de afiliação com a teoria do imperialismo. Ela não arrancou dos clássicos que eram, em geral, otimistas com relação aos efeitos modernizantes que o imperialismo acabaria tendo sobre as colônias. A nossa teoria da dependência arranca de uma visão pessimista sobre as possibilidades de desenvolvimento na periferia capitalista. Suas origens estão na discussão sobre a luta anticolonial do 28° Congresso da Internacional Comunista, cujos preâmbulos teóricos foram desenvolvidos mais tarde por Dobb, Baran, Sweezy e Magdoff, chegando até à teoria latino-americana da dependência, com a decisiva contribuição da Cepal à análise das relações centro/periferia. Tratava-se agora de desenvolver a discussão dos teóricos do imperialismo desde a ótica dos países periféricos.

O que ficou de importante da teoria da dependência?

Pode parecer paradoxal, mas diria que o lado mais fraco da teoria da dependência foi o teórico. Na verdade, como teoria foi uma obra inconsistente e, do ponto de vista político, inconseqüente. Em particular na versão de Cardoso, que alguns consideram ser uma prolongação teórica do seminário de leitura de *O Capital* que ele fez com alguns amigos aqui

em São Paulo. Não sei bem o que terá sido a contribuição deste seminário, que como qualquer leitura de *O Capital* pode dar em muitas coisas diferentes. Se houve esta contribuição, ela acabou se misturando de forma eclética com a visão cepalina e produzindo uma verdadeira geléia teórica repleta de boas intuições. O que esta teoria teve de importante e que segue perfeitamente válido foi a sua correta recolocação, do ponto de vista metodológico, da dimensão e da dinâmica sociológica e política de um capitalismo que se desenvolveu numa posição hierárquica periférica, situado, além disso, no espaço imediato da hegemonia norte-americana. Nesta dimensão, a principal contribuição da teoria da dependência, sobretudo na versão de Cardoso/Faletto, foi sua rediscussão da teoria clássica da revolução burguesa: das classes, do poder e do Estado no contexto de um capitalismo que eles caracterizaram como dependente e associado. Para eles, a especificidade latino-americana não estava apenas na existência de uma burguesia anêmica, atrofiada, pouco revolucionária e pouco schumpeteriana, mas de uma burguesia cujos interesses de grupos, classes e coalizões de poder derivavam de uma peculiar forma de inserção num processo de desenvolvimento movido pela acelerada internacionalização do seu mercado interno.

No fundo, essa leitura representou uma tentativa importante de incorporar o raciocínio sociológico e político à análise econômica do desenvolvimento e das industrializações tardias e periféricas. Ao contrário da Ásia, estávamos nos industrializando, o México em particular, a Argentina até certo ponto, com uma estratégia que se chamou de tripé: associação entre o capital privado, o internacional e o Estado, mas onde o investimento direto externo e a instalação das grandes corporações num mercado interno protegido eram uma marca absolutamente decisiva e própria. De tal maneira que, completado aquele ciclo da industrialização, aproximadamente 40% do nosso produto industrial já era produzido pelas grandes corporações multinacionais que lideravam a produção de quase todos os setores mais dinâmicos da economia brasileira.

Note a distância entre esta *via associada* de qualquer coisa que se queira chamar de *via prussiana*! Aqui nunca existiu um projeto de nação-potência nem de *catch up* propriamente dito! E quando foi proposto, com Getúlio Vargas em 1938 e Ernesto Geisel em 1974, foi imediatamente contestado e derrotado por nossas elites econômicas e políticas. No essencial, o empresariado latino-americano nunca apostou nessa idéia. Do ponto de vista estratégico, sua visão não tinha nada a ver com a idéia de nação-potência. Havia, pelo contrário, desde o início, um projeto de aproveitamento ao máximo do espaço criado pela associação com a nação hegemônica regional, que ao mesmo tempo era a mundial, os EUA. O projeto de Vargas, no fundo, era a industrialização. Todos percebiam a importância do capital privado internacional e a impotência dos capitais nacionais e todos, portanto, acabaram reconhecendo, de uma forma ou de outra, a necessidade do Estado. O que houve apenas foi uma questão de compreensão do momento. Vargas, no início dos anos 50, esperava um Plano Marshall para a América Latina. Ele estava perfeitamente dentro do espírito da época, não tinha nada de antiamericano. Os EUA estavam fazendo o Plano Marshall e um plano de ajuda direta para a Ásia, por que não para a América Latina?

Em 1953, Eisenhower foi eleito. Seu irmão fez então uma viagem de esclarecimento e repetiu por todo o Continente que não se esperasse por um novo Plano Marshall. A estratégia de desenvolvimento, na nova perspectiva republicana, deveria passar pelo investimento privado das grandes corporações americanas e européias, e não pela ajuda oficial. Estava dado o pontapé inicial, e Juscelino soube compreender o espírito da época e remanejou a estratégia. Não teve plano Marshall, então tem Volkswagen, Ford etc.

Haveria outro caminho? Poderíamos pensar numa alavancagem com base na poupança interna, sem contar com as grandes corporações?

Diria o professor Fernando Henrique Cardoso, na atual fase de realismo concessivo, que o caminho já estava desde então traçado e era inevitável aceitá-lo, já que estávamos num

espaço de supremacia norte-americana e não tínhamos nenhuma condição de enfrentá-los. Já em 1939 tínhamos optado por um lugar ao seu lado, como uma espécie de sócio preferencial na América Latina, o que FHC vai chamar, nos anos 70, de desenvolvimento dependente e associado. De certa maneira, ele absorve o que Maria da Conceição Tavares e José Serra tinham escrito: que o desenvolvimento era possível, ao contrário do que Furtado pensava. Ele mostrou que as forças produtivas podiam se desenvolver por esse caminho. Sobretudo, com a idéia que ficou extremamente fortalecida com a introdução dos militares no jogo, da sustentação do desenvolvimento baseado num tripé (a associação entre os capitais estatal e privados nacional e internacional) como base de um planejamento estratégico.

Durante o período da ditadura militar fortaleceu-se enormemente a presença estatal no setor produtivo, muito mais que em qualquer outro. Foi isto, aliás, que animou nossos empresários a se oporem, a partir do fim dos anos 70, ao regime militar. O mesmo entusiasmo livre-cambista que, já agora nos anos 90, vem estrangulando-os paulatinamente.

Esta é uma opção antes de tudo ideológica?

Nenhuma burguesia do mundo jamais teve nenhum compromisso monogâmico com o liberalismo ideológico. Todas foram em algum momento protecionistas e, volta e meia, deixam de ser e voltam a sê-lo novamente. A nossa foi protecionista nos anos 50 e 60, o que lhe permitiu uma acumulação descomunal de riquezas. Naquela época, os ideólogos liberais, como Friedrich Hayek e Milton Friedman, eram absolutamente marginais no mundo inteiro. Vivia-se a era do intervencionismo, do planejamento, de desenvolvimento consentido e o mesmo ocorreu por aqui. Hoje, o clima mundial é o oposto.

Esse viés antiestatista se encontra da mesma maneira na Ásia?

De jeito nenhum. A Coréia, por exemplo, seguiu e segue até hoje uma estratégia de articulação entre o Estado e a economia completamente diferente da nossa. Do ponto de vista

puramente econômico, a Coréia seguiu um caminho muito parecido com o nosso até 1980, passando por momentos e etapas formalmente muito parecidos. Mas, ali não só foi menor a presença das empresas estrangeiras e das estatais, como foi muito maior a integração orgânica e estratégica do Estado com o empresariado. Não havia ambigüidades nem resistência, e se houve foram esmagadas. Além disso, o Estado controlou o sistema de crédito por meio dos seus bancos estatais e de uma política de financiamento completamente diferente, o que é uma marca decisiva. Na Coréia reaparecem, aliás, como no Japão, algumas características essenciais da *via prussiana*. Por exemplo, o desafio militar e a proposta consciente de um *catch up* em que o empresariado e os militares coreanos assumiram em conjunto uma estratégia quase bélica e mercantilista de conquista de mercados internacionais. O Estado e o capital externo tinham menor presença produtiva, porém existia um tipo de articulação entre o Estado e o capital privado, via sistema de planos públicos extremamente coordenados, ao estilo alemão, o que lhes permitiu enfrentar o desafio dos anos 70. Por exemplo, eles se endividaram e na virada dos anos 80 conseguiram renegociar a dívida. Aí pesa muito a postura do Japão, que levou a cabo um tipo de negociação diferente da que os EUA fizeram com a sua periferia. E lá vão eles... com resultados do ponto de vista do crescimento, de eqüidade, de capacidade tecnológica absolutamente diferentes!

O que explica esta diferença não são apenas os choques que sofremos no início dos anos 80, mas a forma com que eles foram enfrentados. Certamente, o pior choque foi o nosso afastamento do sistema financeiro internacional, porque já estávamos internacionalizados financeiramente. Isso nos arrebentou, pois tínhamos um padrão de financiamento que, a partir dos anos 70, envolvia pesadamente o sistema financeiro privado internacional. Mas, a forma com que enfrentamos esse desafio esteve decididamente constrangida pela natureza, pela ideologia, pelos interesses e pela estratégia ambígua de nossa coalizão desenvolvimentista permanentemente *esquizofrenizada* pelo seu liberal-conservadorismo.

Você vê condição de, a partir do Plano Real, se repensar o mesmo padrão?

Se por padrão você estiver pensando em estratégia, a resposta é não. Mas, se você estiver pensando em padrão de desenvolvimento, sim. As decisões fundamentais responsáveis pela mudança da estratégia já foram tomadas. A manutenção ou correção do modelo anterior até foram tentadas, sobretudo na gestão de Dílson Funaro, e isto foi claramente proposto na reunião do presidente José Sarney com sua equipe econômica, em 1987, em Carajás. Aí, os economistas do governo se dividiram. O grupo que poderíamos chamar de desenvolvimentista defendeu uma reaglutinação do sistema produtivo estatal, criando uma grande *holding* e uma redefinição da estratégia a partir de um redesenho completo do sistema financeiro público. Era uma estratégia que tentava corrigir o desenvolvimentismo anterior num sentido político e social mais democrático, provavelmente com taxas de crescimento menores, porque a economia já estava objetivamente constrangida por um endividamento externo estrangulador. Tratava-se de uma estratégia defensiva que no fundo tentava preservar e encontrar um novo caminho para o grande projeto desenvolvimentista. Isto foi enterrado.

E o que FHC pretende?

É importante ter claro que FHC não traiu as suas idéias. Primeiramente, ele assume que só tínhamos espaço de crescimento associado. Em segundo lugar, que isso passava por uma internacionalização crescente dos nossos mercados. Na seqüência, que neste momento isto passava pela estratégia liberal: a velha idéia do desenvolvimento associado. Ele queria dizer que, para manter os mesmos interesses, a estratégia tinha de mudar. Agora, o desenvolvimento segue associado no sentido lato, lógico, e há uma internacionalização e dependência ainda maior do nosso Estado e da nossa economia, mas a estratégia é completamente diferente: a economia é aberta, o Estado se retira do setor produtivo e as empresas nacionais ou

quebram ou são internacionalizadas. Do tripé passamos para um modelo de um só pé, no qual passamos a ser ainda mais dependentes do que antes dos humores da economia internacional, e apostam todas as nossas fichas nas virtudes dos mercados desregulados capazes, segundo eles, de fazerem uma correta, eficiente e equilibrada alocação dos recursos provenientes dos investidores privados, sobretudo os internacionais.

Nesse quadro, quais as chances de uma terceira onda de desenvolvimento? Há possibilidade de uma retomada baseada nessas premissas liberais?

Enquanto não se desfizerem da camisa-de-força em que se meteram com a sua particular estratégia de estabilização, estarão permanentemente enfrentados com os limites externos e internos que ela coloca ao próprio crescimento. Uma armadilha do tipo "se corre o bicho pega, se fica o bicho come". Além do que, há que ter presente que vivemos num período de estagnação da economia mundial. E, por isso, deveremos assistir a uma sucessão espasmódica de ciclos curtos de crescimento puxado sobretudo pelo consumo. Para ter um crescimento um pouco mais prolongado, por exemplo, para viabilizar a reeleição do presidente, haveria que abrir mão de uma parte das reservas. Mas isso é muito difícil, porque neste campo não há como estabelecer os limites: quando começa a sangria ela pode não parar mais e vai-se pela janela em poucos dias "o sólido sucesso do Real". Portanto, enquanto estivermos encurralados, por um lado, pela armadilha macroeconômica armada pela estratégia do Real e, por outro, pela cegueira liberal deste governo, é muito difícil que se logre a retomada de um crescimento sustentável. Nesse quadro, só há dois dinamizadores possíveis do crescimento: a demanda e o investimento externos.

As exportações estão prejudicadas por um longo tempo, pelo menos, pelo que eles chamam de "custo Brasil", que nada tem a ver com salário nem contribuição social e sim com a infra-estrutura. A nossa dificuldade de exportação tem a ver também com a destruição de uma boa parte do setor produtivo a ela voltado e uma realocação dos investimentos privados em

segmentos não-exportadores. E, ademais, há dificuldade para exportar porque a economia mundial está em estagnação, salvo na Ásia. Não há uma demanda externa generalizada. Além disso, não há uma estratégia explícita e articulada de atuação pesada no plano internacional. Ao contrário, há uma confiança absolutamente cega, imbecil, no mercado.

Por último, é muito difícil que uma economia dessas dimensões possa ser dinamizada no seu conjunto só por exportação. Seu crescimento tem de arrancar de um aumento do mercado interno. Não se pode cair nessa armadilha de estrangulá-lo e ir pelo caminho da exportação.

Há vários estudos recentes, sérios e detalhados, sobre o fenômeno da globalização financeira e a dinâmica dos investimentos diretos externos. De 60% a 70% do investimento direto vai para os próprios países da tríade e uma boa parte do resto vai para a Ásia, não porque lá exista uma boa política macroeconômica de acordo com os fundamentos neoliberais, mas porque ela virou uma máquina de crescimento e o investimento produtivo vai para onde se pode ganhar mais do que no sistema financeiro. A América Latina apresenta um cenário oposto e, portanto, segue sendo uma aposta marginal.

Mas, apesar de tudo, se consegue resolver o problema do déficit nas transações correntes, não há perda de reservas e se mantém o plano de estabilização que tem um grande efeito eleitoral...

O problema é que isso gera tensões internas à medida que vai destruindo o tecido produtivo e social e vai aumentando a ingovernabilidade em todos os níveis do poder estatal. O governo aposta que se trata de uma reestruturação virtuosa, uma *destruição criativa*, mas a dívida pública não pára de crescer, a desindustrialização é um fato e um processo em curso, o desemprego aumenta nas regiões mais industrializadas, os serviços públicos básicos vivem acelerado processo de entropia. Com isso, os estados estão totalmente quebrados e daqui a pouco vão parar. Na verdade, esta política vai destruindo velozmente empregos, capacidade produtiva e governabilidade!

O que a esquerda pode dizer num contexto em que as perspectivas são tão complexas e parece que as decisões são irreversíveis?

Antes de tudo, ela deve se manter fiel às idéias centrais que atravessam todas as correntes de pensamento que a política da esquerda produziu nesse século e meio. Esse governo não tem projeto a não ser a manutenção do *status quo* do ponto de vista dos interesses fundamentais das classes conservadoras e do nosso *status* internacional de associado norte-americano leal, de alinhamento automático em tudo. A esquerda, do ponto de vista político, não do intelectual, está longe nesse momento de ter a possibilidade de um projeto hegemônico alternativo. Cabe a ela buscar os caminhos orgânicos e teóricos para definir trincheiras de resistência, de preservação de algumas posições fundamentais, de seu espaço na política, de alianças, da capacidade de organização e atuação nos sindicatos. Será uma construção lenta. Não adianta ficar repetindo *slogans*. Dizer que o neoliberalismo é o culpado de tudo é absolutamente inócuo.

É fundamental o trabalho intelectual de recomposição de uma massa de pensamento crítico, de extensão do número de formadores de opinião que começam a pensar diferente. Hoje, aos intelectuais de esquerda compete uma função fundamental de crítica, de desvelamento da lógica, das contradições e dos limites da estratégia liberal e do processo real que estamos vivendo. Devem lutar sem medo de parecerem *antigos* contra o *pensamento único*, começando por rejeitar as suas premissas. Enquanto os intelectuais de esquerda ou progressistas seguirem submetidos exclusivamente aos supostos "requerimentos universais de uma economia globalizada", estarão condenados a seguir repetindo os seus adversários, ou participando de uma disputa inócua sobre o melhor lugar das vírgulas. Já partem derrotados por falta de coragem para pensar com autonomia, perseguidos pelo receio acadêmico de não serem respeitados pelo *mainstream*, e quando assim se comportam e pensam que estão sendo respeitados como interlocutores sérios não percebem que estão apenas fazendo o papel de bobos da corte.

Políticas do antivalor, e outras políticas*

Sua formulação teórica mais importante é a idéia de que a partir dos anos 30 o capitalismo teria sofrido uma tal avalanche de transformações radicais que fizeram com que você, provocativamente, sugerisse que se tratava de um modo socialdemocrata de produção. Como seria esse modo de produção partindo da idéia, presente em seus textos, de antivalor?

O uso provocativo de *modo de produção* não tinha a pretensão de ser um conceito acabado, nem mesmo de ser fiel ao conceito de modo de produção. Era uma tentativa de provocar a discussão. Eu percebia algo de inédito no sistema capitalista, desde os anos 30, que me levava a fazer a provocação. Toda a literatura marxista preocupou-se muito em estudar as transformações ocorridas do lado do capital. Ficaram muito conhecidas nos anos 60 as tentativas – que na verdade remontam a muito tempo antes – de medir as transformações no capital, de verificar empiricamente a famosa tendência à queda da taxa de lucro, de medir as proporções diferentes de capital cons-

* Entrevista concedida a Fernando Haddad, publicada na revista *Teoria&Debate*, nº 34, mar.-abr.-maio de 1997.

tante e variável. Parecia-me que esse caminho era infrutífero porque esquecia uma noção essencial em Marx, a de que o capital é uma relação social. Então, fui ver o outro lado dessa relação social que era a mercadoria como conceito (trabalho). Dirigi meus esforços para o estudo da exploração da força de trabalho e descobri que, através de uma série de processos, havia mudado bastante o estatuto da força de trabalho nos países capitalistas líderes. Mudado no sentido do que chamei de produção de antimercadorias, aquilo que os economistas chamam de salário indireto, composto geralmente de gastos sociais, que vão desde os elementares, como educação e saúde públicas, até os gastos com lazer, diversão, que compõem a cesta de consumo de qualquer trabalhador.

Como resultado de um conjunto de processos políticos, para os quais concorreu de maneira importante a intervenção da classe trabalhadora e dos partidos socialdemocratas e comunistas, constituiu-se, desde o fim do século passado, mas sobretudo a partir dos anos 30, um quadro daquilo que os liberais chamam de intervenção do Estado na economia, formando essa cesta de produtos, mercadorias e serviços. A isso, que mudou o estatuto da mercadoria força de trabalho, chamei de antivalor. É algo que, na verdade, funciona dentro do sistema capitalista mas negando-o e já anunciando um dos limites da forma mercadoria. Isso, evidentemente, é um fenômeno histórico e não tentei transformá-lo numa lei de desenvolvimento. Esse fenômeno dependia exatamente da formação dos partidos operários, dos seus sindicatos, das suas instituições e de uma certa reação da burguesia e do próprio sistema capitalista para evitar o seu colapso, adotando, na sua reprodução, uma forma de socialização do excedente que, por realizar-se mediada pelo fundo público (e não pelo mercado), eu chamei de antivalor.

Você sugere que nesse período houve um deslocamento da luta de classes do setor da produção para o setor público, no sentido de uma disputa em torno do destino do orçamento. Nesse sentido, o conceito de classe também sofre um deslocamento. Como você entende a luta de classes nesse período e em que medida pode-se ainda falar em classes sociais no sentido marxista?

As classes sociais podem ser entendidas tais como Marx as pensou, sob a condição de que se faça uma pesquisa empírica que atualize seu estudo. Quando Marx trabalhou os conceitos à base evidentemente de sua experiência histórica – o que não quer dizer que o que Marx teoriza seja algo que se possa reduzir à pura experiência empírica, senão não teria ganho o estatuto e a força explicativa que ganhou –, a relação entre as classes tinha muito a aparência de um conflito privado. A partir dos anos 30, o conflito extrapola os marcos daquilo que se poderia dizer que ficava restrito ao espaço da esfera burguesa, segundo uma abordagem habermasiana ou mesmo weberiana. O próprio conflito interburguês assumiu proporções tais que acarretaram o seu deslocamento do terreno do privado para o público. Portanto, não é propriamente uma transformação das classes, mas um fenômeno devido ao próprio conflito entre elas. A crise de 30 foi a evidência mais eloqüente desse deslocamento do terreno do privado para o público. Naquele momento, a esfera do privado revelou-se insuficiente para, de alguma maneira, processar o conflito na sociedade burguesa.

É por isso que, de certa forma, as classes aparecem como se não tivessem recortes, como – o que a sociologia americana disse de forma fácil e banal – se o operariado americano fosse classe média, medido pelos índices de consumo. Na verdade, é possível continuar a pensar que o conceito de classe é válido, com a condição de fazer esse novo percurso que tentei fazer.

Como a tecnologia entra nesse esquema? A ciência como fator de produção tem algum estatuto?

Tem um estatuto, mas não autônomo. Na verdade, beneficiei-me de uma reflexão do Luís Gonzaga Belluzo. Na sua tese, ele fez uma reflexão sobre a autonomização do capital constante. O que quer dizer isso? Segundo uma posição antiga e forte em Marx, a burguesia, tentando superar continuamente os limites da exploração da força de trabalho, usa a ciência e

tecnologia para baratear o custo da sua reprodução. Contudo, a partir dos anos 30, tomando-se em conta os países líderes do sistema, onde havia uma relativa homogeneização da previdência social, de seguro social, de outros antivalores em geral, o que se viu foi que esse processo, com o fundo público, havia ganho outra forma, tinha passado a ser relativamente indiferenciado no sentido de que não era mais o custo da força de trabalho que provocava a reação dialética da ciência e tecnologia a serviço do capital. Isso deu lugar àquilo que Belluzo chama de autonomização do capital constante.

Se o motor do processo de inovação tecnológica não era o esforço para baratear o custo da mercadoria força de trabalho, o que veio a ser então?

A mola propulsora desse processo continua a ser uma busca de valorização, o que de alguma maneira é sempre a mesma coisa. Mas o processo de extração de mais-valia e a sua relação com os impulsos para os saltos tecnológicos e para a aplicação da ciência e tecnologia passaram a ser mediados pelo fundo público. De alguma maneira, não havia mais uma relação direta. Essa mediação liberou cada capitalista em particular de olhar a relação com o custo da sua mercadoria força de trabalho e provocou a autonomização. Na verdade, uma pletora de inovações que encontram seu limite outra vez na forma mercadoria. No fundo, o sistema volta a bater no mesmo problema, mas de uma maneira em que a dialética entre o custo da força de trabalho e o progresso tecnológico passou a ser mediada pelo fundo público. Isso deslocou e, de alguma maneira, liberou as formas técnicas do capital constante.

Essa mediação seriam, por exemplo, os gastos militares com tecnologia, os gastos públicos com as universidades, em pesquisa e desenvolvimento etc.?

Exato. Se pesquisarmos, não encontraremos uma relação direta disso com o custo da força de trabalho. Ela se perde, mas não desaparece. O orçamento de uma grande universidade não está ligado diretamente a salário nenhum. Provém do conjunto da sociedade, do imposto que cada um paga. Portanto, a relação passa a ser mediada exatamente pelos fundos públicos e isso é uma enorme apropriação. É nesse sentido que eu falo de uma espécie de autonomização. Por exemplo, os Estados Unidos jogam força em pesquisa bélica e isso tem impacto na produção de bens de consumo mas não pode ser ligado diretamente ao custo de reprodução da força de trabalho dos setores industriais. Sem essa mediação fica difícil entender.

Que papel você atribui à emergência do sistema soviético na configuração desse modo de produção socialdemocrata?

Na própria socialdemocracia há uma enorme influência soviética. Há todo um grupo de planejadores socialdemocratas que tenta apreender dos soviéticos a possibilidade de fazer a passagem para o socialismo por meio de uma *desmercantilização*. É uma discussão bastante interessante. A socialdemocracia aprendeu muito com a experiência soviética.

Mas as instituições capitalistas se remodelaram mais em função de constrangimentos internos ou devido à ameaça externa que representava a União Soviética?

Fazendo um balanço, se essas coisas pudessem ser medidas em proporções, eu daria 60% de peso às condições internas dos países que hoje chamamos de desenvolvidos. Acredito muito mais num tipo de interpretação marxista que concede muito valor ao movimento das lutas de classes. Até porque sabemos historicamente que antecipações desse processo existiram na Alemanha e na Itália até como tentativa da burguesia de disputar a posse dos corações e das mentes da nova classe social. Tratando dessa forma esquemática, os outros 40% são devidos à Revolução Soviética, na medida em que havia uma forte sedução das massas trabalhadoras pela URSS. A Grande Depressão, que desempregou 30% da força de trabalho, é outro fator que mobilizava e atualizava a ameaça soviética no interior dos países ocidentais. Antes mesmo de Keynes tentar teorizar qualquer coisa, a maioria dos países estava tateando e buscando formas de sair do nó, por intermédio do que depois veio a

ser sistematizado como medidas de bem-estar social. Em alguns casos, de forma já bastante sistemática – como foi a Suécia nos anos 20 – e em outros já premidos pelas circunstâncias, como foi o caso da França já na grande crise, correndo para descontar o prejuízo. A Revolução Russa estava presente por meio das grandes massas desempregadas. Não acho, como muitas interpretações, que foram apenas concessões das classes dominantes. Estou mais numa linha de que o curso da luta de classes já anunciava um desenvolvimento nesse sentido. E, sobretudo, porque – evidentemente sem nenhum eurocentrismo – isso surgiu nas relações de luta de classes mais avançadas, e não do tipo de luta de classes que se travava em relações ainda coloniais. Isto desagrada certos setores da esquerda que gostariam de pensar que toda revolução, toda transformação nos países capitalistas centrais foi feita a partir da periferia.

Em que medida a débâcle *soviética torna inviável, do ponto de vista político, a apresentação de propostas de transformação mais radical da sociedade?*

Durante boa parte da minha juventude e mesmo na maturidade, eu vivi a experiência soviética – como quase todo mundo da esquerda – como uma grande referência. Nunca fui membro do Partido Comunista, sempre tive bastante reservas a respeito da sua forma de militância, mas sempre os encarei como companheiros de luta, principalmente na minha cidade, Recife, onde o partido tinha notável presença nas classes populares. Só vim a tomar conhecimento dos problemas mais graves da experiência soviética a partir da invasão da Tchecoslováquia, em 1968. Nem mesmo quando do aparecimento do relatório Kruchev, ainda em 1956, a URSS era posta em dúvida. Ninguém sabia muito bem o que era aquilo e a economia soviética parecia que ainda funcionava bem, ia ganhando a competição com os EUA e nós não sabíamos dos horrores dos campos de concentração. A partir da invasão da Tchecoslováquia minhas reservas em relação à União Soviética aumentaram muito, a ponto de eu não mais apoiá-la incondicionalmente. Quanto a experiências como a de Cuba, por exemplo, sempre fui francamente favorável,

ainda que deteste a forma ditatorial que lá se exerce. A *débâcle* soviética é um golpe muito forte na moral socialista e é uma derrota de profundas conseqüências que continuará por muitas décadas. É um golpe que deve ser sentido também do ponto de vista das milhares de vidas que se dedicaram a construir o socialismo e, portanto, exige de cada um de nós socialistas, marxistas ou não, a mais profunda condenação e a mais rigorosa reflexão a respeito de seu significado.

Essa profunda derrota moral colocou a esquerda em geral muito na defensiva e retirou nossa principal arma de combate, que era mostrar como se podia construir um mundo melhor. É nesse contexto que reafirmo minha posição socialista e o uso privilegiado que é possível fazer do marxismo, sem profissão de fé, sem nenhuma idolatria.

Você diria que a crise do Estado de bem-estar social tem mais a ver com problemas de gerenciamento interno?

As condições em que o sistema capitalista opera ainda não mudaram essencialmente do ponto de vista do chamado Estado do bem-estar. Se quiséssemos usar um termo, diria que o paradigma da sociabilidade presente no sistema capitalista ainda é o da segurança representada pelo Estado do bem-estar. O sistema tem uma espécie de sede de segurança que evidentemente o converte em algo que mostra o limite da forma mercadoria. Ele não consegue sustentar-se sem que instituições tentem segurar o risco. Apesar do que parece, o mundo da livre-concorrência, aberta, não-regulamentada, não é nada disso. No mundo real, você pessoalmente segura a sua casa, a vida, a saúde, a viagem. Isso se repete no mundo da mercadoria. Portanto, não se saiu ainda dos marcos em que o capitalismo continua a se reproduzir dentro do paradigma do Estado do bem-estar e os problemas que ele tem não são de gerenciamento, nem devido ao desmoronamento da União Soviética e dos demais países do chamado socialismo real. Seus problemas advêm do limite da forma mercadoria, porque esse sistema desativa forças produtivas numa escala sem precedentes ao ter de passar pelo crivo do valor, e esse impõe limites, que se tra-

duzem no desemprego e na exclusão. Esses são limites da forma mercadoria que o Estado do bem-estar não conseguiu superar. Parte do seu ocaso é devido também a uma transformação ocorrida nos sujeitos que o construíram. É muito evidente que mudou a constituição das classes sociais. Se antes havíamos assistido a um deslocamento das classes, eu diria de privadas para classes sociais públicas, no sentido da sua reprodução, hoje está havendo fortes transformações. Por que se surpreender com o fato de a taxa de sindicalização cair nos países mais desenvolvidos? Exatamente porque o Estado do bem-estar universalizou-se, aquilo que dependia da sua filiação ao sindicato, de um certo partido que chegava ao poder, não depende mais disso. Qual o incentivo para ser sindicalizado hoje? Há uma erosão pela base naqueles sujeitos que construíram o próprio Estado do bem-estar e daí vem parte do seu ocaso. Mas, em grandes linhas, eu diria que esse ocaso é mais aparência do que realidade.

No que diz respeito à disputa pelos fundos públicos, a classe trabalhadora está perdendo terreno em relação aos direitos que havia assegurado antes?

Não. Essa derrota não é tão grande como a gente pensa. Exatamente pelo fato de que essas coisas se universalizaram. O que está havendo de fato – e daí a erosão das bases sociais do Estado do bem-estar – é a desregulamentação do trabalho, a destituição de direitos sociais e trabalhistas. Aí sim vai afetar essas bases sociais.

O que você está dizendo é que, do ponto de vista dos fundos públicos, os direitos de saúde, educação etc., permanecem, mas no plano privado da produção, ali sim estão sendo destruídas as bases sociais do Estado de bem-estar?

Sim. Mas, evidentemente, essa destruição no plano das relações privadas vai atingir o público...

Ainda não atingiu?

Ainda não. Os gastos sociais continuam até a crescer como parte do PIB nos principais países desenvolvidos, e a direita e

o capital tentam dar solução a isto por meio do corte desses gastos no plano da produção, como está sendo demonstrado nos países mais desenvolvidos.

Você resumiria sua reflexão na afirmação de que, por enquanto, está se perdendo mais salário direto do que salário indireto?

Por enquanto é isso. Mas uma coisa pode implicar a outra e, sobretudo, ao se retirar a base direta se solapa não somente o indireto como também direitos de cidadania. Há um problema mais sério e mais importante, teórica e praticamente, que é a destruição da esfera pública.

Como se dá essa destruição?

Poderíamos reconstruir uma musiquinha do Centro Popular de Cultura (CPC) da une, nos anos 50, que contava o que era um brasileiro. Ela dizia que o sujeito acordava de manhã, escovava os dentes com Colgate, fazia a barba com Gilette, e por aí ia. Era a crítica básica do CPC ao imperialismo.

Se analisarmos hoje o cotidiano de um executivo da grande burguesia em São Paulo, por exemplo, que noção de público pode ter essa pessoa? Fazendo uma paródia com o brasileiro da musiquinha do CPC, o que está na experiência subjetiva radical da alta burguesia e da alta classe média de hoje é uma intensa privatização. Ele não toma nenhum transporte público, ele não tem contato com absolutamente nenhuma pessoa do povo. Sai de manhã, toma seu carro, que é seguido na frente e atrás por dois carros de segurança. Nos casos mais exagerados, o sujeito já viaja de helicóptero. Não tem nenhum contato, portanto, com nada que seja comum, para não falar de público. Chega na sua empresa, mete-se num desses edifícios chamados "inteligentes", onde nem existe ascensorista. Usa um crachá eletrônico, vai para o seu escritório e só fala com instrumentos eletrônicos. No máximo, ainda existe a secretária, que já está virando uma pessoa em desuso! Esse cidadão sai para almoçar geralmente num restaurante *privé*, freqüentado por gente igual a ele, quando não é no próprio restaurante da empresa. Ter-

mina o dia, se é um sujeito estilo Antônio Ermírio de Moraes, meio caipira e mão-de-vaca, vai para casa. Se não, tem obrigações sociais nas quais se encontra sempre com gente semelhante. Quando se trata de um tipo mais à última fase do Olacyr de Moraes, vai gastar o dinheiro nos grandes salões da alta burguesia. De público e comum com o resto da sociedade, esse cidadão não tem nenhuma experiência. Esse é o sentido radical da privatização. Esta é a ameaça mais radical à esfera pública. Daí entender, evidentemente discordando, essa fúria privatizante. Essa privatização não é só ideológica, é uma experiência radical de vida. O fato de o transporte ser ruim em nada comove um empresário desses. Antes, eles tinham de contracenar diariamente com experiências de subjetividade porque os operários iam reivindicar diretamente. Hoje, ele vive num mundo virtual, privado.

Do ponto de vista das relações internacionais, que tipo de transformações você vê?

Do ponto de vista das relações intercapitalistas, não vejo nada de bom. De tanto desregulamentar, os países capitalistas vão se enfrentar brevemente com uma competição mortal e vão se preparar para isso. A China já acabou com a indústria de brinquedos no mundo inteiro, está acabando com a têxtil e acabará com a indústria eletrônica de pequenos aparelhos. Quando somar-se a isso a Rússia – com a mão-de-obra barata que tem –, e o Brasil e a Índia se juntarem, chegará a hora da barbárie no comércio internacional. Eles desregulamentaram e os *desregulamentados* vão cobrar a fatura!

Os países desenvolvidos estão tentando se cercar das maiores garantias e constituir nas nações subdesenvolvidas – para usar um termo forte – uma espécie de sátrapas que governem em nome deles. Mas isso não vai resolver por muito tempo.

Dentro dessa lógica, não seria irracional por parte dos países avançados estar praticando essa desregulamentação, uma vez que eles próprios estariam promovendo algo que brevemente irá prejudicá-los?

A China produz, por exemplo, gravadores pequenos, mas é investimento de uma firma inglesa ou sob licença de uma

firma de Taiwan ou do Japão. É difícil, no entanto, pensar que a China vai ser eternamente uma província de produtos de exportação. Ela está fazendo isso para ganhar dinheiro.

Então, quem está forçando a desregulamentação é o capital privado e quem vai pagar a conta é a população?

Sim. A população dos dois lados pagará a conta: a dos países desregulamentados, que em parte já está pagando, e a dos países mais ricos que vão manter uma taxa de exclusão que tende a ser crescente. Como a Europa não conseguiu ainda sua unificação monetária, os Estados Unidos continuam fazendo do dólar a moeda hegemônica. Quando a Europa conseguir essa união monetária, em 1999, isso mudará, porque os Estados Unidos estão com 5% de desemprego – o que é um milagre quando a França tem 10% e a Espanha 24% – mas fazem isso porque têm uma grande margem de manobra por terem a moeda de emissão mundial.

Você não credita à desregulamentação do mercado de trabalho americano essa taxa de desemprego baixa?

Tem mais a ver com a hegemonia monetária do que com a desregulamentação, porque o mercado americano é desregulamentado há muito tempo do ponto de vista da importação. Os americanos pagam o preço de uma balança comercial deficitária que jamais poderão reverter, de uma dívida externa que jamais poderão pagar e que eles manejam.

As possibilidades de desenvolvimento do capitalismo no Brasil são grandes dentro deste contexto?

São grandes sim. O Brasil é e será um dos lugares de investimento privilegiado, não há nenhuma dúvida. O Brasil será desregulamentado evidentemente se as forças sociais que se opõem não conseguirem deter essa onda, e eu não acredito que consigam, pelo menos a curto prazo. Há hoje um bloco no poder que tem virtualidade hegemônica. Reverter esse processo é algo que vai demorar muito mais tempo.

O governo Fernando Henrique está explorando convenientemente as brechas no cenário internacional, de maneira a proporcionar a melhor taxa de desenvolvimento das forças produtivas internas?

Não. Acho que ele está aceitando a desregulamentação. Haveria outras alternativas de explorar de forma mais integrada, que produziriam inclusive taxas de crescimento muito mais altas. Ele as explora porcamente. Isso vai produzir, entretanto, em muitas regiões, um desenvolvimento grande e em outras produzirá desintegração. Todo o esforço de 50 anos vai começar a dar para trás. Esse governo tem uma estratégia que é de fazer do Brasil a cabeça de uma integração latino-americana, da qual evidentemente o país trata de tirar o melhor partido, mas é uma integração completamente desregulamentada e que, no interior dos países, não integra populações, não amplia o mercado interno. Há alternativas mais consistentes que dariam até melhores possibilidades de competir internacionalmente. Mas essas são opções de classe, político-ideológicas e eu não estou no lugar dele para propor.

Mas os economistas do governo afirmam que a estabilização monetária em si incluiu no mercado um contingente de consumidores que nenhuma política social strictu sensu *conseguiria. Portanto, que ela traz conseqüências positivas do ponto de vista social...*

Isso é ficção. Na verdade, o que houve com a estabilização é o que os economistas chamam de queda do denominado imposto inflacionário. A inflação retirava dos pobres porque eles não tinham mecanismos de defesa contra ela, não tinham como aplicar financeiramente ou no mercado de capitais. Com a estabilização, o imposto inflacionário deixa de funcionar e com isso os pobres passam a consumir. Isso ocorre em todos os momentos em que o fenômeno da imediata monetização é intenso, como aconteceu depois do Plano Cruzado. Mas seu efeito já terminou. Quero ver daqui para frente!

A tendência é de queda do salário real a partir de agora?

A tendência do salário real é de cair ou crescer numa taxa muito pequena. Num país como este, com as enormes desigualdades, a taxa de crescimento que a Salomon Brothers está projetando – que é uma corretora e um banco de investimentos que segue de perto a economia brasileira porque tem altos interesses aqui – foi de 2,2% para o ano de 1997. Não é nada promissor. Um país como este tem de crescer, no mínimo, 5% a 6% ao ano com melhor distribuição de renda.

O que seria uma política de integração que contemplasse as suas preocupações?

É difícil precisar, mas creio no entanto que vigorosas políticas sociais ainda são a melhor forma de distribuição de renda. Evidentemente, se combinadas com uma boa taxa de crescimento econômico de 5% a 6% ao ano. Nós sabemos que a melhor educação não depende do mercado. Portanto, uma política social vigorosa é insubstituível como elemento de distribuição de renda, mesmo quando o salário real está crescendo. O mercado só realiza muito parcialmente a melhoria na distribuição de renda. Nos anos gloriosos do *milagre*, quando se pensava que só o crescimento do salário real era suficiente para redistribuir renda, a classe média abandonou o ensino público. Quando os salários da classe média se deterioraram, ela quis voltar para a escola pública, mas esta estava liquidada. Por isso, eu advogaria uma boa taxa de crescimento e vigorosas políticas sociais porque é por aí que passam educação, saúde, lazer e cultura de qualidade.

Falando nos seus próprios termos, o salário direto está mais sujeito ao ciclo dos negócios enquanto o salário indireto tem uma estabilidade que se sustenta no tempo e que serve de garantia inclusive para a cidadania?

Exatamente.

Qual o papel da esquerda hoje no Brasil e no mundo? Qual o papel do intelectual, do militante, dentro desse cenário?

Eu sou um PT *light*. Acho que o PT não tem do que se envergonhar nesse curto período de existência, em que contribuiu enormemente para a democratização da vida brasileira.

De imediato, a tarefa do PT é lutar bravamente para que a hegemonia de FHC – que é virtual – não se consolide, isto é, lutar para que este credo não se transforme em senso comum, o que é o mais perigoso. Tentar construir uma alternativa significa combater em todas as frentes possíveis essa virtualidade hegemônica muito forte que está se desenhando no Brasil. Evidentemente, enfrentar o governo e todas as formações adversas em todas as frentes possíveis – prefeituras, eleições, sindicatos – é um trabalho que não é de curto prazo. O que o PT não deve nunca tentar fazer é parecer bonzinho. Não no sentido de uma velha discussão bizantina que houve no PT, se nós vamos administrar o capitalismo ou não. Para mudar o capitalismo é preciso primeiro saber administrá-lo. Não é essa a questão. O PT não deve ser bonzinho no sentido de tentar melhorar esse programa aqui, aquele programa acolá. Essa foi a tônica de certos discursos nas últimas eleições municipais. O que está aí é muito forte e o PT se assustou. Mas ele tem de continuar a dizer a esse país que ele precisa de reformas vigorosas, profundas. Não como a vanguarda iluminada que sabe mais do que o povo, mas como aquele que é na essência diferente do senso comum. O partido deve continuar essa batalha, a curto e médio prazo, para criar a possibilidade de que a hegemonia virtual que se desenha não se instaure. O projeto hegemônico que temos de combater é talvez o mais consistente que os grupos, classes e blocos dominantes no Brasil jamais tiveram. E esse é um desafio que não pode ser subestimado.

Paul Singer

Mercado e cooperação: um caminho para o socialismo*

Como economista ligado ao PT, você foi associado à tese que considerava a inflação no Brasil uma decorrência direta de conflitos distributivos, ou seja, da disputa dos agentes sociais em torno de uma melhor participação na distribuição do produto social. Essa disputa, entretanto, ocorre em qualquer sociedade moderna. Por que em algumas sociedades o conflito distributivo resultava em inflação crônica e em outras não?

Na década de 1980, havia países com baixa inflação e outros com alta. O Brasil era um exemplo de inflação crônica, mas há outros, principalmente na América Latina, e também na Ásia. Havia países com inflação alta e com correção monetária e mecanismos de ajuste à crônica inflação. Havia outros países com uma inflação de menos de 5% ao ano.

Conflitos distributivos há nos dois, não é uma característica apenas dos países de alta inflação. Mas havia duas opções para os conflitos distributivos. Os países de baixa inflação não a usam para escamotear o conflito distributivo. Eles os enfren-

* Entrevista concedida a Fernando Haddad, publicada na revista *Teoria&Debate* nº 35, jul.-ago.-set. de 1997.

tam na medida em que deve haver uma redistribuição de renda sempre que algum grupo inconformado com a que existia antes consegue se armar politicamente e impor uma mudança que tem de ser paga.

Nos Estados Unidos, houve um período de pleno emprego, pelo menos de grande situação favorável aos trabalhadores, em que houve um crescimento forte do salário real e uma compressão de lucros. O grande capital monopolista perdeu a batalha na década de 1960, sofreu uma compressão de lucros, uma diminuição na acumulação, uma grande queda no nível de crescimento da produtividade. Lá houve um surto inflacionário na década de 1970 que é estancado socialmente à medida que ninguém queria mais inflação.

Em países como o Brasil, existia um impasse que era resolvido via inflação. E aí se criou uma situação muito peculiar, mas muito longa na vida brasileira – durou mais de 20 anos –, em que, na realidade, a distribuição de renda mudava todo mês. Ninguém era ganhador permanente, ninguém era perdedor permanente. Os conflitos distributivos eram escamoteados pela inflação. Essa é a relação umbilical entre a grande inflação e os conflitos distributivos. Essa forma de não enfrentar os conflitos distributivos, escamoteando-os via inflação, levou a economia e a sociedade a um impasse. Isso aconteceu na Argentina, no Brasil, no México, no Chile. Não havia crescimento econômico e muitas vezes havia decadência econômica. Havia uma paralisia *agitante* em que as energias sociais se esfumavam. Todo mundo corria para não sair do lugar. Com base nesta constatação sugeri que, via câmaras setoriais, via acordos sociais amplos, se procurasse superar aquela paralisia.

Ou seja, antes de considerar a inflação como um fenômeno monetário, você procurava entender as raízes políticas?

Eram mais sociais que políticas, de monetário não tinha nada. Nesta situação, a política monetária é totalmente passiva. A minha idéia era a de tentar saídas contrárias à experiência histórica anterior. Desde os anos 30 tínhamos a idéia de que uma inflação poderia ser a solução para a grande depressão.

Houve momentos nessa época em que se procurou conscientemente inflacionar para ver se era possível reanimar a economia que estava prostrada.

A experiência latino-americana e a de outros países do Terceiro Mundo, na década de 1980, é o oposto disso. A inflação era a causa de um impasse de não-crescimento, de não-acumulação e assim por diante. A idéia de jugular inflações dessa natureza mediante um artifício monetário existia, mas era uma loucura. E os próprios monetaristas reconheciam que daí adviria uma recessão absolutamente fantástica.

Havia uma crítica bastante forte, até dentro do PT, à idéia de que as câmaras setoriais pudessem ser um caminho negociado de saída da inflação. E a crítica era, basicamente, de que as soluções setor a setor não teriam um impacto econômico que desse conta do que se vivia em termos inflacionários. Como você encara o Plano Real, que não foi uma solução negociada nos termos propostos pelos idealistas das câmaras setoriais? Como ele permitiu a queda da inflação sem negociação?

Este é o ponto em que faço autocrítica. Eu me enganei redondamente face ao Plano Real. Parecia-me que sem um acordo social, que no México bem ou mal se fez, seria quase impossível escapar da inflação, a não ser mediante uma megarrecessão. O erro que eu cometi, e suponho que outros também, foi imaginar que uma âncora cambial – que na verdade funcionou – não poderia ser suficiente em uma economia na qual o coeficiente de importação não chegava nem a 10%. Eu sabia que em Israel um plano semelhante tinha dado certo. Eu tinha estudado o assunto, tinha estado lá na véspera do pacote que efetivamente acabou com a inflação, em 1985. Mas Israel é um país de 5 milhões de habitantes, em que o coeficiente de importação é de mais de 50%.

Eu achava que, num país tão pouco aberto ao comércio internacional como o nosso, uma âncora cambial não seria suficiente para conter a inflação. Eu estava enganado. Eu não considerei o fato de que era possível abrir de chofre o mercado interno e praticamente aumentar em 150% os valores das importações. Foi o que aconteceu entre o primeiro semestre de

1994 e o segundo semestre de 1995. Mais que dobrou o valor das importações em um ano e meio. Foi um negócio fantástico! Tinha havido um influxo muito grande de capital, criando para o Brasil reservas cambiais enormes, capazes de bancar, portanto, essa abertura do mercado interno. Estava sobrando capital no mercado internacional e o Brasil estava sendo visto com olhos gulosíssimos para se investir, desde que houvesse alguma estabilização crível. Então, o capital internacional foi o fundamento do Plano Real. Eu não tenho dúvidas de que funcionou, e estou feliz, como brasileiro, de ter errado.

O programa de privatizações, que acabou atraindo o capital externo, seria um diferencial favorável ao Brasil em relação a Israel?

Eu acho que não. Eu percebi depois, reestudando os dados, que o capital estrangeiro já tinha voltado ao Brasil desde 1991, mesmo com toda aquela inflação descontrolada, com a loucura do Collor e com o *impeachment*. Todos esses motivos deveriam tê-lo afastado, mas ele voltou, e com muito ímpeto, por falta de opções. Existem hoje no mundo algumas centenas de bilhões ou trilhões de dólares que procuram lucratividade confiável, não em investimentos de longo prazo, mas em investimentos com taxas de câmbio e de juros lucrativas. Eles não têm tantas opções. Daí vem essa mania dos mercados emergentes. No fundo, são seis ou sete países asiáticos, um pouco menos de países latino-americanos, e é por aí que esse capital se move fundamentalmente, já que nos países centrais a taxa de juros está muito baixa.

Mas o fato concreto é que qualquer mercado emergente de grandes dimensões, como é o brasileiro, e que seja politicamente confiável para eles, pode atrair, pelo menos nesses anos, volumes inacreditáveis de capital.

Mesmo sem um programa de privatizações, você acha que isso seria possível?

Sim, porque o volume de capital que deu êxito ao Plano Real entrou em 1994 e 1995, e não houve nenhuma privatização importante nesses anos. Agora, provavelmente o programa de privatizações sustenta a contínua entrada de capital estrangeiro. Mas o Plano Real já deu certo. Como havia muita inércia inflacionária e os conflitos distributivos foram praticamente superados em 1995, a partir de agora não há a menor chance daquela enorme inflação voltar. Claro, tudo pode acontecer, mas se houver alguma pressão inflacionária é no sentido dela subir de 8% para 12%, mas não de 8% para 80% ou para 800%.

O que você está chamando de superação dos conflitos distributivos em 1995?

O governo foi muito hábil em duas coisas. Ele conseguiu equacionar os conflitos distributivos sem fazer um acordo social, sem negociar algo de mais longo prazo, como, por exemplo, colocar sob o controle dos parceiros sociais algumas variáveis macroeconômicas. Isso era o que eu propunha e não aconteceu. Houve a criação da URV, e com ela o governo deu aos salários o mesmo tratamento que deu ao dólar, ou seja, praticamente criou uma indexação diária. Com isso livrou os trabalhadores, por alguns meses, do ônus do atraso em relação a uma enorme inflação; e, em segundo lugar, submeteu o Plano Real ao Parlamento e este obrigou o governo a fazer algumas concessões, tais como indexar o salário por mais um ano pelo menos pela inflação total.

Esses acordos, que foram bem ou mal negociados no Parlamento, e a sutileza que foi a URV, permitiram marchar para a estabilidade com o mínimo de conflitos, muito menos do que eu imaginava. O fato também de usar importações maciças criou um enorme choque sobre os oligopólios brasileiros, que são os mais ativos conflitantes. Na verdade, não é a classe trabalhadora; são os oligopólios, que costumam ter margem de lucro enorme no Brasil, que foram colocados em uma posição muito defensiva pela importação maciça de têxteis, comidas etc. Esse tipo de conflito intercapitalista, que era uma das maiores molas da inflação, foi eliminado pela própria pressão da globalização da economia brasileira. Por outro lado, o desemprego resultante da crise industrial foi muito forte e

colocou os mais importantes sindicatos brasileiros também na defensiva, da qual estão saindo agora.

Você diz que o Plano Real deu certo face a seu objetivo, que era eliminar a inflação, mas evidentemente você não deixa de reconhecer as suas inconsistências internas de longo prazo ou as distorções do ponto de vista, por exemplo, da balança de pagamentos?

Sem dúvida. O preço que pagamos por este caminho de estabilização é uma dependência contínua de enormes influxos de capital, e eu sou cético quanto à possibilidade de eles serem sustentados indefinidamente. Mas graças às privatizações – aí elas passam a ter um certo papel –, esses influxos são aparentemente sustentáveis a médio prazo. Eles se mantiveram de 1994 a 1997 e a perspectiva imediata é que continuem sendo mantidos. Mas esse é um capital extremamente volátil, sujeito a incertezas muito grandes, ultranervoso. Esse capital pode a qualquer momento forçar uma desvalorização do Real, que é objetivamente necessária. Ela pode acontecer na semana que vem ou daqui a dez anos, nunca se sabe. Mas isso não é uma inconsistência do plano, é um preço. É um ônus que o plano impõe à economia: é necessário continuar o tempo todo ganhando o campeonato mundial de atratividade para o capital flutuante. O Brasil é um concorrente privilegiadíssimo nesse sentido; praticamente Brasil e China disputam esse campeonato nariz a nariz.

Em que medida soluções negociadas nos termos que você propunha poderiam agora servir de mecanismos de saída dessa armadilha cambial que nos torna mais vulneráveis?

Está todo mundo festejando a estabilidade – e eu festejo junto –, mas está crescendo o número de economistas que acham que é necessário desvalorizar o Real e manter déficits em conta corrente da ordem de 30 bilhões, 40 bilhões ao ano durante três ou quatro anos. Até ex-membros da equipe econômica, como o André Lara Rezende, estão dizendo que seria conveniente desvalorizar preventiva e controladamente, antes que isso nos seja imposto pelos especuladores com preço social

e econômico pesadíssimo, como no caso da Tailândia, do México etc. Sempre o preço é muito alto. Se não fizermos a desvalorização preventiva e controladamente, vai haver uma desvalorização muito maior do que a necessária, que vai ser em parte compensada com uma inflação muito maior do que a que gostaríamos e com uma tremenda recessão para curar a inflação depois. É o que aconteceu no México e na Argentina. A dinâmica é bem conhecida.

Existe a possibilidade de se criar uma coligação de forças sociais, de classes, para ter uma outra política de estabilização, porque continua sendo necessário, de alguma forma, tratar os conflitos distributivos e impedir que eles gerem pressões inflacionárias incontroláveis. São duas condições essenciais para se ter algum desenvolvimento econômico e alguma repartição de renda no Brasil. É preciso ter segurança no setor externo, uma balança de pagamentos com algum equilíbrio, e alguma estabilidade de preços. A alternativa seria tentar, por intermédio de câmaras setoriais ou de outro mecanismo, criar algum controle sobre o capital por parte da sociedade, não do governo.

Uma das idéias que defendo há muito tempo, mas que provavelmente não vai voltar à tona, é criar um Conselho Monetário Nacional totalmente diferente desse. O Plano Real reduziu o CMN a três pessoas: os ministros da Fazenda e do Planejamento e o presidente do Banco Central. Toda a política de crédito no Brasil é decidida pelo governo federal, sem audiência nenhuma da sociedade. Se fosse criado um Conselho Monetário Nacional bem representativo, com setores da agricultura, pequena e média empresas, trabalhadores, a grande indústria e os grandes conglomerados financeiros, haveria um espaço de negociação não apenas da política monetária, da taxa de juros, mas também de políticas setoriais para a agricultura, para a indústria e para o comércio externo. Seria possível de alguma maneira criar uma parceria entre o governo, os setores econômicos mais importantes e os trabalhadores para pensar uma estratégia favorável à sociedade de inserção do Brasil numa economia mundial que está em profunda transformação.

A alternativa atual, do Plano Real, é deixar os mercados fazerem isso, doa a quem doer. Aí vem o desemprego, um monte de empresas quebradas, setores inteiros afundando etc., e ninguém sabe bem para onde isso vai. É necessário controlar o processo de forma mais consensual e coordenada, em que os mercados continuem funcionando mas onde exista algum poder sobre eles para que determinados objetivos coletivos possam ser alcançados. Por exemplo, uma política keynesiana de pleno emprego continua sendo importante: criar oportunidades para todos aqueles que precisam ganhar a vida. Não é possível fazer isso dentro dos parâmetros estruturais criados pelo Plano Real.

Como você vê os efeitos do Plano Real do ponto de vista social?

Quanto ao saldo social, o Datafolha divulgou um estudo quantitativo bastante interessante, no qual se constata que há uma certa porcentagem de pessoas que ascenderam economicamente, mesmo tendo baixo grau de escolaridade, no período do Plano Real. A estabilização permitiu que 10% ou 15% da população melhorasse nitidamente de renda, de padrão de vida, de consumo. Mas o grupo que eles chamaram de "decadentes" – os expulsos do mercado de trabalho, pessoas qualificadas que foram simplesmente excluídas – chega a 25% na Grande São Paulo. Portanto, os efeitos negativos foram maiores que os positivos. Houve muita gente prejudicada também no campo, centenas de milhares de pequenos agricultores arruinados que perderam a terra, não puderam pagar os empréstimos bancários. E, por outro lado, houve, principalmente no setor de serviços, gente que foi muito beneficiada pelo aumento do preço dos serviços, desde garçons até empregadas domésticas, faxineiras, consertadores. Houve um grupo igualmente pobre que teve uma nítida melhoria.

Há uma porção de gente muito ressabiada, não com o Real em si, mas com toda essa virada neoliberal – as privatizações, as reformas anti-sociais que o governo está querendo impor, como a da Previdência Social –, que só vê o lado negativo, os desempregados, os excluídos, os empobrecidos. Mas existe o outro lado também, senão o presidente e o Plano Real não teriam o grau de aprovação que têm. É preciso nuançar isso.

Você conviveu e estudou com Fernando Henrique. Como você vê um intelectual que passou boa parte de sua vida pensando a questão do desenvolvimento e denunciando o caráter dependente da nossa sociedade criar agora condições para que essa dependência se exacerbe?

O presidente da República é meu velho amigo e companheiro de lutas políticas e de estudos há 30 anos. Entre as suas várias contribuições teóricas significativas para o pensamento latino-americano, uma delas, que tem alcance universal, é a idéia básica da teoria da dependência: que sempre a periferia tem um jogo dialético que leva à associação. Essa associação significa em última análise que há um desenvolvimento da periferia também, só que de forma dependente. Ele está levando essa descoberta às últimas conseqüências. Ele acha que para o Brasil se desenvolver tem de estar associado. O país poderia se desenvolver até mais do que o centro, à medida que as possibilidades abertas pelo subdesenvolvimento atraem muito capital.

Ou seja, há coerência da política com a teoria?

É uma vertente de seu pensamento, na qual ele avançou até o fim. Como político, ele era um crítico da dependência e, por outro lado, um analista da associação. Ele fez uma longa carreira política, de 1978 – quando foi candidato ao Senado – até 1990, numa posição de centro-esquerda. Mas a partir de algum momento em 1991, quando ele quis entrar no governo Fernando Collor e deu apoio ao seu programa, ele claramente foi para o outro lado. Ele está sinceramente convencido de que estamos diante de uma nova Renascença, que a globalização vai levar a uma grande fase de desenvolvimento econômico, que o Brasil vai se beneficiar disso à medida que se integre exatamente nos termos que o Consenso de Washington propõe.

Até que ponto essa opção está fragilizando a posição internacional do Brasil?

Atualmente, a posição do Brasil se contrapõe à dos Estados Unidos. O Brasil está apostando todas as fichas no Mercosul, e, mais que o Brasil, a Argentina está se salvando às custas do

mercado brasileiro, que é muito maior que o argentino. Portanto, a possibilidade de exportação para o Brasil está tirando a Argentina do buraco. Essa associação Brasil-Argentina é um pólo que está atraindo outros parceiros: Uruguai, Paraguai, Chile, Bolívia, quem sabe Venezuela.

Então, pela primeira vez na história, há uma polarização Brasil-Estados Unidos. Nunca houve isso. No governo Ernesto Geisel houve momentos de confronto por causa do acordo atômico Brasil-Alemanha, mas foi uma coisa menor, restrita à questão energética e militar; porque o Brasil estava querendo fazer a bomba atômica. Agora é uma questão seriíssima de estratégia econômica. Os Estados Unidos toleraram o Mercado Comum Europeu, toleraram o Mercosul, mas em algum momento eles vão dar um basta. O projeto Alca (Área de Livre Comércio das Américas), de criar um mercado comum que envolva toda a América, praticamente submerge o Brasil diante dos Estados Unidos. Porque, face a eles, o Brasil não é nada, mas excluindo-se os EUA o mercado interno brasileiro é um pólo importante. Se os eua se abrem, o Brasil submerge, fica igual ao Chile. Portanto, há uma resistência muita clara do Brasil, da Argentina, enfim dos países do Mercosul à Alca, e o Fernando Henrique está nessa.

Resistindo?

Resistindo. Ele está tentando criar um bloco até que a Alca comece a funcionar. A resistência à Alca dentro dos Estados Unidos também é muito forte. Houve uma resistência enorme à inclusão do México no Nafta (Acordo de Livre Comércio Norte-Americano). O Mercosul era, na verdade, um embrião, uma tentativa de unificação política e econômica de toda a América Latina, só que o México foi para o lado de lá e o governo Bill Clinton conseguiu superar as resistências e aprovar a sua inclusão no Nafta. Com o México do lado de lá, o que sobra é a América do Sul, porque a América Central é muito pequena e politicamente muito complicada. Portanto, está surgindo a América do Sul como uma nova entidade regional, capitaneada pelo Brasil por meio do Mercosul.

O Fernando Henrique está querendo um pouco jogar cartas de potência média dentro do jogo da globalização. Ele está perseguindo o sonho do Brasil como potência, que sempre foi uma aspiração. O Brasil foi um dos poucos países que saiu da Liga das Nações porque não lhe deram um cargo permanente no que seria o Conselho de Segurança daquela época. Nós estamos mais uma vez, 60 anos depois, batendo às portas da onu (Organização das Nações Unidas), querendo um lugar permanente no Conselho de Segurança. O Brasil sempre procurou uma posição um pouco maior. Isso sempre esteve ligado a posições nacionalistas, ou latino-americanistas, ou terceiro-mundistas, e agora, aparentemente, não. Agora, o jogo do governo brasileiro é dizer: nós somos capazes de atrair esses capitais multinacionais, sejam japoneses, americanos ou europeus, e fazê-los investir no Brasil a ponto de transformar o país em uma economia corrente. O que implica a suposição de que a globalização é para valer. Evidentemente, ela é uma tendência muito forte, mas que está longe de ter chegado aonde logicamente pode chegar. Esse é o erro maior do nosso governo. Ele está abrindo mão de uma agenda nacional e continental que poderia ser bem mais forte se ele fosse menos liberal, no sentido estrito do termo, ou seja, se confiasse menos nos capitalistas e no mercado.

Ou seja, se ele ampliasse a negociação com a sociedade civil?

Exato. Essa é a única opção dentro da democracia, que aliás, curiosamente, está sendo praticada no âmbito do Mercosul. Lá existem câmaras setoriais e cada vez mais os chamados conselhos da sociedade civil se envolvem na negociação. O movimento sindical dos países do Mercosul está muito organizado. Eles estão continuamente se reunindo e tomando posições comuns. Os empresários também. Mas no plano nacional isso não é feito.

Depois de sua participação no governo Luiza Erundina, você escreveu um livro chamado Um governo de esquerda para todos, *relatando a experiência. Em que medida sua participação como secretário de Pla-*

nejamento da Prefeitura de São Paulo contribuiu para esta idéia da importância da criação de conselhos?

Eu vou citar um dos exemplos que mais deu certo, que foi o chamado conselho de tarifas, uma proposta minha aceita pelo governo. Ele foi constituído para negociar todas as tarifas da prefeitura, embora as de ônibus fossem *o quente*, o que mais dava lugar a conflitos. Esse conselho de tarifas tinha representação dos motoristas de ônibus, da própria Transurb (associação dos empresários de transportes coletivos), do comércio, das indústrias, do movimento sindical, enfim, de todos os setores organizados da sociedade.

A política de transporte coletivo foi uma das melhores coisas que fizemos, e foi feita por intermédio do conselho de tarifas. O programa básico da Erundina para a área era mudar toda a sistemática de pagamentos: a prefeitura passou a ficar com toda a receita operacional e pagava as empresas de acordo com os serviços por elas prestados. Isto só se viabilizou porque no conselho de tarifas conseguimos unificar a chamada planilha de custos, para negociar, inclusive, o valor da passagem de ônibus e o valor dos serviços prestados. A partir daí, pudemos fazer a mudança legal e revolucionar todo o sistema de transporte coletivo na cidade, elevando o número de ônibus de 5.500 para 8.500. Esse mesmo conselho negociou depois as tarifas de táxi e de lixo, com resultados também positivos. Enfim, o conselho de tarifas foi muito eficiente como prática de política negociada e consensual envolvendo todos os setores da sociedade da cidade.

Na campanha que marcou a sucessão da Erundina, a crítica que era feita é que a política de transportes custava ao erário municipal um milhão de dólares por dia...

O valor é este mesmo, mas isto não foi negociado no conselho. Foi uma decisão de governo, incansavelmente discutida no secretariado, que tinha na própria Erundina sua maior defensora. Nós decidimos subsidiar mais ou menos a metade do valor do transporte coletivo. Essa era a principal medida de inversão

de prioridades, porque quem anda de ônibus em São Paulo é pobre. Isso era uma prioridade política construída ao longo do tempo. Houve idas e vindas no secretariado, muita gente que era contra porque isso tirava recursos das outras pastas etc.

Você acha que haveria condições de transpor experiências como a deste conselho de tarifas para o plano nacional?

O princípio poderia ser transposto, mas a forma de fazer é muito importante e pode pôr o princípio a perder. Por exemplo, o projeto de um Conselho Monetário Nacional bem representativo é talvez a coisa mais ambiciosa que se possa imaginar. Em última análise, um Conselho Monetário Nacional poderia programar a alocação dos investimentos brasileiros. Deixaria evidentemente as empresas tomar as decisões finais, mas estas seriam condicionadas. Isso é possível, mas demanda muito compromisso por parte das classes sociais. Isso não pode ser feito apenas por uma decisão política. Seria necessário ganhar uma batalha ideológica antes.

Sua reflexão sobre o socialismo deriva de toda essa reflexão sobre a negociação. E você chegou a defender publicamente a idéia de que o socialismo deveria eventualmente conviver com o mercado...

Eu estou convencido de que o mercado é essencial ao socialismo.

Mas, em certo plano, você está sempre enfatizando a idéia de que tem de haver uma carga grande de planejamento por meio da negociação; em outro plano, você parece dizer que isso tem um limite. Qual a solução?

Na realidade, eu concordo com os liberais quando dizem que os indivíduos existem. Não é o zero infinito. É importante dar um espaço para a escolha individual. Por exemplo, existir o mercado de trabalho é absolutamente essencial. A idéia de ter um grande escritório que aloca o trabalho de cada indivíduo de uma sociedade de dezenas de milhões de pessoas é absurda, é algo muito próximo à escravidão. É necessário deixar os indivíduos optarem, decidirem sobre o que vão fazer e, even-

tualmente, se arrependerem, ficarem desempregados por algum tempo. Mercado de trabalho é condição de liberdade humana e alguns mercados de bens e de serviços me parecem igualmente essenciais, porque uma das liberdades interessantes é a de iniciativa. O indivíduo tem o direito de tomar uma iniciativa, abrir uma empresa ou vender o fruto do seu trabalho. O mercado não é um mal, ele é uma forma de realização individual. Eu penso o socialismo, de acordo com Marx, como uma sociedade em que os indivíduos têm muita liberdade de se realizar e, eventualmente, de errar, de fracassar. O que o socialismo tem a mais é que, depois que o jogo do mercado é feito, depois que os ganhadores e os perdedores estão definidos, deve existir uma instituição que tira uma grande parte dos bens materiais dos ganhadores e dá para os perdedores. Não é necessário ter uma sociedade de milionários e de miseráveis para ter esse espaço de liberdade individual que é absolutamente essencial. Lendo algumas obras fundamentais que saíram recentemente sobre experiências nos países de economia centralizada, estatizada, eu me convenci de que isso é um retrocesso em relação ao capitalismo.

Seu ideal de socialismo estaria muito próximo do que teria sido a socialdemocracia mais avançada....

Muito mais avançado do que isso. Pode haver um sistema em que as empresas são cooperativas, por exemplo, e não autoritariamente dirigidas. Por isso eu tenho entusiasmo pelo cooperativismo. Se conseguíssemos democratizar a própria organização da produção, aí sim, teríamos uma boa sociedade. Pelo menos, esse é o caminho.

Você diz que, além do mercado, o Estado tem de ter um papel na redistribuição da renda. Isso pode existir nos marcos do capitalismo...

Eu tenho dúvidas por causa do problema dos incentivos. Onde se foi mais longe foi na Suécia, que chegou a esbarrar numa situação em que se começa a não ter incentivos suficientes para uma economia do tipo capitalista. A socialização dos meios de produção, ou seja, a existência de empresas em que

o próprio trabalhador, junto com os consumidores, tome decisões coletivas que levam a definir o dinamismo da economia, é essencial. Sem isso, se cai no exagero e se cria uma crise – a Suécia entrou em crise feia e deu uma recuada –, ou você mantém na verdade grandes desigualdades sociais que são incompatíveis com o socialismo.

Mas essas cooperativas precisam ser financiadas...

O financiamento é o mais fácil. Essa crise do capitalismo está produzindo uma exclusão em massa muito grande. Está havendo uma ressurgência em muitos países do movimento cooperativista como resposta ao desemprego. Mas as cooperativas precisam de trabalhadores que queiram fazer isso. O pressuposto é que eles aceitem a idéia de serem os patrões de si próprios. Na prática, isso não acontece, por incrível que pareça. Os fundos em geral são muito burocráticos. Eles pressupõem que se os trabalhadores recebem a propriedade da empresa eles vão assumir e ser patrões de si próprios. Não vão, essa é a questão. Nós temos várias experiências. Há cerca de 15 anos, existe uma legislação nos Estados Unidos que dá uma vantagem fiscal importante para planos de participação dos trabalhadores no capital acionário das empresas. Milhares de empresas estão aproveitando essas vantagens fiscais e criando planos para que os trabalhadores comprem suas ações. A grande maioria compra 10%, 15%. Mas há empresas que se deram mal e passaram ao controle acionário dos trabalhadores em condições praticamente dadas. Os trabalhadores ganham a empresa, têm de fazer sacrifício, têm de produzir os salários. A empresa não está dando lucro, o único jeito é reduzir custos. Então, eles agüentam, em dez anos recuperam inteiramente a empresa, compram equipamento novo, ela passa a ser lucrativa, eles voltam a ter os salários normais. Aí eles vendem a empresa de novo e voltam a ser operários alienados, como sempre quiseram ser.

Nós estamos tendo essa experiência no Brasil hoje. Há 20 empresas aproximadamente, como a cobertores Paraíba, Facit, Conforja, que estão sendo geridas pelos seus trabalhadores ou

em co-gestão. São pessoas qualificadas, que tinham trabalho, férias, um salário decente para poder criar sua família. Agora, eles não ganham mais salários, têm participação nos resultados e a preocupação de participar de assembléias, ter de decidir se aumenta o capital, se demitem pessoas, se admitem, como selecionar etc. A grande maioria está com saudades da época em que tinha salários e ponto final, sem nenhuma preocupação. Pelo que dizem os companheiros que estão mais diretamente envolvidos, o que parece existir é uma acomodação, essa é a palavra certa, muito forte à situação do trabalhador qualificado. Isso está mudando lentamente, em várias empresas, por meio de uma ação educativa intensa, mas esse processo é muito lento.

Nós estamos descobrindo que as cooperativas têm de ser democráticas. Ou há o patrão ou a cooperação. Só que na cooperação todo mundo tem de participar, mesmo que alguns sejam os gestores mais diretamente responsáveis por alguns setores. Mas em algum momento é necessário chamar os outros para tomar decisões fundamentais. E as pessoas em parte estão participando só porque essa é a alternativa para não ficar sem o emprego.

Portanto, o problema não é criar um fundo para dar direitos aos trabalhadores de mandarem na empresa; é criar uma consciência nos trabalhadores para que eles queiram mandar na empresa.

Esse é um caminho para o Brasil?

Em um programa alternativo hoje da esquerda para disputar um governo no Brasil ou em qualquer outro lugar, essa questão da autogestão devia ter uma posição de bastante destaque. Não é dizer: vamos resolver o problema do desemprego com autogestão; isso seria leviandade. Mas dizer, se formos governo, vamos dar apoio financeiro, técnico, logístico etc., a tudo que é forma de autogestão, à livre-iniciativa dos próprios trabalhadores. Assim como a livre-iniciativa dos capitalistas tem muito apoio, e deve continuar tendo, a livre-iniciativa dos trabalhadores vai merecer no mínimo tanto apoio. Isso distinguiria e faz todo sentido.

Fábio Konder Comparato

Desenvolvimento econômico e solidariedade para viver a democracia*

Como se deu sua formação intelectual?

Há dois momentos importantes na minha formação intelectual e moral. O primeiro foi a formação religiosa. Na Faculdade de Direito, onde estudei, havia uma organização da Ação Católica universitária, da qual nunca quis fazer parte porque achava as pessoas que dela participavam muito intelectualizadas. Como o grande problema que eu começava a sentir candentemente era o da miséria, resolvi fundar, junto com outros companheiros, uma conferência de São Vicente de Paulo, que tem um caráter passadista, mas que representou para nós, na época, uma verdadeira escola de formação quanto aos problemas sociais do Brasil. O objetivo de cada núcleo dessa conferência era visitar regularmente pessoas que estão em situação de necessidade, seja material, seja de conforto moral, como, por exemplo, doentes terminais. Para mim, que vinha de uma família de classe média alta e que como quase todos nós fui preservado do contato com a miséria e com a

* Entrevista concedida a Fernando Haddad, Eugênio Bucci e Maria Paula Dallari Bucci, publicada na revista *Teoria&Debate*, nº 36, out.-nov.-dez. de 1997.

desgraça humanas, isso foi uma grande escola de formação que marcou muito as minhas preocupações políticas e até mesmo intelectuais. Ou seja, era preciso dar uma resposta política geral a essa situação que me parecia inaceitável.

O segundo momento da minha formação foi o doutoramento em Paris. O contato com a cultura francesa me abriu para a perspectiva da verdade como um fator de libertação e ao mesmo tempo para a necessidade de um aperfeiçoamento das faculdades de crítica e de análise. Hoje, as coisas mudaram um pouco, mas na minha época a cultura francesa era muito precisa, muito cartesiana e isso representava uma excelente formação para nós que vínhamos de um país onde as coisas se embrulham com muita facilidade. Essa necessidade de clareza, de raciocínio direto e capacidade de investigação foi para mim uma grande revelação. Junto a isso o fato de estar longe do Brasil, que é um dos conselhos que dou a todo jovem que quer fazer alguma coisa por seu país. É preciso um certo momento de consideração do país à distância. É uma das melhores maneiras de nos reencontrarmos e exercermos o grande princípio filosófico: "Conhece-te a ti mesmo". Nós não somos apenas indivíduos, somos membros de uma coletividade que tem espírito, que tem alma, costumes, cultura e uma maneira de ser bem caracterizada. Esses foram os dois grandes momentos.

Em que medida o pensamento liberal clássico e o pensamento socialista também influenciaram na sua formação?

É difícil precisar. A influência do liberalismo clássico é importante, porque sempre vi o liberalismo maltratado e incompreendido no Brasil. Diria, aliás, que, como advogado e estudioso de Direito, sempre me impressionei com a ligeireza com que nesse país se tomavam e se tomam ainda as liberdades individuais. Elas são consideradas como algo supérfluo, um luxo, quando na verdade isso é da essência da democracia. A afirmação do indivíduo, de sua autonomia, da liberdade e da igualdade, ambas formando um todo, é que desencadeou todo o movimento dos Direitos Humanos no mundo. Isso precisa ser marcado profundamente, porque o verdadeiro socialismo

nada mais é do que uma complementação do liberalismo autêntico. A rigor, nós tivemos nesse país raríssimos socialdemocratas. O socialismo representa o coroamento desse início de movimento em favor da dignidade humana, acrescentando, à liberdade e à igualdade iniciais, a solidariedade. Eu acho que seria o caso de se fazer um reexame dessas idéias no Brasil no momento em que a confusão ideológica é geral.

Eu não tive nenhuma influência forte do pensamento marxista ou comunista, e acho que realmente os marxistas aprenderam muito tarde o que é democracia e até hoje têm certas dificuldades para entender os constrangimentos do exercício do poder quando chegam ao mesmo, no sentido de que numa democracia todo poder é limitado justamente pelos Direitos Humanos.

O senhor ainda insiste no tema do desenvolvimentismo. Em que momento esse tema lhe pareceu importante?

Eu adotei as idéias desenvolvimentistas não por uma moda, mas como verdadeira iluminação, quando começava o meu curso na Faculdade de Direito. Eu fui para a França estudar Ciência Política e Direito Constitucional e acabei escolhendo Direito Comercial porque, na época, não havia nenhuma matéria jurídica mais ligada à questão do desenvolvimento, que era o que me interessava. Eu sempre fui um admirador incondicional do Celso Furtado, não apenas pelo que ele escreveu, mas pelo entusiasmo que pôde dar à minha geração. Entendo que a idéia de desenvolvimento, na sua essência, é a tradução moderna do conceito fundamental que está em Aristóteles, ou seja, o homem em toda sua pluridimensionalidade. Mas, na época em que eu me abri para essas idéias, o desenvolvimento era sobretudo econômico.

Hoje, o desenvolvimentismo não estaria ultrapassado pelo fenômeno da globalização?

Eu não vejo nenhuma dificuldade em pensar o desenvolvimento nacional numa época de globalização, como não vejo nenhuma dificuldade, ao contrário, vejo absoluta necessidade de se pensar no desenvolvimento regional em âmbito nacional. Aliás, a idéia de desenvolvimento, no Brasil, partiu de uma

análise das carências regionais, especificamente do Nordeste. Para Celso Furtado, era fundamental encontrar parâmetros de análise e soluções para o problema nordestino, e a partir daí ele extrapolou para o plano nacional.

Essas preocupações de certa forma o aproximam do atual presidente da República?

O Fernando Henrique se interessou por esses problemas mas não numa perspectiva desenvolvimentista. Ele teve uma formação marxista que lhe deu instrumentos para fazer uma análise crítica da vida econômica nacional e internacional. Muitos dos seus trabalhos estão moldados por essa fórmula de análise. Porém, ele nunca esteve preocupado em primeiro lugar com as políticas de desenvolvimento. Tudo que se refere à economia, por parte do presidente, me parece um conjunto de fórmulas e idéias que ele aceitou sem crítica, sem aprofundamento, sem reflexão. Eu não creio que ele esteja convencido das vantagens do neoliberalismo. A meu ver, ele aceitou essas idéias porque lhe pareceram operacionais no plano político. E, portanto, a crítica que fazemos a essa política talvez não seja dirigida ao Fernando Henrique. Talvez ele não esteja absolutamente convencido das excelências do neoliberalismo, mas ele aceita que tudo se faça de acordo com esse padrão.

Quais seriam os principais problemas do neoliberalismo?

O erro mais flagrante dessa interpretação é a desconsideração de um fato que hoje é incontestável entre todos os economistas e analistas da economia internacional: o fator fundamental do crescimento econômico é a poupança interna. Portanto, é inútil esperar que um maior ou menor fluxo de capitais vindos do exterior possa provocar um movimento contínuo e permanente de desenvolvimento econômico, sem falar em distribuição de renda. Por sua vez, é necessário levar-se em conta – ao contrário do que uma certa esquerda ingênua admitiu no passado – que sem crescimento econômico não há distribuição de renda. O fato é que a continuidade dessa política me parece um fato gravíssimo.

A que o senhor atribui o prestígio recente das idéias neoliberais entre nós?

É preciso distinguir as ideologias das opiniões da moda. A ideologia é algo muito sério, uma orientação profunda e definitiva de vida. A moda intelectual é algo superficial e passageiro. Eu sustento, sem receio de exagerar, que não somos um povo ideológico, mas sim grandes consumidores da moda intelectual. A meu ver, a razão disso é histórica. Nós somos herdeiros de uma certa mentalidade. Não se trata de uma posição meramente intelectual, é uma posição perante a vida, feita de costumes, automatismos de valores que não são contestados e, muitas vezes, não são nem conscientes. Eu entendo que a mentalidade lusitana – ao contrário da hispânica – sempre foi avessa às grandes profundidades e às grandes especulações metafísicas. Uma das coisas mais impressionantes da história da cultura portuguesa é que Portugal não deu nenhum metafísico, nenhum filósofo que se preocupasse profundamente a ponto de ficar abismado com o problema do ser, ao contrário dos espanhóis, que têm uma tendência incoercível para um misticismo avassalador. Alguns dos maiores místicos da história foram espanhóis. O português sempre foi um homem prático, realista, que vive com os pés na terra. Daí, para o português, de um modo geral, a ciência e a cultura não são oceanos onde se possa mergulhar para desaparecer nessa intimidade. São fontes de onde se pode extrair fórmulas quase mecânicas para a solução de problemas. O português não está tão interessado na essência, no ser, na verdade, quanto na maneira de fazer, de resolver. Eu entendo que o português, ao contrário do espanhol, sempre considerou a formação intelectual do indivíduo como uma espécie de luxo – prezado, sem dúvida – mas, como todo luxo, um acessório. A cultura para o português é um ornamento que calha bem, mas não é a cultura intelectual que dá peso à existência. O português admira o homem de ciência, o homem de cultura. Ele acha que são atores interessantes, mas não são eles os grandes autores da vida.

As conseqüências disso são muito claras: as idéias dominantes do momento são aceitas no Brasil sem o menor espírito crítico. Não temos essa espécie de reflexo condicionado que tem o fran-

cês, de nunca aceitar uma idéia na moda sem colocar um *mas*. Sempre aceitamos, mergulhamos de cabeça naquilo que parece ser a fórmula salvadora do momento, sem nenhum espírito crítico, que é sempre fruto se não de um aperfeiçoamento intelectual de análise, pelo menos de uma certa desconfiança. Nós aceitamos com muita complacência e com muita ingenuidade.

O senhor acha que o presidente Fernando Henrique incorre nesse erro?

É justamente esse ponto que me parece muito grave quando o país é dirigido por um intelectual. O que se esperava de um intelectual é um mínimo de espírito crítico, de capacidade de discernimento, de precaução com as idéias. Todos nós, da Universidade, esperávamos isso do presidente Fernando Henrique. Achávamos que ele seria capaz de fazer esse discernimento e ficamos nós, opositores, sinceramente chocados. Eu, pessoalmente, não tanto por ele estar adotando posições de direita, mas por proceder levianamente. Essa leviandade, no intelectual, é inadmissível. É inadmissível que um intelectual, com a formação do professor Fernando Henrique Cardoso, não tenha percebido a importância desses problemas. Afinal de contas, ele não é um político boçal, ignorante, malformado. Não é uma impertinência exigir dele um mínimo de coerência e capacidade de análise!

Além disso, esse entusiasmo cego pela moda intelectual da época, no plano político, pode e tem provocado conseqüências alarmantes, porque a ação política tem efeitos que não são momentâneos e a decisão política deixa sempre uma marca. O tempo, em política, não é o tempo físico, de modo que não é possível apagar completamente uma decisão política. Coisa que os nossos políticos não sabem: o político pode e deve voltar atrás quando se convence de que errou. Ele volta atrás, muitas vezes, porque acha que precisa conquistar novos aliados ou se desembaraçar de aliados incômodos. O que ele não sabe, em geral, é que as decisões anteriores produzem efeitos permanentes. Quando esse entusiasmo por uma moda intelectual corresponde aos interesses muito concretos da oligarquia, então os efeitos nocivos dessa adesão entusiástica são praticamente imbatíveis. É o que vemos agora com o neoliberalismo!

Uma das coisas mais claras para mim é que nunca aceitamos a essência da democracia, sobretudo da democracia liberal. O verdadeiro liberalismo é uma ideologia que tem valores muito positivos, a começar pelo princípio da igualdade perante a lei. Numa sociedade profundamente desigual como a brasileira, marcada desde as origens pela dominação oligárquica, nunca se aceitou esse princípio para além da retórica. E nunca aceitamos porque para nós a lei não tem majestade. Ela é uma fórmula ornamental considerada conveniente. Nunca aceitamos essa idéia fundamental de que a lei está acima de nossas vontades e que todos nós igualmente devemos nos submeter a ela. Para nós, essa história no fundo sempre pareceu um embuste. Sempre estamos convencidos de que a lei favorece alguns em detrimento de outros, portanto há sempre pessoas mais iguais do que as outras perante a lei. Daí por que, quando vem a moda do neoliberalismo – nunca tendo havido verdadeira convicção liberal no país –, isso pode ser catastrófico, porque significa reforçar a tendência de descartar a maioria da população carente.

Por outro lado, é necessário levar em conta que a concorrência entre as pessoas não é um fator de civilização; ao contrário, o fator de civilização é a busca constante da solidariedade. Fazendo uma análise do tipo dos filósofos jusnaturalistas do século XVIII, o homem da barbárie é essencialmente um homem da rivalidade, da concorrência. Ele não tem nenhum sentimento de ligação com o outro e não procura ajudar, mas sim superar, esmagar. Todo trabalho civilizatório é de superação da rivalidade. A concorrência só é admitida como uma espécie de estímulo ao aperfeiçoamento técnico, mas isso não pode ser colocado como princípio fundamental de uma sociedade.

O senhor acha que esta moda neoliberal tem fôlego?

A idéia de espírito do século (que veio também do século XVIII) marcou muito uma certa parte dos intelectuais. T.H. Marshall explicava esta evolução, nos últimos 300 anos, dizendo que o século XVIII era o da descoberta dos direitos civis, ou seja, dos direitos individuais. O século XIX foi o sé-

culo da ampliação do sufrágio político, portanto muito mais um século de igualdade. E o nosso século é marcado pela supremacia do valor da solidariedade. Ele o afirmava depois da Segunda Guerra Mundial, quando parecia que o Estado do bem-estar social tinha vindo para ficar eternamente. Mal sabia ele que, menos de 30 anos depois, o Estado e o bem-estar social iam ser sucateados! Mas o fato é que, com a aceleração da história, não podemos falar em espírito do século, porque existem vários espíritos que se sucedem. Podemos falar em espírito da década. Eu acho que o neoliberalismo não vai completar duas décadas e o que se vê hoje em todo o mundo é uma procura desesperada por uma solução. Em toda a Europa ocidental há hoje 20 milhões de desempregados, que custam às nações, cada um deles, 2.000 dólares por mês. Isso dá uma idéia da grandeza do que estamos gastando para que as pessoas não trabalhem! Quer dizer, até sob o aspecto econômico é de uma ineficiência colossal! Isso é insuportável até mesmo para os empresários! Chegará o momento em que eles vão tentar desesperadamente encontrar uma solução.

Hoje, a lógica chamada neoliberalismo é a ditadura do capital, ou seja, o que importa é uma eficiência meramente financeira. George Soros, o maior especulador do mundo, mostra claramente que organizar o mundo empresarial exclusivamente sob o aspecto financeiro é um suicídio, porque as finanças são meio, não finalidade. Ora, transpor essa lógica suicida para o plano nacional é um crime hediondo!

Qual seria a alternativa?

Não se percebeu que há uma função estatal da maior importância, que é a de previsão e planejamento. Isso já existe em toda grande empresa. Não há mais empresa que não tenha um setor de previsão e planejamento. E no campo político isso aparece em vários países. O Japão teve o desenvolvimento que todos conhecemos em grande parte graças à organização dessa função de previsão e planejamento, que estava localizada no Ministério da Indústria e Comércio Exterior. Na Coréia do Sul há um setor subordinado ao Poder Executivo. Essa função,

ao contrário do que diz o neoliberalismo, é fundamental para os países do Primeiro Mundo. Apenas ela não tem o necessário peso constitucional, dentro de um princípio de especialização que se chama divisão de poder.

Estou querendo trazer isso ao debate dos constitucionalistas. O princípio da divisão de poder tem várias aplicações, uma no sistema parlamentar de governo, outra no sistema presidencial. Por que não usá-las para absorver e desenvolver a idéia de que a previsão e o planejamento são funções que devem ser exercidas autonomamente dentro do Estado? O Executivo é o grande centro de conflito de problemas conjunturais da política. Tudo desemboca nele. É ele quem paga, nomeia, contrata. O sistema presidencial brasileiro está na origem de 80% ou 90% das leis promulgadas, portanto, até mesmo o impulso da função do Legislativo parte do Executivo. Ora, todos sabemos que é impossível fazer conviver a conjuntura com grandes ciclos de longo prazo. Toda vez que a mesma pessoa é encarregada de resolver problemas do dia-a-dia e de longo prazo, deixa esses últimos para um segundo plano, porque os problemas do dia-a-dia não esperam. Eles vão afogando as grandes preocupações de longo prazo. No Japão não é assim. Oficialmente, o Ministério da Indústria e Comércio Exterior está subordinado ao primeiro-ministro, é um órgão do Poder Executivo, mas na verdade está totalmente separado dos problemas conjunturais. Há 15 anos o Japão vem pensando em como resolver o problema do alargamento do Canal do Panamá, porque para eles parece evidente que o transporte de petróleo vai exigir navios muito mais largos do que os usados atualmente. E se perguntarem a algum funcionário do Ministério sobre os problemas do dia-a-dia, ele é capaz de ignorar completamente, porque não é a sua função.

Mas isso não coloca em questão a própria organização do Estado?

Claro! Há muitos anos tenho insistido na possibilidade de se rever a organização do Estado. O Estado contemporâneo é um produtor de políticas, não é um produtor de normas jurídicas, e, quando se pensou na organização do Estado moderno, a idéia era bem diferente. O Estado era, por assim dizer, está-

tico, e a sua expressão maior era a lei, como de certa forma a declaração de direitos inerentes à pessoa humana, portanto imutáveis. Hoje, não há nenhum país moderno que não se organize praticamente para a produção de políticas, mas, como o modelo constitucional não está adaptado a isso, a conseqüência óbvia é o inchaço do Executivo. Ele assume a responsabilidade de elaborar e executar políticas e, com base nisso – como se está vendo no Brasil –, ele monopoliza a função do Legislativo e procura neutralizar a função do Judiciário.

Como o senhor vê a democracia brasileira num momento em que é recorde o número de Medidas Provisórias, em que se enfraquecem os partidos, em que o Executivo desrespeita a divisão de poderes etc.?

Trata-se de um cenário novo para uma peça de teatro que foi representada desde as origens do Brasil. Nunca fomos democratas e temos muita dificuldade de entender o que é democracia. A onipotência do Poder Executivo, como já havia observado Joaquim Nabuco, é uma constante na vida pública brasileira. Nós não entendemos o poder sem dominação ilimitada, e no fundo isso talvez seja uma reminiscência da época falsamente iluminista de Pombal em Portugal. Nós entendemos eficiência de poder com a turbulência: o poder faz as coisas e portanto é eficiente!

É claro que para enfrentar essa situação é preciso avançar em dois registros. O fundamental é o da educação cívica. Tudo isso representa a vivência de antivalores e é preciso criar no povo brasileiro o *ethos* da liberdade, da igualdade e da solidariedade. O outro registro fundamental é o institucional. A Constituição brasileira tem pontos muito falhos no que diz respeito à limitação do poder. E é preciso entender ainda, neste particular, que a limitação de poder estabelecida na Constituição deve dirigir-se não apenas aos órgãos de Estado, mas também àquelas instituições da sociedade civil que exercem um poder social efetivo sob a proteção do Estado.

Que instituições seriam essas?

Quero me referir especificamente aos meios de comunicação de massa. A política hoje se faz no espaço dos meios de

comunicação de massa. A própria propaganda política mudou radicalmente. Até bem pouco tempo atrás ainda era importante fazer comício e mostrar o povo nas ruas. Hoje, é indispensável ter o monopólio da comunicação, por intermédio da televisão e do rádio sobretudo, e nesse particular as classes dominantes do Brasil revelam eficiência e talento realmente incomuns. Conseguiu-se sem maiores percalços colocar em prática o sistema democrático formal de realização periódica de eleições com a manutenção imutável do sistema de dominação oligárquico. Isso hoje é obtido sobretudo pelo pacto estabelecido entre os donos de órgãos de imprensa, rádio e televisão, e os governantes. Ambos colhem benefícios, não só econômicos mas também políticos e de prestígio social. Se a esquerda quiser começar a modificar essa situação, ela tem de colocar como ponto principal da sua atuação a democratização dos meios de comunicação. Isso é muito mais importante para começar a mudar o sistema de dominação política, social e econômica do Brasil do que, por exemplo, a reforma agrária. Não que a reforma agrária não seja importante mas, no campo das prioridades de modificação do sistema oligárquico, a democratização dos meios de comunicação de massa passa em primeiro lugar.

Qual seria a maneira de democratizá-los?

É justamente quebrando essa sociedade entre os empresários, os políticos e os altos funcionários governamentais. Passa, portanto, por uma inserção da sociedade civil no mecanismo de criação e funcionamento dos órgãos de comunicação de massa. Não apenas nas concessões – que só existem para rádio e televisão –, mas também e principalmente pelo estabelecimento de um espaço de comunicação social, ou seja, de livre acesso das parcelas mais representativas da população ao rádio e à televisão. Eles são concessões públicas, que não devem ser entendidas como concessões governamentais, mas sim como concessões do povo. Portanto, é preciso que na própria concessão haja uma interferência de representantes do povo que não sejam os políticos tradicionais que estão no Congresso Nacional. É preciso que, no funcionamento do rádio e da te-

levisão, haja o que já se denominou no exterior "direito de antena", ou seja, o direito efetivo, inarredável, de acesso regular a esses meios de comunicação por movimentos políticos, sindicatos, universidades, Igrejas, ONGs, para que se estabeleça um verdadeiro espaço público e, portanto, se deixe de fazer a manipulação constante da opinião pública.

Os autores clássicos sempre entenderam que a opinião pública é uma espécie de juiz dos governantes e partiram sempre do pressuposto de que ela não pode ser fabricada. O século XX veio demonstrar, em larga medida, a possibilidade de fabricação da opinião pública. Isso começou nos Estados totalitários, comunistas e fascistas; mas logo depois da Segunda Guerra Mundial, fundados na sua secular experiência de propaganda comercial, os líderes capitalistas estabeleceram um sistema eficientíssimo de fabricação da opinião pública. Isso falseia completamente o jogo democrático. Podemos continuar fazendo eleições indefinidamente que ganhará sempre a minoria rica e poderosa.

Mas, não há um certo paradoxo no seu raciocínio, porque para modificar a ordem das coisas na mídia é necessário chegar ao poder e, para chegar ao poder, se pressupõe uma modificação prévia da gestão da mídia?

É verdade! Esse paradoxo é típico de toda mudança política, mas ele começa a ser rompido quando se faz a propaganda por baixo, ou seja, quando os movimentos políticos conseguem convencer o povo de que uma determinada solução é importante para ele. E uma das coisas mais lamentáveis nos últimos tempos é a incapacidade dos movimentos políticos – notadamente do partido político mais autêntico, que é o Partido dos Trabalhadores – em fazer a verdadeira educação popular. O PT, lamentavelmente, vai cada vez mais se afastando dessa tarefa. Os sindicatos, quando surgiram, faziam muito proselitismo, no sentido de convencer a classe operária de que era preciso lutar por certos direitos. O Partido dos Trabalhadores tinha também, quando surgiu, o mesmo impulso apostolar. Hoje isso secou e eu não vejo saída. Mas teoricamente isso passa por um largo movimento de educação popular.

Nas poucas ocasiões em que a esquerda foi alçada ao poder, ela não soube utilizar os mecanismos do poder para educar o povo. Ela tentou, de maneira desastrosa, usar o mesmo tipo de propaganda política artificial e manipuladora que os capitalistas usam. Não acredito que, nas prefeituras e poucos governos de estado em que o PT chegou ao poder, ele tenha entendido que é preciso fazer outro tipo de política, pedagógica, e não simplesmente defender a atuação dos seus governantes com dinheiro público, usando a televisão.

O senhor vem desenvolvendo, há alguns anos, a experiência da Escola de Governo. Evidentemente, ela não tem a pretensão de fazer o papel do partido, do sindicato, das instituições. Mas ela faz parte de uma idéia de educação, não propriamente da população, mas de quem tem pretensões de governar?

Ela de fato é uma experiência que se insere num contexto amplo de educação cívica. A educação cívica começa praticamente desde a infância. A criança é educada, é civilizada, na medida em que aprende a respeitar os outros. Portanto, é um trabalho constante de luta contra o egoísmo. Devemos prosseguir nesse trabalho de educação incessante do povo até a fase de preparação para o exercício do poder, que é justamente a fase das escolas de governo. Mas é claro que a nossa experiência de Escola de Governo é muito modesta, humilde mesmo! Apesar disso, ela tem se ampliado, porque agora temos "filiais" em Florianópolis, Fortaleza, Belo Horizonte, Uberaba e acabou de ser criada uma Escola de Governo em Porto Alegre. Nós temos mantido essa experiência como uma espécie de desafio para mostrar que é possível exercer um trabalho de educação política no nível mais elevado e que esse trabalho tem de ser feito pela sociedade como um todo e, portanto, pelo Estado, como seu representante.

As universidades deveriam ter como uma de suas metas principais a formação da chamada "elite governante". Elite no sentido da qualificação evidentemente, não no sentido da fortuna. E a esse respeito, aliás, eu devo dizer que alguns de nossos melhores alunos em São Paulo foram pessoas que tinham uma

formação escolar muito limitada, mas que revelaram um grande sentido do interesse público e uma capacidade de apreensão das técnicas de macroeconomia ou de exercício de funções públicas, de direito público, muito maior que vários outros formados pela Universidade.

Essas filiais têm seguido o mesmo padrão da matriz?

Nós procuramos manter os mesmos princípios. A Escola de Governo não é partidária, não defende uma ideologia política determinada, mas nós insistimos muito no método de ação política, que no fundo é um velho método que foi aplicado pela Ação Católica, quando ainda existia, que é: "ver, julgar e decidir", ou "ver, julgar e agir". E, sobretudo, a nossa ênfase cada vez mais se concentra nesse *ethos* da vida pública, ou seja, na superioridade dos Direitos Humanos e na necessidade de uma reorganização institucional para a sua promoção.

Nós temos tido como alunos gente de vários partidos. No ano passado, tínhamos quatro ou cinco partidos representados em São Paulo na turma da Escola de Governo. Um dos resultados mais sensíveis é o fato de que as pessoas entram na Escola de Governo com uma determinada visão, muito parcial – se não sectária – de mundo e acabam aprendendo a conviver com os outros e a abrir seu horizonte. Não que percam totalmente sua visão inicial; quem entra comunista, continua comunista, mas aprende a enxergar a realidade, o que é o primeiro passo. Nós não estamos sós no mundo político com os companheiros de partido. É preciso enxergar a sociedade, perceber quais são seus valores e costumes, e perceber também que toda ação política tende a essa solidariedade. Nós formamos um *todo sólido*, em latim. Portanto, não podemos dizer que há partes dispensáveis, que podem ser tiradas da sociedade porque são imprestáveis. Isso é uma concepção totalitária que não é absolutamente privilégio da esquerda. Ao contrário, ela é muito de direita!

Emir Sader

A esquerda brasileira frente ao Estado*

A sua tese foi escrita há 30 anos, nos anos dourados do capitalismo, quando, aparentemente, se estava vivendo a esperança de eternizar o Estado de bem-estar social. O que o levou naquele momento a escrever sobre a concepção de Estado em Marx?

Primeiramente, a ausência de análises sobre o Estado na esquerda brasileira. O *Programa Socialista para o Brasil*, da Organização Política Operária – Polop –, que tinha por trás cabeças importantes como Erich Sachs, Eder Sader, Rui Mauro Marini e Theotonio dos Santos, e que foi considerado com justiça o documento programático da esquerda de maior consistência e abrangência, falava do capitalismo brasileiro, pregava o socialismo, mas impressionantemente não tinha uma referência maior ao Estado, simplesmente apontado como "o Estado capitalista".

Em todos os outros documentos da esquerda naquela época a situação era mais grave ainda: queriam assaltar o Estado por meio da luta armada imediata e não havia nenhuma referência à sua natureza ou caráter. E era um tremendo Estado, constituído pelo getulismo, muito forte, presente, articulador,

* Entrevista concedida a Fernando Haddad e Ricardo Musse, (a ser) publicada na revista *Teoria&Debate* nº 38, jun.-jul.-ago. de 1998.

planificador, com políticas sociais, a que a própria ditadura deu continuidade. Aquele era um nó enorme, do qual politicamente era preciso dar conta.

A esquerda não tinha uma estratégia clara para o Brasil?

Um avanço importante nos anos posteriores ao golpe militar foi o de colocar o tema de uma estratégia de luta pelo poder. Porém, sob o impacto do livro de [Régis] Debray *Revolução na revolução*, predominou uma concepção técnico-militar de assalto ao poder, sem incorporar os condicionamentos sociais, políticos e ideológicos. A esquerda e o grosso da intelectualidade de esquerda não se deram conta de que a partir de 1966-67 começava a se dar uma retomada do processo de expansão econômica, embora em outras bases, com concentração de renda e aprofundamento do mercado existente e não sua extensão. Foram Carlos Lessa, Antonio de Barros Castro e Conceição Tavares que alertaram para esse processo, contra as opiniões vigentes – inclusive a de Fernando Henrique Cardoso – que se norteavam pelos efeitos clássicos dos ciclos de expansão/diminuição do desemprego, redistribuição de renda etc.

Por outro lado, no marxismo nos encontrávamos só com *O Estado e a revolução*, o *Manifesto Comunista* e o *Dezoito Brumário*. Em geral nos detínhamos no caráter de classe do Estado, o que ajudava a iluminar suas determinações mais gerais, porém não tirávamos do *Dezoito Brumário* a necessidade de especificar as formas particulares de dominação e de hegemonia. Eu me interessei pelos artigos do Poulantzas anteriores a seu livro, publicados no *Les Temps Modernes*, ainda sartreanos e gramscianos, e me dispus a fazer uma tese tão pretensiosa como aquela sobre Estado e política em Marx.

Quer dizer que a esquerda e o marxismo não deram conta da análise do Estado brasileiro?

A esquerda e o marxismo padeceram das mesmas debilidades que tiveram em escala mundial. Acrescidas aqui da natureza ambígua do getulismo, com todas as conseqüências que esse movimento teve na modelagem do Estado brasileiro. À medida que Getúlio assumiu como tema central a questão nacional em detrimento da questão democrática – o que também aconteceu com Perón –, deixou o liberalismo como ideologia da direita livre-cambista exportadora e a burguesia industrial como caudatária do protecionismo. O PC argentino chegou a caracterizar Perón como fascista, somando-se à direita e ao governo dos EUA contra ele. No Brasil, o PC oscilou entre o enfrentamento frontal, ao denunciar o movimento dos tenentes na revolução de 30 e preparar um projeto insurrecional em 1935, até a adesão subordinada a Getúlio, a JK [Juscelino Kubitschek] e a Jango [João Goulart].

As debilidades do marxismo na análise do Estado se refletiram nas dificuldades para captar a natureza do getulismo e do Estado que se construiu no bojo desse movimento. O liberalismo da primeira república era o liberalismo econômico, do *laissez-faire*. Nem voto universal existia, muito menos Estado de direito. O getulismo, valendo-se da segregação das questões sociais – que eram "caso de polícia" – separou radicalmente a questão social da democrática, privilegiando aquela em detrimento desta e incorporando a questão nacional.

Além disso, Getúlio reconheceu o direito à organização e à existência política, ainda que subordinada, do movimento sindical urbano. Mas a maioria esmagadora da população – os trabalhadores do campo e as donas-de-casa, por exemplo – seguiam sem esse reconhecimento. Sacrificava-se a aliança operário-camponesa ou, se se prefere, a aliança dos trabalhadores da cidade e do campo, em favor de uma aliança que incluía o latifúndio, deslocado do papel hegemônico, mas integrante do novo bloco.

A partir da aliança do PCB com Getúlio passou a predominar uma linha sindicalista, economicista, que era a forma de valorizar o getulismo às custas das questões democrática e agrária. A reforma agrária era pensada muito mais como forma de expansão do mercado interno, como instrumento para sol-

dar a aliança com uma burguesia industrial nacional, do que como forma de emancipação da grande massa de trabalhadores do campo.

Como se consolidou a hegemonia do PCB na esquerda?

Essa hegemonia se fundava na presença do PCB no movimento sindical urbano, em aliança com o getulismo, e na referência à URSS, em base à qual buscava um monopólio do marxismo. O surgimento de grupos à esquerda do PCB coincide com o surgimento do movimento camponês na cena política brasileira, a partir do final dos anos 50, em Goiás, Pernambuco e São Paulo, com trabalhos que viriam posteriormente a se incorporar às Ligas Camponesas, à Polop, à Ação Popular (AP) e ao PCdoB.

Que debates se davam dentro da esquerda depois do golpe?

Em primeiro lugar, o debate era a respeito da estratégia que havia levado à derrota em 1964. O PCB esteve na berlinda. Ele havia sido o partido absolutamente hegemônico na esquerda e era a expressão da linha política de aliança subordinada com frações burguesas, da qual o governo Jango seria o representante. Teoricamente se opunha esquematicamente reforma a revolução e o golpe de 64 aparecia como a derrota da via das reformas, identificada com o reformismo.

Os grupos saídos do PCB – ALN, PCBR, Dissidência da Guanabara –, a Polop e a AP – que se haviam formado fora dele –, assim como os que haviam saído antes – PCdoB e Ala Vermelha –, propunham vias insurrecionais, de guerrilha, com variantes na sua forma. Mas opunham rigidamente reforma a revolução, herdando uma leitura do debate de Rosa Luxemburgo com Bernstein.

Não havia dúvidas de que qualquer forma de luta contra a ditadura tinha que apelar para formas não-institucionais, dado que a institucionalidade era praticamente inexistente, totalmente tutelada pela ditadura. Era um campo precariamente ocupado pela tentativa de frente entre JK, [Carlos] Lacerda, Adhemar de Barros e Jânio Quadros e que logo se desfez.

O erro da esquerda esteve em optar por uma linha de enfrentamento militar, subestimando o apoio social e as condições político-ideológicas.

Que peso teve Cuba nos debates e definições da esquerda brasileira naquele período?

A vitória da Revolução Cubana representou a demonstração da "atualidade da revolução" – como Lukács a havia interpretado a partir de Lenin – na América Latina. Diante da crise do capitalismo latino-americano, a alternativa cubana, partindo da luta antiditatorial para rapidamente ganhar um caráter anticapitalista, apontava uma direção estimulante.

Mas toda revolução vitoriosa tende a sacralizar sua via – aconteceu com a Revolução Russa e com a Chinesa – e assim a forma particular com que a ruptura com o capitalismo havia acontecido em Cuba tendeu a se reproduzir por todo o Continente, facilitada pelo livro de Debray, que desqualificava toda via alternativa, mesmo insurrecional, que não correspondesse a uma versão caricatural do que teria sido a passagem do "pequeno motor" – um foco guerrilheiro de 12 homens – ao "grande motor" vitorioso do movimento de massas.

Estava-se num processo de balanço e debate de alternativas quando, conjugadas à publicação do livro de Debray e à viagem de [Carlos] Marighella ao Congresso da OLAS – Organização Latino-Americana de Solidariedade –, em Cuba, aceleraram-se as definições, interrompendo um amadurecimento de alternativas superadoras da linha do PCB. O documento que Marighella publica quando retorna de Cuba é ilustrativo até no seu nome: "Quem samba fica, quem não samba vai embora". Este título tinha uma conotação sobretudo militar, reforçada pelo *Manual do guerrilheiro urbano*, escrito por ele, no qual havia, por exemplo, um capítulo chamado: "A bala é a alma do guerrilheiro urbano". Era um drástico "Basta!" ao debate e um convite tentador à ação, respondido positivamente por militantes muito jovens e por um setor da intelectualidade.

A versão que se tornou hegemônica na esquerda era extremamente pobre em suas análises, falava de "revolução de

libertação nacional", definia muito pouco a respeito da sociedade brasileira, do Estado, das classes, das alianças sociais e políticas, das táticas, das formas de dominação ideológica e das alternativas. No bojo das organizações preponderantes – ALN e VPR –, a única tentativa que buscou fórmulas criadoras foi o documento que ficou conhecido pelo pseudônimo de quem o assinou, "Jamil", que era uma versão cabocla e empobrecida das análises de Frantz Fanon, Marcuse e Günder Frank, apelando para os setores marginalizados pelo capitalismo como vanguardas alternativas para justificar a guerrilha rural.

Qual era o clima cultural e teórico no final dos anos 60?

Os anos 60 haviam trazido o fim da hegemonia stalinista sobre a esquerda em escala mundial. No Brasil, se publicava Trotski, Isaac Deutscher, Lukács, Gramsci e Marcuse; chegavam os estudos de Althusser; proliferavam os grupos de estudo de *O Capital*; a editora e a *Revista Civilização Brasileira*, dirigidas por Ênio Silveira, traziam textos de Sartre, como sua carta de renúncia ao prêmio Nobel de literatura em protesto pela Guerra do Vietnã, ou de Brecht, como *As cinco dificuldades para dizer a verdade*, textos fundamentais naquela época. Sai a revista *Teoria e Prática*, em meio a um florescimento do cinema e da música brasileiros. Os anos 60 chegavam fortemente ao país e eram recolhidos por uma nova geração de militantes políticos e de jovens intelectuais.

Como a derrota da luta armada se refletiu nesse cenário?

Sua derrota no Brasil, juntamente com o término de um ciclo de luta armada na América Latina – que seria reaberto posteriormente no Uruguai e na Argentina –, representou a derrota da oposição radical à ditadura militar, que não separava a luta pela democracia da ruptura com o capitalismo. Sobre os seus escombros é que se erigiu a hegemonia liberal na oposição ao regime, já não mais chamado de ditadura, mas de "regime autoritário", com uma concepção restritiva em termos da sua natureza e de alternativas de superação. A passagem

da década representou a passagem de uma oposição com uma natureza de classe para outra. Até então o voto nulo era preponderante nas eleições. A partir dali, derrotada a alternativa anti-sistêmica, o protesto passou a ser canalizado para o MDB e sua concepção institucional de substituição do regime autoritário por um democrático-liberal.

Como evoluiu o Estado brasileiro durante e depois da ditadura?

O período da ditadura militar viu um formidável fortalecimento do Estado, seja do ponto de vista de sua capacidade de intervenção sobre as relações sociais, seja de sua capacidade de planejamento econômico, com expansão da infra-estrutura e uma inserção mais internacionalizada da economia. O Estado passou por um processo de revigoramento político e ideológico, valendo-se do ciclo expansivo da economia, que permitiu uma reciclagem das camadas altas da classe média – por meio do consumo, do ensino e da saúde privados –, para uma aliança com o grande capital, deixando de lado seus vínculos com os setores pobres da população.

A legitimidade do Estado diminuiu à medida que o ciclo econômico reverteu, o que favoreceu o esgotamento do regime militar e o levou a expor em toda sua plenitude a crise que atravessava desde o término do modelo desenvolvimentista.

Na década de 1980 o modelo neoliberal teve dificuldades iniciais para se impor porque o país saía da ditadura com um consenso em torno do "déficit social", isto é, a transição política foi condicionada pela visão majoritária de que a ditadura havia feito crescer a economia, porém, concentrando a renda. Tratar-se-ia, então, de colocar a ênfase nas políticas sociais.

A recomposição do Estado brasileiro e do bloco conservador no poder passou pelo frustrado governo Collor, até se recompor durante o governo Itamar Franco e ganhar consistência com FHC. O bloco no poder se renovou, se expandiu o pessoal dirigente com a agregação de políticos, tecnocratas e intelectuais. Porém, o processo social resultante das políticas de ajuste fiscal aplicadas promove uma deslegitimação do Estado, por cima e por baixo, nunca vista no país. Por cima,

porque a grande burguesia privatiza sua vida, se vale do Estado para se financiar, mas se desentende com respeito aos impostos, às funções sociais do Estado, à necessidade de buscar coesão social. Por baixo, a exclusão social, antes de tudo por relegar a maioria da população à economia informal, com todas as conseqüências provenientes disso, e a falta de integração nas políticas estatais, leva a uma restrição crescente do Estado de direito e dos direitos de cidadania, debilitando o Estado, que cada vez mais volta a ser o Estado das elites dominantes, sem qualquer tipo de regulamentação da circulação do capital, restringindo a universalidade que algumas de suas políticas haviam ganho.

Como se deu a transição da ditadura à democracia nesse marco?

A hegemonia liberal se impôs mediante uma concepção que concentrava fogo sobre o Estado, identificado com o regime militar, absolvendo assim as frações de classe que davam a verdadeira natureza social da ditadura militar. A derrota da campanha das Diretas e a eleição de um presidente pelo Colégio Eleitoral foram a via do novo pacto das elites, da ruptura com continuidade, que impôs um regime democrático-liberal de caráter conservador, sem alterar o poder nos Bancos, nos grandes meios de comunicação, nas grandes propriedades rurais ou nos monopólios industriais.

E a intelectualidade de esquerda, como via esse processo?

O texto mais inovador, que teve mais influência, foi o do Carlos Nelson Coutinho, sobre o valor universal da democracia. Em um país em que a democracia tinha sido uma quimera, em que nem a esquerda havia enfrentado a questão democrática em toda a sua extensão e profundidade, esse texto representou uma novidade radical. Ele fez o que devia fazer. Não se pode esperar que ele resolvesse todos os problemas que levantou. Houve leituras que favoreceram uma concepção liberal da transição democrática, subestimando sua dimensão social. Essa era uma leitura possível do texto. A problemática gramsciana chegava por essa via, mas a esquerda não soube

integrá-la, enraizando na nossa história e na nossa luta social, política e ideológica o conceito de hegemonia, o que teria sido um diferencial teórico marcante na sua ação nos anos 80 e 90. O acento na questão democrática acabou se fazendo às expensas das análises sobre a crise do capitalismo brasileiro e, como muito bem observou José Luís Fiori, a esquerda terminou entrando nos anos 80 desaparelhada para entender a profundidade da crise capitalista no Brasil, incluída a do Estado, esperando que a democracia resolvesse todos os nossos problemas.

Quais as diferenças entre a teoria do autoritarismo do FHC daquela época e de hoje?

A teoria do autoritarismo se tornou a teoria da transição conservadora à medida que defendia a tese de que quem era hegemônico no governo militar era uma espécie de burguesia de Estado, absolvendo portanto os grandes capitais privados. Em alguns momentos Fernando Henrique fala até em setores militares, mas ao contrário da concepção de Guillermo O'Donnell, para quem se tratava de um Estado burocrático-militar, em Fernando Henrique faltam sintomaticamente duas dimensões essenciais: a militar e a monopólica. Daí a idéia de que a democracia significaria simplesmente a desconcentração de poder econômico e político.

Disto decorre uma visão restritiva da reforma do Estado, pensada apenas como aparato administrativo que "gasta muito". A ótica do ajuste fiscal domina toda a ação do governo. Desapareceu a temática democrática, como se a reforma do Estado não tivesse que significar basicamente sua desprivatização e sua reconstrução centrada na esfera pública. Democratização foi substituída por privatização, como manda o liberalismo, que opõe estatal a privado, fazendo coincidir este com o mercado e ignorando o outro termo da questão: o público.

A desregulamentação econômica, com suas projeções sobre os planos social e político, é o princípio norteador das políticas do governo FHC. Multiplicam-se os espaços sociais em que não há nenhuma regulamentação – a saúde, a habitação,

a criminalidade, os serviços de luz, de água, as taxas bancárias, a sonegação fiscal, as relações de trabalho. Se mais da metade dos trabalhadores não tem mais carteira de trabalho, então as relações de trabalho que estão na Constituição como um direito, que foram a forma clássica do capitalismo socializar as pessoas, passam a ser uma fonte de exclusão social, produto das relações desregulamentadas entre o grande capital e uma força de trabalho desprotegida. Esse é um retorno a uma situação de selvageria social.

Como a esquerda enfrentou esse processo?

A esquerda não foi capaz de se impor hegemonicamente, antes de tudo porque não dispunha de uma concepção que abordasse em toda a sua amplitude a crise do Estado e do capitalismo brasileiros. Sua visão democrática radical se limitava aos marcos do liberalismo, do antiestatismo. A CUT brigava para que o Estado estivesse ausente das negociações salariais entre patrões e trabalhadores num país com um desemprego estrutural e um excedente de mão-de-obra que sempre deixarão os sindicatos em inferioridade nas negociações. Confundia-se Estado com regime. Queria-se afastar a ditadura e sua política de arrocho salarial, desembocando numa visão *laissez-fairiana* das relações sociais. Apostava-se numa autonomia dos movimentos sociais que desobrigava a pensar o formato de Estado compatível com a democracia com alma social que o Brasil requeria e continua a requerer.

A única corrente teórica consistente que surgiu no PT foi a autonomista, no momento em que se tinha grande confiança em que a retração do movimento sindical iria coincidir com o surgimento de novos movimentos sociais que ocupariam seu lugar. O livro fundamental do Eder Sader, *Quando novos personagens entram em cena*, expressava essa visão. No entanto, essa corrente se centrava no conceito de autonomia, formulado por Leffort e Castoriadis, quando a realidade pedia a gritos a radicação no país do conceito gramsciano de hegemonia. Ainda assim, não houve continuidade naquela elaboração para

dar conta da crise dos novos movimentos sociais, desde então e, mais recentemente, do surgimento do MST.

Que avaliação você faz da atuação do PT na transição?

O PT agiu corretamente não se comprometendo com o pacto do Colégio Eleitoral, que é o responsável por todas as conseqüências negativas da transição política. Nem sei se hoje, colocado naquelas circunstâncias, o PT agiria com a mesma radicalidade correta e necessária. Mas naquele momento foi uma atitude corajosa e que rendeu os melhores frutos ao criticar a conciliação das elites, que levou o PMDB à bancarrota junto com o governo Sarney.

A expressiva votação do PT nas eleições de 1988 e 1989 veio da força de massas e ideológica que havia acumulado ao longo da década de 1980. Como partido que acreditava que uma solução para o país viria da composição de um bloco alternativo forjado na luta de massas e na participação crítica nos processos institucionais, o PT tornou-se o grande fator de transformação democrática radical.

Esse processo se esgotou?

Certamente perdeu seu impulso inicial. A luta por justiça social, contra a corrupção, por um Estado de direito, embora vigentes, são insuficientes para constituir um projeto alternativo de sociedade. O PT não incorporou o marxismo como teoria, como método de análise, e isto bloqueou um processo de criação teórica, de constituição de uma produção intelectual e de uma intelectualidade à altura do desafio da crise brasileira global.

Depois do triunfo de FHC em 1994, o PT não desenvolveu um processo de balanço e de análise de como tinha se dado a reciclagem do modelo hegemônico por parte da grande burguesia. O novo bloco dominante não é apenas o velho bloco da ditadura ou o que se organizou em torno do Collor, embora tenha elementos dos dois. As próprias transformações levadas a cabo pelo neoliberalismo alteram o solo sobre o qual se assenta a luta de classes. Sem essa compreensão é impossível ter

consciência sobre as forças sociais que estão se enfrentando, sobre a natureza e a profundidade dos dilemas atuais e suas projeções sobre o futuro do Brasil.

Nesse sentido, há uma dimensão teórica da crise brasileira que o PT não incorporou. Além disso, ele deixou de ser um partido presente em todas as lutas sociais como seu animador e que construía sua força política dessa prática. Sua institucionalização foi profunda, com reflexos na redução do partido praticamente a uma estrutura organizativa central e outras em torno dos mandatos conquistados.

Na primeira vez em que participou de eleições, em 1982, o PT praticamente pedia desculpas por participar num processo em que manifestamente não acreditava. Depois, passou a participar automaticamente, sem esclarecer o lugar que essa atividade teria na luta mais geral por uma transformação radical – eu diria, revolucionária, socialista – da sociedade brasileira. Seu *timing* passou a ser ditado pelo calendário eleitoral. Ainda assim, quando a prática social e ideológica do partido e do movimento social ligado a ele foi grande e eficiente, essa força convergiu para as eleições e os resultados foram positivos, crescentes. Porém, passou-se a um marasmo de atividades fora das estruturas institucionais e o PT passou a não ter forças específicas para mobilizar nas eleições. Com isso, a adesão foi sendo cada vez mais passiva, o que, por sua vez, acentuou a institucionalização do partido. Suas atividades deixaram de abarcar os dois planos, o da luta institucional e o do movimento de massas, o que havia se tornado mais difícil pela própria retração das organizações de massa sob o impacto das políticas neoliberais. O PT, porém, passou a ter uma prática reativa, sem recuperar a capacidade de iniciativa.

Mas o pensamento da esquerda evoluiu nesse período?

O pensamento político da esquerda tem sido extremamente pobre. As questões da socialização do poder, da construção das forças políticas e sociais, do Estado de direito, da democratização do Estado estão praticamente ausentes, mesmo hoje. Quando ela pensa a questão da recomposição do aparelho do Estado, se centra na sua capacidade de ter propriedade ou não. Hoje é essencial um projeto de transformação radical do Estado. Esse Estado não tem mais viabilidade a não ser por meio da integração política dos direitos, da organização política da cidadania, da promoção da totalidade da população à condição de cidadãos, de sujeitos reais de direitos, da difusão de ideologias de socialização.

No entanto, a plataforma da esquerda se limita a uma visão muito restrita dos pontos comuns apresentados na resistência às ofensivas liberalizantes do governo FHC. Uma esquerda socialista, anticapitalista, na realidade não elabora uma plataforma de governo. Ela tem uma análise do capitalismo e um programa de transformações revolucionárias, que desembocam no tipo de sociedade pela qual se luta. Daí ela extrai seus programas de ação, inclusive suas plataformas eleitorais.

Como explicar essa indigência teórica da esquerda brasileira?

Se a esquerda não é depositária de uma análise profunda, original e criativa sobre o país, isto se deve, em grande parte, ao abandono do marxismo como instrumento essencial de análise, revigorado pela reinstauração de um capitalismo de mercado, para a análise do qual o marxismo foi criado. Não há nenhum partido com fôlego histórico – PC ou socialdemocrata – que não tenha criado sua teoria, sua intelectualidade, suas concepções, sua particularidade ideológica. O PT não criou sua própria intelectualidade nem sua teoria. Ele passou quase em brancas nuvens, do ponto de vista teórico, sua década e meia de existência. Isso é atestado de que, fora de um arcabouço de análise mais geral marxista, dificilmente é possível forjar uma teoria e uma ideologia transformadoras da realidade. Ao PT falta, hoje, antes de tudo, uma visão da sociedade brasileira, do que mudou na última década e meia e, particularmente, nos últimos quatro anos. Mas, além disso, falta definir qual é o seu lugar na sociedade, o que ele está representando, a quem está se opondo e com quem está se aliando.

Qualquer que seja o resultado das eleições de 1998, o PT requer uma refundação, se deseja sobreviver como partido. O

PT nunca fez a teoria da sua prática e precisa partir daí, não da sua história interna, mas de sua história integrada à evolução do país na última década e meia. Não se trata de um simples retorno às suas origens, que é impossível, mas de uma verdadeira refundação, que parta de uma análise profunda da trajetória do país e de si mesmo para desembocar num projeto anticapitalista abrangente.

Em outros períodos houve uma relação mais orgânica entre a intelectualidade e a prática política?

O saber e as estruturas universitárias foram um elemento orientador do pensamento da esquerda brasileira com todas as vantagens e desvantagens. Possibilitaram uma visão mais heterodoxa do pensamento marxista em relação ao marxismo soviético, mas nada substitui o partido como "memória histórica" dos trabalhadores, com seu enraizamento social e político.

A intelectualidade marxista brasileira tem a força e a debilidade do marxismo ocidental: uma grande capacidade de análise teórica, incorporando o que de melhor o marxismo elaborou ao longo deste século, porém pouca capacidade de análise econômica, histórica e política. O marxismo brasileiro dependeu das importantes contribuições da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina), mas isto também representou a incorporação de uma tendência ao capitalismo de Estado, uma debilidade na análise de classes da sociedade e das relações internacionais na óptica do imperialismo. Sem uma visão atualizada sobre o processo de acumulação de capital na periferia do capitalismo e no Brasil, em particular, dificilmente se poderá construir uma visão histórica adequada, que desemboque em conclusões políticas ricas e inovadoras.

O PT foi herdeiro do melhor da intelectualidade brasileira, mas não soube, até aqui, fazer valer essa extraordinária vantagem. A intelectualidade opta preferencialmente pelo PT, mas isso afeta pouco sua prática intelectual, determinada pelas instâncias universitárias, sem que o PT se converta em um pólo de debate, de atração, de definição de temáticas.

Especialmente nestes últimos quatro anos, a intelectualidade de esquerda e a própria esquerda foram caudatárias dos temas colocados pelas políticas econômicas do governo. A perda de iniciativa é sempre sintoma de um revés, que aconteceu ideologicamente no governo Collor, quando as reformas neoliberais ocuparam a agenda teórica e política do país. A campanha do Lula de 1994 tentava se apoiar nos elementos de força da esquerda remanescentes do período anterior, a justiça social (através das caravanas) e a luta contra a corrupção, esperando que o candidato do bloco dominante fosse Sarney, Quércia ou alguém desse tipo. Era uma tentativa de navegar na popularidade do Lula, empurrada por uma certa inércia, até que o tema da estabilidade monetária e do déficit público – ausentes do programa do PT – romperam com essa inércia e deixaram o Lula deslocado.

O que a esquerda não pode é perder nos votos e nas idéias. Uma vitória em 1994, com aquele programa, talvez conduzisse a uma derrota política. Mesmo uma derrota em 1998 pode significar uma vitória política, conforme a campanha e a força social, política e ideológica que se acumule.

O que caracteriza o processo vivido pela intelectualidade brasileira nos anos 90?

A aparição de um intelectual com trajetória de esquerda, como o FHC, que assume a coordenação e o *aggiornamento* do bloco conservador no poder. Quantos desses intelectuais que aderiram o teriam feito se o processo fosse levado a cabo, por exemplo, por um tecnocrata sem nenhum encanto como o [José] Serra? Então, além da adesão política, há também elementos subjetivos, gente cuja identidade política se projetava na experiência do FHC como intelectual que se lançava na política e para os quais uma ruptura com FHC não seria apenas um ato político, mas até psicanalítico.

Essa intelectualidade acompanhou FHC na crítica à esquerda. Uma das suas características é a falta de coragem para combater os fortes e sua disposição plena de golpear os fracos.

Nada lhe agrada mais do que coincidir com as elites. É forte com os fracos e fraca com os fortes. Quem de peso nas elites é combatido por FHC?

No entanto, quando em 1997 começou a mudar o clima político mundial, com as vitórias de [Tony] Blair, Jospin, da FMLN (Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional) em El Salvador, do PRD (Partido Revolucionário Democrático, no México, da aliança opositora na Argentina, FHC convocou uma entrevista na *Veja* para dizer que ele era a "nova esquerda". Ele percebeu que estava demasiado comprometido com a direita e o pensamento liberal-conservador e tratou de se reciclar para as eleições de 1998.

Como você vê a divisão de tendências dentro do PT?

As tendências à esquerda têm a vantagem e a desvantagem da propaganda. Elas não têm vocação hegemônica, são radicalmente críticas dos desvios institucionalistas da direção do PT mas não têm projeto alternativo, basicamente porque sua crítica se faz do ponto de vista da doutrina. Ela não é equivocada por isso, mas toda teoria que não se ancora na realidade concreta não ganha capacidade criativa, fica presa às formulações conceituais.

As tendências majoritárias se ataram ao processo institucional e se distanciaram, por exemplo, da dinâmica dos sem-terra e tampouco têm mostrado qualquer fertilidade teórica e política. Estes últimos quatro anos foram os piores na história do PT, sem iniciativas, com perda da capacidade de convocação, confusão política e ideológica e, principalmente, perda de entusiasmo.

Você vê o Movimento dos Sem Terra com grande entusiasmo...

Uma das grandes novidades dos sem-terra é que sua ação chama a atenção para os problemas do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, denuncia um processo de corrupção da elite – inclusive de uma parte da elite intelectual – pelo poder. Eles querem terra e condições de trabalho agora, não interessam

as condições legais; interessa o direito ao trabalho que se sobrepõe ao direito à propriedade. Uma série de coisas muito elementares que a intelectualidade deixou de exigir.

O processo de formulação do documento do MST é de outra ordem. Foi um processo de enraizamento nas temáticas sociais, que se chamou de consulta popular. Originalmente era um documento pequeno, que passou pelo debate em 25 estados. Na reunião final de elaboração do documento alternativo para o Brasil, em Itaici, havia umas 300 pessoas. Gente de todos os estados: basicamente militantes sociais, mas também padres, intelectuais, deputados, jornalistas.

Houve uma mobilização da intelectualidade que pensa as coisas do país, alguns diretamente ligados ao movimento social, outros que têm uma reflexão multidisciplinar. O César Benjamin, que coordenou o processo de elaboração do projeto, é o caso mais representativo: alguém que não se formou na vida acadêmica, um autodidata que alia sólidas noções teóricas de economia com conhecimento empírico. Ele recolheu opiniões do país inteiro para desembocar num documento básico.

O MST percebe que a resolução da questão agrária passa por todo o processo social e político que o país vai viver ao longo desta década e da próxima. No documento são destacados os elementos de força que particularizam a situação do Brasil, como, por exemplo, a extensão territorial, os recursos em matérias-primas, o mercado interno potencial, e que lhe dão condições de alavancar um novo ciclo de desenvolvimento, vetado para outros. É enfocada a idéia da distribuição de renda como um fator positivo, uma alavanca de crescimento. Num país desenvolvido, em que a massa da população tem o grosso de suas necessidades satisfeitas, é preciso criar novas necessidades para poder ampliar o consumo. Aqui, basta atender as demandas básicas da população para gerar um novo ciclo de crescimento.

Numa entrevista à revista Praga, *o João Pedro Stédile fala da aliança do partido de massas, que incluiria o PT, a CUT, a Igreja progressista,*

o MST e a Central dos Movimentos Populares. Você acha viável a construção de um bloco desse tipo?

Essa aliança de alguma forma existe, mas um bloco hegemônico vencedor tem que ir muito além. É necessário pensar em alianças com outras forças que podem não ter estrategicamente a mesma concepção mas sem as quais pode-se chegar a uma resistência ampla, mas não se ganha. Amplos setores de classe média e da intelectualidade têm de estar integrados, assim como setores do empresariado que se comprometam com um projeto de desenvolvimento vinculado à extensão do mercado interno e à redistribuição de renda. Embora não seja um projeto de ruptura com o capitalismo, ele está na contramão das suas tendências gerais, da lógica predominante de acumulação. Se chegar a ser colocado em prática, vai aprofundar contradições centrais do capitalismo. Esse projeto permitirá recompor laços básicos de sociabilidade, de organização e de consciência social, condições para transformações históricas mais profundas.

O drama é que as iniciativas da oposição ficaram muito mais a cargo do MST do que do PT. Quem está fazendo o papel de força articuladora é uma força social – o MST –, necessariamente radical como deve ser um movimento rural num país tão injusto socialmente. Daí que possa haver uma tendência para uma linha de "classe contra classe", que seria uma visão restritiva, sem capacidade hegemônica.

Fica assim faltando o papel específico de um partido, de direção política, de análise da realidade, de intercâmbio fértil com a intelectualidade crítica, de orientação para o movimento de massas, de organização das grandes alianças sociais e políticas, de definição do caráter da luta ideológica e cultural.

Poder, dinheiro e vida intelectual*

Eu gostaria de começar discutindo seu ensaio sobre a retomada da hegemonia americana, que deu origem ao livro Poder e dinheiro. *Quando você o escreveu, em 1984, para que dados estava olhando?*

Quando o Reagan avisou que ia fazer o programa Guerra nas Estrelas, eu vi a cara do Gromiko, o embaixador soviético, e percebi seu pavor. Justo quando os soviéticos podiam optar por uma economia de consumo de massas, estavam sendo pressionados a gastar com defesa. Então pensei: pronto, lá se foram! Eles não podiam avançar rumo a uma sociedade de consumo de massas que o povo estava pedindo, na melhoria dos serviços, na democratização.

Por outro lado, houve uma crise mundial quando os Estados Unidos dobraram a taxa de juros. Então, pensei: boa hora para o Japão ganhar dinheiro, vir para aqui, investir. O Japão entrou com tanta fúria que estava parecendo um peixe entrando na boca de um urso. Com a diplomacia do dólar forte, todo mundo estava investindo nos Estados Unidos, transnacionalizando a economia americana.

---

* Entrevista concedida a Fernando Haddad, publicada na revista *Teoria&Debate*, nº 37, mar.-abr.-maio de 1998.

E o dinheiro estava entrando...

Não apenas o dinheiro, mas também o investimento, as *joint-ventures* etc. Isso acabou tendo um impacto positivo na competitividade da economia americana. O choque de juros altos tinha levado a uma diplomacia do dólar forte que quebrou todos que estavam endividados. Foi a chamada crise da dívida externa, que durou até 1984. Depois da ruptura do padrão monetário internacional em 1971-73, a onda era aceitar que o dólar devia deixar de ser padrão de referência. Pensava-se num outro Bretton Woods, mas sem hegemonia de ninguém. Cogitou-se até numa moeda mundial. Mas os americanos não quiseram e toparam correr o risco de uma crise mundial que afetou o seu próprio sistema financeiro por um choque de juros. Arriscaram parte da sua economia, mergulharam o mundo numa recessão e proclamaram: "Eu mando, eu tenho o dólar forte e as armas; não vou abandonar o jogo da hegemonia mundial".

Eles bancaram o padrão monetário?

Bancaram o dólar forte. E todo mundo aceitou, porque era um bom negócio aplicar em títulos do Tesouro americano com uma taxa de juros selvagem. Do ponto de vista microeconômico, para as empresas e os próprios bancos que tinham sobrevivido à crise, era um bom negócio. Na verdade, o que o Paul Volker queria era trazer de volta os capitais americanos que estavam pelo mundo. Nesse momento, os bancos japoneses tinham virado subitamente os maiores bancos do mundo e decidido entrar no jogo global das finanças. Então, todo mundo disse: os japoneses ganharam! Só que eles entraram no jogo sem experiência de padrão monetário internacional. Eles tinham experiência na Ásia, que são Estados completamente controlados, onde os acordos eram Estado a Estado ou empresa a empresa. Tudo diferente, particularmente o sistema bancário, que nem é puramente estatal nem puramente privado, mas as duas coisas juntas.

Por fim, eu vi também – e aí foi definitivo – os Estados Unidos virarem a locomotiva comercial do mundo a partir de 1984. O crescimento da economia mundial dependia, e depende até hoje, de eles terem déficit comercial e crescerem com endividamento, o que lhes permite que o capital financeiro voador que espalharam na Europa e na Ásia volte cada vez que há ameaça de desvalorização das moedas em outras regiões.

Bicicleta internacional?

Bicicleta internacional a favor deles. Déficit comercial a favor deles. Vi aquilo virar uma locomotiva e fazer uma política keynesiana bélica. Curiosamente, os economistas e historiadores econômicos americanos parecem não entender nada do que acontece no seu próprio país. Em geral, quem vê melhor o império são os que vêem da periferia. Quem melhor viu o capitalismo inglês foi Marx e outros europeus, não foram os ingleses. Nós, da América Latina, temos o privilégio de ter visto o império norte-americano começar a perder a hegemonia e retomá-la outra vez. Só que o movimento global não juntava nas nossas cabeças. Porque nosso sonho de libertação e de socialismo não tinha acabado e a hipótese da decadência americana era favorável aos sonhos de autodeterminação dos povos. O Japão estava forte; o Vietnã tinha ganho a guerra; a China estava crescendo, se afirmando à sua maneira. Muitos achavam que o Japão ia se converter na potência mundial substituta. Outros proclamavam o fim dos impérios. O Japão tinha o máximo de dinamismo tecnológico e estava entrando com capital e empresas nos EUA, a ponto de despertar o "nacionalismo" da população americana. Quando for a virada, pensei eu, e os Estados Unidos inverterem o padrão cambial, o Japão dança.

E o que foi essa virada?

A virada se deu em 1985-86 quando fizeram os acordos Plaza-Louvre e obrigaram os japoneses a fazer a *endaka*, isto é, a valorização do iene. Era a segunda vez. A primeira foi com o Nixon em 1971, quando se rompeu o padrão ouro = dólar.

Os japoneses tiveram de se adaptar e o iene teve que ser fortemente valorizado. Na verdade, a moeda japonesa estava no máximo da desvalorização, como agora está a moeda chinesa. Apesar disso, o Japão reagiu bem às duas sobrevalorizações e aos dois choques de petróleo e reestruturou brilhantemente a sua economia. Mas não conseguiu reagir na década de 1990, em plena era da globalização financeira, com a terceira *endaka*, quando um dólar chegou a valer apenas 80 ienes. Como se vê, essa conversa de que os EUA tinham perdido a hegemonia era papo de economista assustado com os desequilíbrios macroeconômicos e a perda de competitividade da indústria americana.

Mas a esquerda também dizia isso...

A esquerda em geral não entende nada de dinheiro, muito menos internacional. Para ela, ou é um fetiche ou uma mercadoria como outra qualquer. A moeda não tem base na mercadoria, ao contrário do que as pessoas julgam. Afinal de contas, Marx não se dedicou a escrever sobre o dinheiro nos três volumes de *O Capital* por acaso. Mas as pessoas ficam no primeiro volume, não conseguem ler os outros, então não entendem nada. Em geral a esquerda tampouco entende a leitura monetária de Keynes.

Voltando à questão da hegemonia americana e à diplomacia do dólar...

Em 1989 terminou a política de "coordenação" macroeconômica estabelecida no acordo do Louvre e aí a vaca foi pro brejo. Entre o Louvre e 1989, houve coordenação sob o comando norte-americano, por isso é que o dólar aterrissou devagarinho e não houve um *crash*. Os economistas diziam que o dólar ia ter um *hard landing* que podia levar a uma crise mundial e à perda definitiva da sua hegemonia. Eu dizia: "Não é o que estou vendo; se houver crise, os EUA vão impor as suas condições, porque estão com hegemonia, e se não houver, eles continuarão o seu caminho". Batata! Não houve crise nos Estados Unidos, eles continuaram a crescer como nunca e no mesmo caminho. Aí começou um processo, que o nosso livro *Poder e dinheiro* explica, que levou às sucessivas crises de 1987

em diante: das bolsas, da contaminação dos mercados financeiros e da inflação de ativos e instabilidade cambial.

Como explicar as recentes desvalorizações na Ásia?

As desvalorizações já são fruto de um esgotamento frente à política de expansão financeira norte-americana nos países do Leste Asiático, que já tem mais de uma década. O mecanismo pelo qual os "tigres" asiáticos se defenderam do acordo do Louvre foi fixar a paridade das suas moedas em relação ao dólar. Quem fez flutuar novamente as moedas asiáticas foi a desvalorização do iene. A única que resistiu até agora foi Hong-Kong, a praça financeira *off shore* mais importante do mundo, que fecha o circuito da "globalização financeira" com Nova York, Londres e Tóquio. Quando os japoneses, já engolfados em uma crise bancária, começaram a desvalorizar no segundo semestre de 1995, estava armado o cenário para a inflação de ativos, nas praças asiáticas, com as conseqüências conhecidas.

Isso que estão falando hoje sobre inflação de ativos para explicar a crise da Ásia, como se fosse uma novidade, é ridículo! A inflação de ativos começou nos EUA com a diplomacia do dólar forte. Inflação da dívida pública, inflação imobiliária, inflação da Bolsa. De lá, essa inflação de ativos, seguida de desvalorizações e crises financeiras, se propagou para a Inglaterra, depois a Europa, depois o Japão, tudo colado nas flutuações cambiais das principais moedas. Os mecanismos básicos de propagação se originaram na política norte-americana de desregulamentação dos mercados financeiros e cambiais. As políticas de câmbio, juros e dívida pública dos EUA são decisivas para os demais países e determinam o movimento geral do capital financeiro, que por sua vez, em cada praça global, vai deslocando os impactos geográficos das crises financeiras.

Quando os EUA decidiram desvalorizar o dólar em meados da década de 1980 houve uma inflação brutal de ativos no resto do mundo. Se os bancos e os fundos de pensão não podem continuar a valorizar seu capital dentro dos EUA, porque as outras moedas vão se valorizar frente ao dólar, então eles têm de levar seu capital sobrante para os mercados imobiliário e

de ações de outros países. E há a inflação de ativos, bolhas especulativas e crises que se deslocam pelo mundo desde a crise da Bolsa de Wall Street em 1987. Aí começam a surgir os mercados financeiros "emergentes" da Ásia e depois da América Latina. O capital bancário japonês, com a perda sofrida com a desvalorização do dólar, volta para casa, especula nos mercados imobiliários e de ações de Tóquio e de todas as praças abertas de Hong-Kong a Cingapura. Os "tigres" substituíram as exportações de bens por investimentos diretos, o comércio por movimento de capitais, compraram ativos, hotéis, fizeram o diabo. Só que quando eles resolvem fazer a chamada do capital, querendo "realizar" as aplicações financeiras, aí bom... É impossível, como realizar o capital contra países altamente endividados? A fuga de capitais dá lugar a uma crise bancária clássica, se você quiser realizar o capital aplicado; segue-se um aperto de liquidez interna e os bancos quebram. Teoricamente, muitos bancos japoneses estão quebrados desde 1994. Mas a situação atual da Coréia e de outros "tigres" menores é muito mais grave porque estavam endividados em dólar e em iene. Quebraram os bancos, as empresas e com o programa de ajuste do FMI (Fundo Monetário Internacional) vão quebrar o fisco. Porque o mercado de capitais produz uma marola gigantesca, que nem os bancos centrais nem os Tesouros dos "países emergentes" agüentam. Então quebra tudo. O risco de crise é maior hoje na Ásia porque a inter-relação entre os mercados cambiais, os financeiros e o endividamento das empresas privadas produz um efeito em cadeia que atinge todos os mercados e torna as políticas macroeconômicas impotentes. Isto está ocorrendo também crescentemente na América Latina.

Do que depende uma crise generalizada?

Se vai haver a crise geral da Ásia, que provavelmente depois vira mundial em todos os sentidos, depende fundamentalmente do que ocorrer com a China. Se houver um novo ataque especulativo em Hong-Kong e/ou desvalorização do yuan (moeda chinesa), então a vaca vai para o brejo de vez.

E afeta os Estados Unidos?

Como não iria afetar? Os EUA, que aplicaram recursos gigantescos em investimentos diretos e financeiros na Ásia, vão sofrer uma perda gigantesca de capital, assim como a Alemanha e o Japão. É ridículo imaginar que países como o Brasil ou o México tenham capacidade de absorção comparável à China ou mesmo à que tiveram os "tigres" asiáticos. A América Latina não compensa, em termos comerciais e financeiros, a Ásia. Se somarmos o Japão, os "tigres" e a China dá uma massa de capital selvagem. Não era lá que estava havendo a grande expansão do capital? Aí um incauto vem e diz: "Deixe que afundem, a crise nos é favorável, eles virão para a América Latina". Trata-se de uma patetada que foi dita aqui no Brasil. Mas não podemos engolir a massa de capital que está lá. Ao contrário, a Argentina, o Chile, a Venezuela (além da Rússia e outros menos cotados mas igualmente frágeis) seriam a "bola da vez" e a crise se transformaria em crise global.

Quer dizer, só seríamos eventualmente beneficiados na continuidade da expansão asiática?

Nem mesmo assim, porque as políticas comercial e financeira comandadas pelos EUA vão no sentido contrário à nossa expansão. Na verdade, não seríamos beneficiados nem com a expansão nem com a depressão. Como ficamos extremamente valorizados em relação à Ásia, mesmo seu crescimento não abrirá um mercado favorável para nós, mas sim para a Europa, que também desvalorizou fortemente com a crise recente e que tem comércio e investimentos consideráveis na Ásia.

Essa discussão sobre valorização cambial me faz pensar no Plano Real. Qual o problema do plano?

O Real é uma decorrência de duas coisas. Em primeiro lugar, a idéia teórica da URV era muito interessante. Segundo os mentores do Plano, seria possível fazer a convivência de duas moedas em que a velha iria ser destruída pela hiperinflação e substituída pela nova. Seria um caso de hiperinflação

programada, coisa que ninguém nunca se atreveu a executar. Foi original mesmo, não há a menor dúvida. Estudaram o fenômeno da hiperinflação no mundo, verificaram o que aconteceu com a moeda nos vários países e descobriram que todos se ancoraram na moeda mais forte internacionalmente. Todos tiveram também problema fiscal. Aí começou a discussão em torno de uma segunda questão: se primeiro fazia o ajuste fiscal ou não. Os mais ortodoxos, como Edmar Bacha, queriam primeiro fazer o ajuste fiscal. Aparentemente, o André Lara Rezende e o Pérsio Arida, que tinham feito o modelo, topavam fazer a convivência das duas moedas, a indexada – URV – e o cruzeiro velho. Mas queriam que fosse um processo longo, porque o modelo deles requeria a destruição completa da moeda velha e a *urvização* ou dolarização completa da economia, para então mudar o padrão monetário. Eles achavam muito arriscado fazer no meio. Daí vem o prestígio do Gustavo Franco, porque ele, que é apenas um discípulo menor da escola e não tinha feito teoria nenhuma, percebeu que isso era impossível politicamente, dada a proximidade das eleições. Enquanto o Pérsio e o Lara, de um lado, e o Bacha, de outro, se enfrascaram em discussões intermináveis, o plano não ia para lugar nenhum. O dilema era: faz logo ou espera até o fim do ano? Em menos de um ano, segundo eles, o modelo não acertaria os preços relativos, sobretudo da relação entre *tradables* [comercializáveis] e *non-tradables* e a (des)indexação não estaria completa, podendo contaminar a moeda nova. Aí o Gustavo ganhou, com o apoio interessado do Fernando Henrique, que queria eleger-se de qualquer maneira. Mas cometeu o "pecado mortal" de entrar na reforma monetária deixando sobrevalorizar o real nominalmente até outubro, quando um Real valia muito mais que um dólar.

Do ponto de vista dos trabalhadores, qual era a questão relevante?

Em 1° de julho de 1994, a cesta básica estava em 120 dólares ou URV e o salário em 70. Portanto, moeda forte e salário fraco. É verdade que não houve arrocho no ano seguinte ao Plano, mas estava tendo arrocho na fase de implantação

da URV. Por outro lado, já sabíamos, pela experiência argentina, do chamado "efeito Alfonsín", que consiste em um aumento de poder de compra dos salários uma vez estabilizada a moeda (outros economistas preferem chamá-lo de efeito-riqueza ou efeito-caixa). Mas ele não daria para compensar a diferença entre o poder de compra do salário mínimo e a cesta básica. O que se seguiu porém foi favorável a ambos. A superoferta de alimentos e a queda dos preços internacionais agrícolas tiveram forte impacto sobre o preço da cesta. A queda dos preços agrícolas, combinada com o aumento do salário mínimo em maio, melhorou a situação dos pobres urbanos. A contrapartida foi uma diminuição brutal da renda agrícola. Houve uma brutal transferência de renda do campo para a cidade, com forte destruição de emprego rural. Evidentemente, com a melhoria da cesta básica e o aumento do crédito para consumo durável, os trabalhadores urbanos acharam ótimo, mas pergunta para os sem-terra se eles acharam o mesmo! Nem tampouco os pequenos produtores agrícolas, que não puderam rolar as suas dívidas com a subida da taxa de juros. Foi uma crise agrícola descomunal, a de 1995. Lembra-se da marcha sobre Brasília de agricultores com e sem terra em julho daquele ano? Mas a opinião pública forma-se na cidade. Teoricamente, chama-se a este fenômeno mudança nas relações de troca entre a agricultura e a cidade. Pronto.

Isso explica parte do apoio popular ao Plano?

Com exceção da elevação dos aluguéis e dos serviços, é claro que a massa ficou *contentona*! Foi o que o Gustavo Franco prometeu ao presidente: "Com esse plano, eu não só garanto que o senhor ganha como vou lhe dar dois anos de tranqüilidade, porque temos capacidade de absorção de recursos externos de até 2,5% do PIB". Aí é que ele errou estrondosamente. O déficit em transações correntes já estava em 2,5% do PIB até julho de 1995, ao fim de um ano. Aí tiveram que fazer uma política recessiva e começou o desemprego para valer. No entanto, no ano seguinte, o déficit já foi de mais de 3%; em 1997

já passa de 4%. Mas isso ele não quis prever ao fazer a sobrevalorização cambial entre julho de 1994 e maio de 1995.

E nós previmos?

Nós, sim. Em junho de 1995, Pastore, Delfim e eu debatemos no Congresso o bode que ia dar com o déficit de transações correntes. Eu agreguei além disso a ligação entre o endividamento externo, a taxa de juros e o aumento da dívida pública interna, que seria explosivo. A dívida interna não era originária do déficit fiscal. Ela era a contrapartida da entrada de capitais e essa entrada era contrapartida da alta taxa de juros. Era evidente que estava tudo ligado.

Você está se referindo a esse capital que está entrando para financiar o rombo externo?

Não está só financiando o rombo externo, está provocando o rombo interno. Promoveu-se a política de abertura, a liberalização dos serviços e a retirada do imposto de renda sobre capital; se permitiu turismo externo com cartão de crédito sem limite; estimulou-se a remessa de lucros e de juros. Com isso, todas as contas do balanço de serviços vão para o diabo. Todo mundo fica centrado só no déficit comercial. Mas a absorção de recursos não é uma "absorção" no sentido clássico, é um endividamento obrigatório com a participação crescente do capital especulativo de curto prazo. Aliás, sobre o déficit comercial, o que importa é que cada vez que se provoca uma abertura desenfreada e se sobrevaloriza o câmbio, quebrando a conta comercial, o principal efeito não é sobre as exportações. Estas são em dólar e a maioria delas na verdade são *commodities*. Tanto faz a taxa de câmbio. Taxa de câmbio só tem importância para produtos manufaturados, quando é o valor agregado interno em dólares que conta. Não é o nosso caso.

Nós não estamos exportando manufaturados?

Hoje, dada a diminuição do valor agregado interno na indústria, o que exportamos de manufaturados, para todos os

efeitos, são *commodities*. O preço está em dólar, dá na mesma qual é a taxa de câmbio. Pode desvalorizar que não vai exportar muito mais. A taxa de câmbio é importante, como foi no passado brasileiro, na década de 1950, como barreira à entrada. Taxa de câmbio substitui tarifa, o Brasil sempre a usou para conter importação, nunca para exportar. Exportar se faz com subsídio, com crédito ou com rede de comercialização. É claro que quanto mais desvalorizado o câmbio maior o lucro dos exportadores, o que é decisivo para investir na exportação se o país é pequeno e aberto e para certos produtos para os quais você tem nichos de mercado. As importações é que são o problema, porque estão em dólar, baratas, subvalorizadas, financiadas do exterior e desmontaram parte da estrutura produtiva interna. E quando isso acontece, as importações de peças e mesmo de matérias-primas tornam-se indispensáveis aos setores que sobrevivem. Tinha de ter desvalorizado antes, porque agora para acomodar outra vez vai ser difícil. Os agentes se acomodaram à estrutura de dólar que está aí. Por isso não é tão fácil desvalorizar. Eu estou insistindo nisso há algum tempo, essa era uma das minhas poucas divergências com o "atual" Delfim Netto.

E o impacto do [Plano] Real na produção já se fez notar também...

O tempo e a economia não são reversíveis. A economia terá de ser de novo reestruturada e a proteção econômica tem de aumentar antes de acontecer de novo a desvalorização, senão teremos outro choque violento na produção.

O que acontece com as contas públicas?

Temos dois efeitos. O primeiro diz respeito ao chamado "imposto inflacionário". Evidentemente não foram os trabalhadores de salário mínimo que ganharam mais, embora fossem os mais atingidos com a superinflação. Eles não têm caixa suficiente para que o impacto inflacionário sobre eles seja comparado ao da classe média para cima e aos rentistas, que ganharam só no primeiro ano do plano 45 bilhões de reais! Imposto inflacionário recai sobre a classe média, os funcioná-

rios e os gastos públicos. A classe média tem gastos ao longo do mês e se endivida numa proporção até superior à sua "poupança". Nela, os efeitos da estabilização foram contraditórios. Além disso, os governos usaram o imposto inflacionário, atrasando despesas e diminuindo o gasto público. Pois bem. O que estão dizendo agora? "Está aumentando o gasto público..." Mas como assim, se os funcionários públicos há quatro anos não recebem reajuste de salário? Estão aumentando os gastos em juros e com inativos. Além disso, nas outras despesas a inflação não faz mais o serviço de contingenciamento, que tem de ser feito diretamente na boca do caixa do Tesouro, o que dá lugar à conhecida manipulação política do Orçamento, que aumenta em vez de diminuir.

Qual o outro efeito?

O efeito Tanzi. A receita subiu demais. E é por isso que a tese do Bacha está furada. Ele veio com a estória do efeito "Tanzi às avessas". Para níveis de inflação de 40% a 50% ao mês, ao passar a estabilização, o impacto positivo sobre a receita pública foi muito superior aos eventuais ganhos que a inflação permitia ao Estado quando este atrasava pagamentos, que é o que o Bacha enfatizava. Além disso, como a economia cresceu até junho de 1995, a receita também acompanhou esse movimento por ser elástica ao crescimento do produto. Portanto, a receita cresceu por esses dois motivos. Aí vem uns e outros e dizem: "Mas a despesa cresceu mais". É claro que sim. Por duas razões: primeiro, porque foi dado um aumento de salário mínimo em maio de 1995 que pesa no orçamento da Previdência, além do que a ameaça de reforma da Previdência ensejou um processo de aposentadorias precoces. Apesar disso, tudo indicava que o aumento da arrecadação contrabalançaria esses efeitos sobre o gasto corrente. Em 1995 não houve nenhum aumento do déficit primário, houve até um bom superávit. O caso é que a conta de juros estourou. Isso quer dizer que o governo em dois anos quebrou o Estado com a sua política monetária e financeira! Nunca se fez em dois anos tanta barbaridade. Em tempo nenhum, em lugar nenhum do mundo!

Mas ainda não estouramos...

Como não estouramos? Já estouramos nesses dois anos! Conseguimos passar de uma situação de superávit comercial para um déficit brutal; de uma conta de serviços que era ridícula, pois tínhamos praticamente um equilíbrio nas transações correntes em 1993, para um déficit de transações correntes de US$ 33 bilhões em 1997. E com uma necessidade de financiamento externo na conta capital de US$ 80 bilhões. E o problema não acaba com a entrada de dinheiro externo, porque a dívida interna aumenta explosivamente. E alguém vai aceitar título da dívida pública que não esteja dolarizado? Com uma ameaça de desvalorização? Assim que começou a ficar claro que havia risco cambial, a dívida interna vem sendo dolarizada, independentemente da taxa de juros dos títulos públicos não estar atrelada ao dólar.

Essa situação se sustenta?

Sustenta nada! Ficou claro que as dívidas interna e externa são explosivas, dado que o serviço delas e as altíssimas taxas de juros têm de ser "financiados" com mais dívida. Segundo, ao contrário do que se julga, apesar do grosso do capital que entra ser privado e de que quem toma o capital são os bancos, as empresas etc., inclusive as estatais, tudo está lastreado em títulos da dívida pública. Portanto, se houver uma maxidesvalorização quem paga é o Estado e os salários. Se houver uma máxi, a paridade do poder de compra em dólar não se mantém. Então, haverá uma queda do salário real e o povo sentirá. É por isto que eles ficam nervosos. Agora é fácil falar: "desvaloriza!" E, se não fizer, vai fazer uma moratória? Moratória contra quem? De quem é a dívida? Uma moratória só se for com a dívida pública. Voltamos ao Collor!

Como se vê, não é fácil. O problema é de estoque, não é só de fluxo de receita e despesa. O problema está na conta de capital do balanço de pagamentos e no desequilíbrio patrimonial do setor público, que não pode ser mais resolvido com as privatizações. Não se pode acertar isso indefinidamente pelo

fluxo, pelo produto, pela renda, pela transação de mercadorias ou por transferências patrimoniais!

Não tem fluxo que cubra isso...

Nem fluxo, nem patrimônio que chegue. Porque em 1998 há US$ 80 bilhões para financiar, dos quais US$ 25 bilhões, pelo menos (contando a recessão), estão na conta de transações correntes. Ou seja, além do déficit, há uma dívida de curtíssimo prazo para amortizar. Sabe como ela foi rolada esse fim de ano em Londres? Tínhamos bônus de prazo médio de quatro anos. Depois da crise, tivemos de rolar os que venciam em novembro/dezembro a 28 dias. "Comprem o Brasil que está barato." O Gustavo Franco não falou isto em Londres só por ideologia. Ele estava em pânico! Aí se promete que privatiza a Petrobrás, promete o que eles quiserem. Nem que se venda no ano que vem todo o patrimônio público já anunciado (num valor superior a 35 bilhões), se houver um ataque especulativo contra a moeda nem as reservas nem o aporte de capital estrangeiro (que se estima em 25 bilhões) vão cobrir. E aí, desvaloriza, desvaloriza e desvaloriza. Sobe juro, sobe juro, sobe juro. Até quando? O capital não volta de imediato. No México foi a mesma coisa, começaram com uma desvalorização de 15% e terminaram em 100% nominal. Como a inflação do período foi de 50%, a desvalorização fechou em 50% em termos reais.

Chegaremos até outubro sem estourar?

Não sei. Pode estourar a qualquer hora, porque depende do mercado internacional. Não há teoria econômica que possa predizer. Basta um agravamento na Ásia ou uma restrição forte de liquidez no mercado secundário para a América Latina e acabou. Não adianta dizer que o sistema Telebrás vale US$ 100 bilhões. Quem atribui o valor das privatizações é o mercado, não tem nada a ver com o valor histórico ou o valor "atualizado" do patrimônio. Qual a taxa de juros a considerar? No fundo, vale o que o mercado diz que vale e as ações nas bolsas só não caíram mais porque o BNDES (Banco Nacional

de Desenvolvimento Econômico e Social) entrou pesado no jogo. Se houver um ataque especulativo e o capital de curto prazo fugir, mesmo as privatizações aceleradas não seguram.

Você dizia que os intelectuais americanos têm dificuldade em entender o próprio país. E quanto a nós? O que é ser hoje um intelectual na periferia do capitalismo?

Nós estamos naquilo que há de universal na crítica intelectual. Não somos provincianos. Até somos cosmopolitas, aliás, como todo bom intelectual periférico. Contudo, naquilo que é especificamente brasileiro, na luta do movimento social concreto, os intelectuais tardam a entender e a apoiar. Quando apóiam, o fazem um pouco na base do "quero ajudar o povo brasileiro". É uma atitude de distanciamento que não é dada por razões morais, mas sim por razões concretas de condições de vida. Há um distanciamento brutal entre nossos intelectuais e as massas. As condições concretas de vida do intelectual crítico europeu são mais próximas dos trabalhadores.

Aqui, não é que as pessoas não sejam heróicas. Várias o foram na repressão de 1968-75. É que os intelectuais brasileiros dificilmente podem ter a experiência histórica européia de ter um pé na teoria e outro na política. Aqui, ser intelectual significa ser da elite. Mesmo os torturadores tinham uma certa admiração pelos intelectuais, pela inteligência. Já viu alguma admiração pela inteligência ou pelos intelectuais nos Estados Unidos? Aqui até a direita reconhece. Eu não sou uma irreverente? Não ataco? Não sou mal-educada? Não sou anarquista? Não bato neles pesado? Mas no Congresso metade dos meus colegas me chama de professora! Isso é coisa de país periférico. Um país onde o saber crítico pode ser poder é um país atrasado.

Qual a origem dessa atitude?

O Estado desenvolvimentista brasileiro, apesar de servir à burguesia, produziu, além de uma base produtiva, uma universidade. Ambas estão ameaçadas de ser desmanteladas, sem colocar nada no lugar. O desenvolvimentismo se deveu ao positivismo dos quadros dirigentes do país. A idéia positivista

de que se precisa de intelectuais para pensar e fazer a nação (universidade e burocracia pública) foi o movimento do Estado de Vargas até Geisel.

A partir de 1930 os intelectuais passaram a ser respeitados como professores, como assessores ou até como críticos. Era preciso tê-los. Os governos precisavam do saber e o intelectual comparece com ele. O papel dos intelectuais críticos começou a se "desfazer" na década de 1960. Aqui tivemos uma sobrevida por causa da luta contra a ditadura.

E agora, o que mudou na relação do poder com a intelectualidade?

Não era comum intelectuais com uma larga tradição crítica apoiarem o *príncipe* como acontece hoje em São Paulo. Ah, mas isso é o destino trágico de São Paulo! Quem manda ter na presidência "um dos nossos", como vocês dizem lá? O que acontece é que muitos intelectuais gostam de fazer parte da corte. Por sorte, intelectual de apoio ao *establishment* dura muito pouco, e quando o faz não é na sua etapa produtiva.

O problema dos intelectuais universitários hoje é escapar aos vícios acadêmicos do seu grupelho de referência, fugir da "reprodução burocrática de conhecimento" e tentar novamente fazer da universidade uma casa da "razão crítica" ligada, atenta aos problemas (locais, nacionais e internacionais) e aos movimentos sociais. Mesmo que isso pareça romântico ou "passadista" ainda não vejo outra alternativa para revitalizar a universidade.

A débâcle da universidade pode trazer o intelectual para a luta social de alguma maneira?

Para alguns poucos. É muito freqüente sair da luta social e ir para a universidade. O contrário é muito difícil. E eu, aliás, estou convencida de que uma das razões pela qual me querem bem no PT é porque eu fiz o contrário. Não sou fundadora de nenhum partido de esquerda. Depois de velha é que eu vim desembarcar no PT. Podia ter ficado confortavelmente vivendo dos meus luxos "acadêmicos". Se não fiquei, é porque não agüentei moral e psicologicamente.

NOTAS BIOGRÁFICAS

Roberto Schwarz é professor aposentado do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP. Publicou recentemente *Duas meninas* (Campanhia da Letras).

Paulo Eduardo Arantes é professor do Departamento de Filosofia da FFLCH/USP. Publicou recentemente *O fio da meada, Ressentimento da dialética* e *Sentido da formação* (Paz e Terra).

Luis Felipe de Alencastro é professor do Instituto de Economia da UNICAMP. Organizou o segundo volume da *História da vida privada no Brasil – Império: a corte e a modenidade nacional* (Companhia das Letras).

José Luís Fiori é professor do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. Publicou recentemente *Em busca do dissenso perdido* (Insight Editorial) e *Os moedeiros falsos* (Coleção Zero à Esquerda, Editora Vozes).

Francisco de Oliveira é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP. Publicou recentemente *Os direitos do antivalor* (Coleção Zero à Esquerda, Editora Vozes).

Paul Singer é professor do Departamento de Economia da FEA/USP. Da sua autoria, encontram-se no prelo *Globalização e exclusão social: diagnósticos e alternativas* (Contexto) e *Reflexões sobre a revolução capitalista e a revolução socialista* (Coleção Zero à Esquerda, Editora Vozes).

Fábio Konder Comparato é professor do Departamento de Direito Comercial da Faculdade de Direito da USP. Publicou, entre outros, *Para viver a democracia* e *Muda Brasil – Uma Constituição para o desenvolvimento democrático* (Brasiliense).

Emir Sader é professor do Departamento de Sociologia da FFLCH/USP. Publicou recentemente *O poder, cadê o poder?* (Boitempo) e *O anjo torto – Esquerda (e direita) no Brasil* (Brasiliense).

Maria da Conceição Tavares é professora do Instituto de Economia Industrial da UFRJ. Recentemente, organizou, com J.L. Fiori, o livro *Poder e dinheiro – Uma economia política da globalização* (Coleção Zero à Esquerda, Editora Vozes).